

MESTRADO
CRIMINOLOGIA

Sentimento de Insegurança e Contextos Sociais: Um estudo quantitativo com estudantes brasileiros e portugueses

Luisa Tiberio Alvares

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Criminologia realizada sob orientação da Professora Doutora Carla Sofia Cardoso e coorientação da Professora Doutora Inês Maria Ermida de Sousa Guedes

M

2023



Resumo

O presente estudo teve como objetivo explorar a relação entre os estudantes universitários da cidade do Porto e de São Paulo e o sentimento de insegurança, incluindo o medo do crime emocional, a percepção de risco e a adoção de comportamentos por razões de segurança. Para tanto, um questionário foi desenvolvido e administrado a uma amostra de 197 estudantes do Porto e 182 estudantes de São Paulo. O questionário abordou variáveis sociodemográficas individuais, bem como variáveis relativas às componentes do sentimento de insegurança, às desordens físicas e sociais, à experiência de vitimação, ao controle social informal, à coesão social, ao capital social e às inseguranças social e econômica. Os resultados revelaram que os estudantes da amostra brasileira possuem maior sentimento de insegurança, adotam mais comportamentos por razões de segurança e foram mais vitimados ao longo da vida e nos últimos doze meses em comparação aos estudantes da amostra portuguesa. A experiência de vitimação, entretanto, não se mostrou preditora do sentimento de insegurança em nenhuma de suas dimensões para nenhuma das amostras. Apenas para a amostra colhida no Brasil, as desordens físicas e sociais demonstraram ser boas preditoras do sentimento de insegurança em todas as dimensões. Os estudantes de nacionalidade brasileira contidos na amostra colhida em Portugal revelaram adotar menos comportamentos por razões de segurança do que os próprios portugueses, o que indica o abandono de tais comportamentos. Com exceção dos comportamentos, que apareceram em todos os modelos finais para ambas as amostras, os preditores do sentimento de insegurança não foram os mesmos para as amostras colhidas no Brasil e em Portugal, a indicar que o sentimento de insegurança é influenciado por diferentes fatores em contextos sociais distintos. No final, serão discutidos os resultados obtidos, oferecendo sugestões para sua explicação, bem como apontando críticas ou aspectos que devem ser aprimorados. Além disso, serão propostas pistas para futuras investigações, com o objetivo de contribuir com a comunidade científica que estuda o medo do crime.

Palavras-chave: Sentimento de insegurança; medo do crime; percepção de risco; adoção de comportamentos por razões de segurança; estudantes.

Abstract

The present study aimed to explore the relationship between university students from the cities of Porto and São Paulo and feelings of insecurity, including emotional fear of crime, perceived risk, and adoption of behaviors for safety reasons. For that, a questionnaire was developed and administered to a sample of 197 students from Porto and 182 students from São Paulo. The questionnaire addressed individual sociodemographic variables, as well as variables related to the components of the feeling of insecurity, physical and social disorders, victimization experiences, informal social control, social cohesion, social and economic insecurities. Results revealed that students in the Brazilian sample have a greater sense of insecurity, adopt more behaviors for safety reasons, and were more victimized throughout their lives and in the last twelve months compared to students in the Portuguese sample. However, the victimization experience did not prove to be a predictor of the feeling of insecurity in any of its dimensions for either sample. Only for the sample collected in Brazil did physical and social disorders demonstrated to be significant predictors of the feeling of insecurity across all dimensions. Interestingly, Brazilian students included in the sample collected in Portugal generally adopt fewer behaviors for safety reasons than the Portuguese themselves, indicating the abandonment of such behaviors when moving to another country. With the exception of behaviors that appeared in all final models for both samples, the predictors of the feeling of insecurity were not the same for the samples collected in Brazil and Portugal, suggesting that the feeling of insecurity is influenced by different factors. In the end, the obtained results will be discussed, offering explanations, as well as pointing out criticisms or aspects that should be improved. Additionally, suggestions for future investigations will be proposed, with the aim of contributing to the scientific community that focus on fear of crime studies.

Key-words: Feeling of insecurity; fear of crime; risk perception; adoption of behaviors for security reasons; students.

Agradecimentos

A realização deste estudo é resultado de um trabalho em conjunto com tantas outras pessoas que, das mais variadas formas, contribuíram para a conclusão deste projeto pessoal. Primeiramente, devo agradecer aos meus pais, Ana Rosa e Oswaldo, que, desde o princípio, investiram vigorosamente na minha educação técnica e emocional, proporcionando-me a base sólida para enfrentar os desafios acadêmicos e da vida. Sem o amor, apoio e incentivo que sempre recebi, esta jornada jamais teria sido possível. Sou profundamente grata por tudo que fizeram por mim.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Carla Sofia Cardoso. Seus ensinamentos e sua dedicação foram fundamentais para a realização e conclusão deste trabalho. Ao longo de toda a trajetória, você compartilhou generosamente seus conhecimentos, sempre com disponibilidade e solidariedade. Sua orientação foi crucial para que eu pudesse desenvolver meu potencial ao máximo, e sou muito grata por todas as oportunidades e aprendizados proporcionados nesse caminho.

Do mesmo modo, gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha coorientadora, Professora Doutora Inês de Sousa Guedes, por seu apoio incansável e proximidade durante todo o percurso desse mestrado. Sua presença constante e interesse genuíno pelo meu desenvolvimento acadêmico e pessoal me deram forças para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores. Seu auxílio foi inestimável e sou imensamente grata pela contribuição para o sucesso deste trabalho.

Ainda, desejo demonstrar minha eterna gratidão à minha amada esposa Janaine, que me deu o privilégio de compartilhar sua vida comigo e é, sem dúvidas, a pessoa responsável por eu ter chegado até aqui. Seu amor e encorajamento constantes foram meu combustível para persistir, superar obstáculos e alcançar esta etapa tão significativa. Sou extremamente grata por ter você ao meu lado, compartilhando cada conquista e desafio, e sei que este sucesso também é seu.

Agradeço também às minhas colegas e amigas de curso pelos momentos que passamos juntas, pela ajuda mútua e solidariedade ao longo desses dois anos.

Por fim, agradeço a todos os estudantes do Brasil e Portugal que, anonimamente, responderam meu questionário e contribuíram para a concretização deste estudo.

Sumário

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Introdução.....	1
Capítulo I: Enquadramento teórico	3
1. O sentimento de insegurança.....	3
2. Componentes do sentimento de insegurança	5
2.1. Componente emocional: medo do crime <i>stricto sensu</i>	6
2.2. Componente cognitiva	8
2.3. Componente comportamental	10
3. Modelos Teóricos: como explicar o sentimento de insegurança.....	12
3.1. Experiência de vitimação	12
3.2. Vulnerabilidade	14
3.3. Variáveis contextuais do sentimento de insegurança.....	18
3.4. Processos sociais	22
3.5. Insegurança social e econômica.....	23
4. Análise de contextos sociais: Portugal (Porto) e Brasil (São Paulo).....	25
5. Estudos empíricos sobre o sentimento de insegurança e contextos sociais	28
6. Síntese e pertinência temática	33
Capítulo II: Metodologia	34
1. Objetivos e hipóteses.....	34
2. Material e métodos	35
2.1. Caracterização do estudo	35
2.2. Amostra.....	36

2.3. Instrumento e variáveis de estudo	36
2.4. Procedimentos de recolha de dados	41
2.5. Procedimentos de análise estatística	42
Capítulo III: Resultados	45
1. Caracterização da amostra quanto às variáveis sociodemográficas	45
2. Caracterização da amostra quanto às variáveis do sentimento de insegurança.....	46
2.1. Consistência interna	46
2.2. Sentimento de insegurança e amostras colhidas no Brasil e Portugal	46
3. Caracterização do estudo quanto às variáveis independentes restantes	47
3.1. Consistência interna	47
3.2. Variáveis independentes e amostras colhidas no Brasil e Portugal	47
3.3. Caracterização quanto à vitimação ao longo da vida e comparação entre amostras..	48
3.4. Caracterização quanto aos comportamentos adotados e comparação entre as amostras brasileira e portuguesa	50
3.5. Caracterização quanto aos comportamentos adotados e comparação entre as nacionalidades brasileira e portuguesa dentro da amostra portuguesa	52
4. Relações entre as variáveis dependentes e independentes	53
4.1. Regressão linear múltipla: Sentimento de insegurança geral como variável dependente	53
4.2. Regressão linear múltipla: Sentimento de insegurança emocional como variável dependente	56
4.3. Regressão linear múltipla: Sentimento de insegurança cognitivo como variável dependente	58
Discussão dos resultados.....	61
Referências.....	73
Anexos	89
Anexo A: Modelos parcelares relativos à predição do sentimento de insegurança geral	89

Anexo B: Modelos parcelares relativos à predição do sentimento de insegurança emocional 91

Anexo C: Modelos parcelares relativos à predição do sentimento de insegurança cognitivo . 93

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização das amostras quanto às variáveis do sentimento de insegurança e comparação entre grupos.....	46
Tabela 2 - Caracterização da amostra quanto às variáveis independentes e comparação entre grupos.....	48
Tabela 3 - Caracterização das amostras quanto à vitimação ao longo da vida e comparação entre grupos.....	49
Tabela 4 - Comportamentos adotados e comparação entre grupos.....	51
Tabela 5 - Comparação dos comportamentos adotados entre portugueses e brasileiros na amostra colhida em Portugal.....	52
Tabela 6 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança geral na amostra brasileira.....	55
Tabela 7 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança geral na amostra portuguesa.....	55
Tabela 8 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança emocional na amostra brasileira.....	57
Tabela 9 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança emocional na amostra portuguesa.....	57
Tabela 10 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança cognitivo na amostra brasileira.....	59
Tabela 11 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança cognitivo na amostra portuguesa.....	60

Introdução

O presente trabalho, realizado no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, buscou explorar o sentimento de insegurança em todas as suas dimensões e perceber como se dá eventual variação quando comparados grupos colhidos em contextos sociais distintos e contrastantes em termos de estatísticas criminais, notadamente estudantes universitários no Brasil (São Paulo) e em Portugal (Porto).

De acordo com a mais consistente literatura científica, o sentimento de insegurança que começou a ser estudado como conceito unidimensional – sentimento de insegurança geral – passou a ser segmentado em distintas dimensões: sentimento de insegurança emocional (medo concreto), sentimento de insegurança cognitivo (risco percebido) e sentimento de insegurança comportamental (adoção de comportamentos por razões de segurança) (Rader, 2004). Na tentativa de compreender melhor o fenómeno e todos os seus aspectos, bem como encontrar explicações e relações, construiu-se na literatura científica, ao longo dos anos, diversos modelos teóricos, no entanto, verificou-se uma escassez de estudos em que se realizasse uma comparação entre dados colhidos em localidades que apresentassem contextos sociais e taxas oficiais de criminalidade contrastantes (Mesch, 2000; Taylor, 2002). E é precisamente esta lacuna que o presente estudo pretendeu explorar, buscando-se contribuir para o aperfeiçoamento das explicações acerca do fenómeno estudado.

Para implementar o objetivo do estudo – explorar o sentimento de insegurança em todas as suas dimensões e perceber como se dá eventual variação em contextos distintos – utilizou-se metodologia quantitativa com a construção e elaboração de questionário a uma amostra total de 379 estudantes universitários, sendo a amostra colhida no Brasil formada por 182 respondentes e a amostra colhida em Portugal formada por 197 indivíduos.

O trabalho está estruturado em três capítulos que contam com subcapítulos para melhor organização e compreensão das ideias postas. O primeiro capítulo refere-se ao enquadramento teórico no qual estão dispostas as bases teóricas acerca do sentimento de insegurança, suas dimensões e modelos teóricos construídos pela literatura na tentativa de perceber melhor o fenómeno em análise. Na segunda parte do trabalho – Capítulo II – pretendeu-se explicitar os objetivos gerais e específicos do estudo, as hipóteses da pesquisa, bem como descrever a metodologia adotada e qual o instrumento adotado para sua implementação. Seguiu o mesmo capítulo descrevendo minuciosamente o questionário utilizado para a recolha de dados, cada

amostra colhida, as variáveis de estudo e, por fim, dispôs acerca dos procedimentos de análise estatística a serem realizados com vistas a responder às hipóteses colocadas.

O terceiro capítulo traz os resultados obtidos após a realização dos cálculos estatísticos apropriados. Esta apresentação dos resultados possui uma lógica subjacente, iniciando-se pela caracterização dos grupos segundo às variáveis sociodemográficas – gênero, idade, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias a frequentar e estatuto socioeconômico. Prossegue pela caracterização da amostra segundo cada dimensão do sentimento de insegurança – geral, cognitivo, emocional e comportamental – e, num terceiro momento, a amostra é caracterizada quanto às variáveis independentes restantes (desordens, vitimação ao longo da vida, vitimação nos últimos 12 meses, capital social, controle social informal, coesão social, satisfação com a renda, insegurança financeira objetivo e medo financeiro). Ainda nesse terceiro capítulo, constaram os passos realizados para se chegar ao modelo final de regressão linear múltipla para cada grupo, considerando cada dimensão do sentimento de insegurança. Por fim, a dissertação terminará com a discussão dos resultados, na qual tentou-se apresentar sugestões para os dados que foram recolhidos na presente investigação, assim como apresentará as limitações do estudo e, ainda, pistas de investigação futuras.

Capítulo I: Enquadramento teórico

1. O sentimento de insegurança

A partir da década de 60, a literatura científica sobre o sentimento de insegurança teve um crescimento vertiginoso, sendo que um dos fatores que contribuíram para tal foi a crescente consciência de que referido fenómeno tem consequências que vão além da ansiedade pessoal (Hale, 1996). Segundo Garofalo (1981), o sentimento de insegurança pode ser definido como uma reação emocional caracterizada por uma sensação de perigo e ansiedade e possui consequências e desdobramentos que chamaram a atenção de cientistas sociais, contribuindo para que o tema seja estudado com profundidade. De acordo com Kuhn e Agra (2010), o fenómeno da (in)segurança pode ser analisado em duas perspectivas distintas: a insegurança objetiva e a insegurança subjetiva. A insegurança objetiva está relacionada às taxas de criminalidade, ou seja, aos crimes reais que ocorrem na sociedade. Por outro lado, a insegurança subjetiva refere-se ao sentimento de insegurança que as pessoas experimentam, o qual nem sempre corresponde às taxas de criminalidade efetivas.

Com efeito, suas consequências podem ser inúmeras, tanto a nível individual, quanto a nível de comunidade. Nesse sentido, o sentimento de insegurança pode trazer efeitos emocionais adversos nos indivíduos, induzindo sentimento de isolamento e vulnerabilidade, acarretando uma significativa perda na qualidade de vida (Hale, 1996). Ademais, pode motivar as pessoas a investirem tempo e dinheiro em meios defensivos para reduzir sua vulnerabilidade (Moore & Trojanowicz, 1998) e fazer com que mudem os seus hábitos (Garofalo, 1981; Krahn e Kennedy, 1985; Riger et al., 1982; Skogan, 1986), tendendo a ficar mais em casa ou ambientes que considerem seguros. Além disso, quando saem, buscam evitar atividades que considerem perigosas, incluindo caminhar por algumas ruas, aproximar-se demais de “tipos de pessoas”, andar de transporte público ou ir em certos tipos de entretenimento (Box et al., 1988).

Ao nível de comunidade, o sentimento de insegurança gera uma combinação de inúmeras respostas individuais com potencial para minar a qualidade de vida de forma mais ampla (Jackson & Gray, 2010). Para Hale (1996), o fenómeno pode aumentar as divisões sociais entre ricos e pobres, isto é, entre aqueles que podem pagar por uma maior segurança privada e aqueles que não podem. Como o medo faz com que cidadãos mais prósperos protejam a si mesmos e suas propriedades, ou se mudem da vizinhança (Sampson & Wooldredge, 1986), a incidência

do crime pode ser deslocada para aqueles que já sofrem de outras desvantagens sociais e econômicas (Lea & Young, 1984). Outros autores defendem que o sentimento de insegurança reduz o apelo das políticas penais liberais, como o desencarceramento e a reabilitação, abrindo caminho para mais encarceramento e punição (Cullen et al., 1985; Langworthy & Whitehead, 1986). Adicionalmente, fornece um terreno fértil para o descontentamento geral a partir do qual a justiça vigilante pode florescer e, assim, minar a legitimidade do sistema de justiça criminal, particularmente quando os tribunais são vistos como brandos, demonstrando, supostamente, mais compaixão pelo ofensor do que pela vítima (Scheingold, 1984). Para Hale (1996), essa deterioração da vida da comunidade pode levar ao declínio da capacidade da sociedade em lidar com o crime. Por sua vez, Conklin (1975) sugere que umas das razões para se estudar o sentimento de insegurança são suas consequências (parte delas mencionadas acima), o que chama de custos indiretos do crime na sociedade.

Após estabelecer que o sentimento de insegurança deve ser encarado com seriedade, tendo em vista as importantes consequências tanto a nível individual quanto a nível coletivo, é necessário definir-lo. Com a finalidade de clarear as várias divergências conceituais que circundavam o sentimento de insegurança, Fattah e Sacco (1989) sugeriram a divisão do conceito em três categorias nomeadas de cognitiva, afetiva e comportamental, que passaram a ser desenvolvidas e aprofundadas pela literatura científica. O sentimento de insegurança em seu aspecto cognitivo busca explicar o fenômeno a partir das crenças de cada respondente em relação à extensão e à probabilidade de vitimação. Por sua vez, a dimensão afetiva não possui uma realidade externa objetiva com a qual possa ser comparada, mas se trata de uma percepção subjetiva de cada indivíduo. Por fim, o aspecto comportamental busca explicar o sentimento de insegurança sob a ótica dos comportamentos adotados por razões de segurança.

Neste ponto, necessário breve esclarecimento acerca do termo *fear of crime*. Como referido, o sentimento de insegurança passou a ser estudado de modo mais aprofundado e consistente pela comunidade científica apenas a partir da década de 60, sendo chamado de “medo do crime”, em tradução livre. Entretanto, com o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos científicos, descobriu-se se tratar de um conceito multidimensional, considerando as componentes emocional (medo do crime *stricto sensu*), cognitiva, comportamental (Fattah & Sacco, 1989; Rader, 2004). Dessa forma, importante esclarecer que, no presente trabalho, o termo “medo do crime” será utilizado para se referir à componente emocional do conceito mais amplo que é o sentimento de insegurança.

Embora parte desse sentimento de insegurança possa ser explicado pela quantidade real de atividade criminosa, particularmente na vizinhança (Kinsey et al., 1986), muito dele é causado por outros fatores subjetivos e estruturais a nível social (Box et al., 1988). Dessa forma, existem modelos teóricos comumente utilizados pela literatura científica para explicar o sentimento de insegurança. Em breve síntese, o conceito de vulnerabilidade tem sido utilizado para explicar as diferenças de medo entre vários subgrupos da população, considerando, principalmente, a idade, o gênero e o estatuto socioeconômico (Guedes et al., 2012). O ambiente que circunda aquele que sente o medo também pode ser utilizado para explicar o sentimento de insegurança, notadamente os aspectos físicos do ambiente, a comunidade e as incivilidades (Hirtenlehner, 2008). Em corrente mais recente, ansiedades difusas, principalmente a insegurança econômica, também pode servir como explicação do sentimento de insegurança a nível individual (Britto, 2013), isso porque o medo do crime pode servir como “esponja”, absorvendo abstratas e fundamentais preocupações da sociedade (Cops et al., 2012).

Diante do exposto, considerando que o sentimento de insegurança é um fenômeno multidimensional e complexo, convém explorar de forma mais detalhada seus aspectos. Portanto, a seguir, será explorada cada componente do sentimento de insegurança por meio de análise mais aprofundada a permitir uma visão mais abrangente e enriquecedora.

2. Componentes do sentimento de insegurança

Segundo Guedes, Cardoso e Agra (2012), o sentimento de insegurança, também conhecido como insegurança subjetiva, é compreendido em três dimensões principais pela comunidade científica. A primeira dimensão é emocional ou afetiva, envolvendo o medo do crime ou uma reação emocional negativa. Essa dimensão avalia o conteúdo emocional do fenômeno, ou seja, a sensação de perigo e ansiedade que surge devido à ameaça de ser vítima de um crime (Ferraro & LaGrange, 2017; Garofalo, 1981). A segunda dimensão é a cognitiva, relacionada à percepção do risco de vitimação (Rader, 2004). Isso significa que envolve a avaliação da probabilidade de ser vítima de um crime (Ferraro, 1995; Machado & Agra, 2002). A terceira dimensão é a comportamental, referente às ações que as pessoas adotam em resposta a esse fenômeno, ou seja, as mudanças de comportamento que ocorrem em suas vidas, incluindo a adoção de medidas de proteção e evitação (Jackson & Gray, 2010). Portanto, o sentimento de insegurança é uma experiência complexa que abrange aspectos emocionais, cognitivos e

comportamentais, que são fundamentais para a compreensão completa deste fenômeno e que passaremos de maneira mais específica a tratar.

2.1. Componente emocional: medo do crime *stricto sensu*

A componente emocional, ou também chamada de afetiva, é a reação emocional negativa que surge com a ideia de ser vítima de condutas criminosas ou quando defronte a símbolos a estas associadas na vida quotidiana (Ferraro, 1995). Está relacionada às sensações de ansiedade, medo e incerteza que podem surgir quando uma pessoa se percebe em uma situação de risco ou de vulnerabilidade (Rader, 2004), que são influenciadas tanto pelas reações fisiológicas do corpo quanto pela interpretação cognitiva que a pessoa faz da situação (Lazarus, 1982). A componente emocional pode gerar uma resposta afetiva intensa e muitas vezes desagradável, levando a pessoa a evitar a situação que desencadeia a insegurança (Starcke & Brand, 2012).

Warr (2000) argumenta que o medo do crime não é qualitativamente diferente de outras formas de medo, sendo a distinção apenas o objeto ou estímulo do medo. Nesse sentido, o autor considera o medo do crime como uma defesa natural que se desenvolve em resposta à ameaça do crime (García et al., 2016). Hale (1996) menciona que o medo é influenciado por dois aspectos: a percepção do indivíduo sobre o risco pessoal de se tornar vítima e a avaliação da gravidade das consequências da vitimação. Jackson (2004) concorda com esta ideia, mas adiciona as atitudes do indivíduo em relação às condições sociais.

O medo do crime pode ser uma consequência da percepção de risco, isto é, uma reação ao ambiente percebido, sendo, portanto, produto de um processo cognitivo (Garofalo, 1981). Provavelmente, a percepção de risco é um fator determinante do medo, e não o medo em si (Ferraro, 1995). O medo não é simplesmente uma função do risco percebido, pois também depende da gravidade percebida dos crimes, que, por sua vez, depende do valor atribuído pelas pessoas às suas próprias vidas e propriedades (Rader, 2004). Assim, o medo do crime está relacionado à interação entre o indivíduo e o espaço físico, social e temporal (Warr, 2000).

Gabriel e Greve (2003) explicam o medo do crime de duas maneiras: como um estado transitório ou como um traço disposicional duradouro, resultante de sinais do ambiente. O estado transitório ocorre devido a percepções pontuais e específicas do ambiente, enquanto o medo disposicional tem maior duração, decorrendo de uma ampla variedade de elementos. Para os mesmos autores, isso significa que o medo do crime situacional é temporário e individual, enquanto o medo disposicional persiste em razão de sinais do ambiente que provocam medo.

Quanto maior o medo disposicional, maior a probabilidade de a pessoa permanecer em estado de medo. Isso é consistente com a "teoria da esponja", que descreve o medo do crime como uma construção psicológica influenciada por diversos aspectos, sendo uma emoção moldada por vários elementos (Farrall et al., 2007). Segundo essa teoria, a combinação de características pessoais quanto ao medo de se tornar vítima e à posição social pode levar a sentimentos abstratos de desconforto e incerteza que são posteriormente absorvidos e manifestados como medo do crime (Jackson, 2004).

Portanto, o medo do crime é uma emoção que emerge a partir de um conjunto de variáveis, seja devido a uma situação específica ou a associações diversas que desencadeiam a componente emocional. Em outras palavras, o medo do crime é uma emoção, uma reação específica ao crime ou a símbolos associados a ele (Hardyns & Pauwels, 2010). O sentimento de insegurança, em um sentido mais amplo, envolve, além da dimensão emocional, uma avaliação cognitiva do ambiente (Rader, 2004). Essa dimensão cognitiva não se confunde com o medo do crime como uma emoção, mas pode estar correlacionada com ela.

Relativamente à sua operacionalização, a medida da componente afetiva tem o objetivo de avaliar o aspecto emocional do sentimento de insegurança, diretamente questionando os indivíduos sobre o quão inseguros eles se sentem ou até mesmo o grau de medo que experimentam (Fattah & Sacco, 1989). Essa operacionalização do medo do crime concreto é comumente representada na literatura pela seguinte pergunta (e suas variações): "Quão seguro você se sente ao andar sozinho em sua vizinhança à noite?" (Box et al., 1988; Farrall et al., 1997; Fattah & Sacco, 1989; Ferraro & LaGrange, 2017; Hale, 1996; Rader, 2004).

Apesar de ser amplamente utilizada, essa medida global tem sido objeto de muitas críticas por diversos autores (Farrall et al., 1997; Ferraro & LaGrange, 2017; Jackson & Gray, 2010). De acordo com Guedes, Cardoso e Agra (2012), as principais críticas apontadas pela comunidade científica incluem os seguintes aspectos: (1) as medidas genéricas do medo não abrangem tipos específicos de crimes, sendo necessário nomear o tipo exato de crime ao medir o sentimento de insegurança; (2) a ausência de medidas quanto à frequência e à intensidade do sentimento de insegurança; (3) a medida concentra-se apenas no espaço público, excluindo o medo existente na esfera privada e no ambiente de trabalho. Adicionalmente, de acordo com Hale (1996), essa medida global pode levar a avaliações subjetivas e hipotéticas sobre a probabilidade de ser vítima, sem necessariamente corresponder à medida de uma reação emocional ao crime.

Além disso, Garofalo (1979) acrescenta as seguintes inconsistências: a pergunta não menciona explicitamente a palavra “crime”; o termo “vizinhança” ou “área de residência” (e suas variações) pode abrir margem a diferentes interpretações acerca do contexto ambiental acerca do qual se pergunta; os indivíduos são questionados acerca da sensação de segurança quando estão sozinhos fora de casa, atividade esta que é variável entre as pessoas, até mesmo rara para alguns; por fim, a pergunta “você se sente ou se sentiria inseguro?” remete a situações demasiadamente hipotéticas. Garofalo (1981) também destaca a importância de distinguir entre medo real, baseado em experiências passadas, e o medo antecipado. O medo real está fundamentado em situações similares vivenciadas anteriormente, enquanto o medo antecipado pode ou não ter uma base em experiências pregressas (Garofalo, 1981). Nesse tocante, para o autor, a adequada medição do medo do crime requer que se tente determinar não apenas os tipos de situações em que as pessoas dizem que sentiriam medo, mas também com que frequência se encontram em tais situações e com que intensidade reagiram a estas no passado. Entretanto, considerando que as pessoas evitam ou tentam minimizar os efeitos das situações estressantes antes de ocorrerem, pode-se esperar que tanto o medo real, quanto o medo antecipado levarão a respostas comportamentais (Garofalo, 1981).

Diante do exposto, depreende-se que o medo do crime em sentido estrito – dimensão emocional do sentimento de insegurança –, é uma emoção que surge devido a uma combinação de fatores (Hardyns & Pauwels, 2010). Em seguida, passaremos a explorar o sentimento de insegurança em sua dimensão cognitiva.

2.2. Componente cognitiva

Trata-se da percepção de risco de vitimação (Amerio & Roccato, 2007), ou seja, da antecipação da probabilidade de ser vitimado (Machado & Agra, 2002). De acordo com Ferraro (1995), perceber certas situações ou lugares como potencialmente perigosos para a ocorrência de uma vitimação criminal é a chamada percepção de risco. Da mesma forma, Mesch (2000) explica que a dimensão cognitiva ou medo abstrato refere-se ao risco percebido geral, tanto em nível individual como social, em relação à possibilidade de ser vítima de um crime, abrangendo a segurança e o bem-estar da sociedade. Conclui o autor que, quanto maior a avaliação ou julgamento cognitivo de que há risco de vitimação, maior será o medo do crime.

Por sua vez, sugerem Fattah e Sacco (1989) que tal componente tenta extrair as crenças em relação à extensão em que o crime os ameaça. Em outras palavras, a componente cognitiva

do sentimento de insegurança está relacionada com a forma como a pessoa percebe e interpreta a situação em que se encontra. A interpretação cognitiva é influenciada por fatores como experiências anteriores, crenças e expectativas, e pode levar a pessoa a interpretar uma situação como mais ou menos ameaçadora (Beck, 1979). Assim, a componente cognitiva do sentimento de insegurança pode gerar pensamentos negativos e distorcidos sobre a situação, o que pode agravar a sensação de insegurança (Rader, 2004).

Nesse tocante, a evidência empírica sugere que o medo do crime emocional difere do risco de vitimação. Segundo Mesch (2000), essas duas variáveis são afetadas de formas distintas pelas características sociais e demográficas dos indivíduos, identificando que a vitimação prévia tem um efeito indireto sobre o medo do crime, mas contribui para aumentar a percepção do risco, de tal modo que, quanto maior o risco percebido pelos indivíduos que vivem em ambientes com altas taxas de crimes e ofensores, maior se demonstra o medo do crime. Nesta linha, a relação entre as incivildades físicas e sociais e a percepção do risco é significativa, enquanto com o medo emocional se faz presente, mas de forma não tão intensa (LaGrange et al., 1992). No nível individual, o efeito do gênero é diferente entre as dimensões emocional e cognitiva, assim como em relação a crimes específicos, por exemplo, as variáveis relacionadas às atividades de rotina são melhores preditoras do medo de roubo em comparação à percepção do risco de vitimação (Rountree & Land, 1996). No mesmo sentido, Jackson (2009) constatou que as mulheres se preocupavam mais frequentemente do que os homens com crimes pessoais (mas não com crimes contra a propriedade) e que isto poderia ser explicado em parte pela percepção diferencial de risco. No estudo conduzido pelo autor, as mulheres sentiam-se menos no controle da situação e julgavam que as consequências eram maiores, enquanto os homens consideravam a maior probabilidade de serem vítimas. Também foi possível observar, no mesmo estudo, que os jovens se preocupavam com mais frequência do que os mais velhos com crimes pessoais (mas não com crimes contra a propriedade) (Jackson, 2009).

No tocante à sua operacionalização, a componente cognitiva visa a obter dos indivíduos suas crenças sobre a extensão em que o crime lhes representa uma ameaça. Isso é feito ao questioná-las sobre se percebem que os níveis de criminalidade em sua região são altos ou se acham que aumentaram nos últimos anos (Fattah & Sacco, 1989). Além disso, pode-se pedir que indiquem suas chances de se tornarem vítimas em um período específico ou seu provável sucesso em evitar a vitimação (Skogan & Maxfield, 1981). Essas avaliações cognitivas, focadas no risco pessoal ou ambiental, nem sempre são suficientes para medir o medo do crime concreto, que é caracterizado por preocupação e ansiedade (Fattah & Sacco, 1989). De fato,

alguns autores consideram que a medida cognitiva não é um indicador direto do medo do crime, mas sim um determinante desse sentimento (Warr, 1985).

Portanto, explorado o conceito do sentimento de insegurança cognitivo, passa-se, então, à abordagem da dimensão comportamental.

2.3. Componente comportamental

Além das componentes emocional e cognitiva, para grande parte da literatura, o sentimento de insegurança engloba também uma dimensão comportamental, que consiste nas estratégias de evitamento e comportamentos de autoproteção adotadas pelos indivíduos por razões de segurança (Gabriel & Greve, 2003).

Com efeito, a medida da componente comportamental está focada não em identificar o que a pessoa percebe sobre os níveis de crimes ou no seu sentimento emocional, mas sim no que ela faz como resposta ao crime (Fattah & Sacco, 1989; Jackson & Gray, 2010). Nesse sentido, as pessoas afetadas pelo medo podem adotar diversas atitudes, como evitar certos ambientes, buscar maior proteção ou meios de autodefesa para reduzir o risco de se tornarem vítimas (Warr, 2000). Segundo Hardyns e Pauwels (2010), a componente comportamental decorre da dimensão afetivo-emocional do medo do crime e refere-se às reações comportamentais ao medo, isto é, como evitar situações anormais ou adotar comportamentos defensivos. Assim, o aspecto comportamental do sentimento de insegurança está relacionado às ações ou mudanças que a pessoa adota diante da situação percebida como ameaçadora.

Segundo Garofalo (1981), tais comportamentos podem ser definidos em cinco categorias: evitamento (evitar exposição a situações consideradas de risco), proteção (aumentar a resistência à vitimação – na casa e no indivíduo), segurança (minimizar os custos da vitimação – por exemplo, seguros), comunicação (compartilhar informações e emoções relacionadas ao crime com outros) e participação (ações coletivas ligadas ao crime). Para Yuan e McNeeley (2015), comportamentos defensivos podem ser: ter trancas extras nas portas, instalar alarmes nas residências, adquirir uma arma pessoal para reduzir a probabilidade de vitimação, diminuir suas atividades de risco e buscar o envolvimento com vizinhos para juntos promoverem a redução do crime na comunidade.

A componente comportamental pode ser influenciada tanto pela componente emocional quanto pela componente cognitiva. Em que pese assente o entendimento dentro da comunidade científica da existência do aspecto comportamental do sentimento de insegurança, a maioria

dos estudos científicos sugerem que o aspecto comportamental se constitui como preditor das demais dimensões estudadas (Scott, 2003; Hignite et al., 2018; Asencio et al., 2014, Rader et al., 2007). Segundo Warr (2000), o comportamento é um preditor importante do medo do crime, porém, os comportamentos que revelam o medo nem sempre são fáceis de identificar ou detectar, uma vez que os indivíduos podem agir de forma subconsciente. Por sua vez, Ferraro (1995) destaca que alterações comportamentais podem ocorrer, como a restrição de atitudes ou a adoção de ações defensivas em resposta a percepções de alto risco, porém, prever a natureza da relação entre as adaptações comportamentais e o medo é difícil. Além da dificuldade de identificar comportamentos adotados ou evitados pelas pessoas, há também casos em que certos indivíduos são incapazes de restringir suas atividades a áreas seguras, o que pode levar ao isolamento e a um aumento do receio (Liska et al., 1988). Nesse contexto, a decisão de não fazer algo por medo pode gerar ainda mais medo e aumentar a percepção de risco, tornando-se um indicador do sentimento de insegurança (Crawl & Battin, 2017).

Por outro lado, o sentimento de insegurança, em circunstâncias inadequadas, pode restringir desnecessariamente o comportamento, limitar a liberdade, as oportunidades pessoais e ameaçar as comunidades (Warr, 2000). De forma similar, nos estudos de Jackson e Gray (2010), os indivíduos foram categorizados em três grupos: os despreocupados, que não expressam preocupação com o crime; os preocupados funcionais, que se preocupam com o crime e, portanto, tomam medidas para melhorar sua qualidade de vida; e, por fim, os preocupados disfuncionais, que sentem preocupação com o crime e relatam que sua qualidade de vida foi reduzida devido às suas preocupações e/ou precauções tomadas. No mesmo sentido, Dietz e Martin (2007) concordam que temer pela própria segurança pode ser racional em algumas situações, mas o medo excessivo pode limitar as atividades e as oportunidades de educação, trabalho, lazer e satisfação com a vida. De outro ângulo, com relação à percepção do ambiente e à redução de comportamentos, indivíduos que percebem suas vizinhanças como perigosas tendem a se engajarem menos em atividades noturnas e, quanto menos rotina noturna eles têm, menor é o medo do crime (Mesch, 2000).

No tocante à sua operacionalização, os itens contemplam comportamentos de autoproteção e de evitamento, tais como se restringem suas atividades, se carregam uma arma, se trancam as portas quando estão sozinhos em casa ou se evitam certos tipos de pessoas ou situações (Riger et al., 1982). Todavia, segundo Fattah e Sacco (1989), também é necessário cautela quanto à medida desta dimensão, porquanto as perguntas direcionam as respostas de

como os indivíduos dizem que se comportam, mas não necessariamente refletem como, de fato, se comportam.

Por todo o exposto, apesar das ambiguidades e divergências conceituais em relação ao sentimento de insegurança, a comunidade científica chegou a um consenso mais sólido de que as medidas empíricas para avaliar este fenômeno devem considerar as três grandes dimensões expostas: cognitiva, emocional e comportamental (Fattah & Sacco, 1989; Garofalo, 1981; Hale, 1996; Rader, 2004). Neste ponto, Box, Hale e Andrews (1988) enfatizam que uma escala abrangendo diversos itens relacionados à ansiedade, preocupação, apreensão e comportamentos é preferível, dado que o sentimento de insegurança é um fenômeno complexo e multifacetado (Farrall et al., 1997; Ferraro & LaGrange, 2017; Taylor & Hale, 2017).

Conceituado o sentimento de insegurança nas vertentes emocional, cognitiva e comportamental, passa-se à revisão de literatura relativa aos modelos teóricos.

3. Modelos Teóricos: como explicar o sentimento de insegurança

Como referido anteriormente, são diversos os modelos teóricos desenvolvidos pela comunidade científica a fim de perceber e explicar o sentimento de insegurança. A seguir, abordaremos os principais modelos teóricos adjacentes ao tema de forma mais detalhada.

3.1. Experiência de vitimação

O sentimento de insegurança é visto em parte como produto da vitimação anterior do indivíduo ou do conhecimento que possui sobre o crime. Segundo a abordagem inicial deste modelo teórico, os níveis de medo dentro de uma comunidade seriam causados pelo nível de atividade criminosa dentro dessa comunidade (Farral et al. 2007). Trata-se de uma das primeiras abordagens para explicar o sentimento de insegurança, postulando que o risco do crime e a experiência pessoal direta de vitimação eram chaves para entender por que algumas pessoas relatam estar ansiosas com o crime, enquanto outras não (Lewis & Salem, 2017).

Com efeito, o sentimento de insegurança dos indivíduos pode ser afetado pelo seu conhecimento sobre o crime, porém, este conhecimento pode derivar de várias fontes de informações (Box et al., 1988). Para Garofalo (1981), existem três maiores fontes de informações sobre o crime: a vitimação direta (como vítima ou testemunha), comunicação interpessoal sobre a experiência alheia direta ou indireta e os *media*. Conforme ressalva o autor,

quando essa informação é mediada por outros fatores pode fornecer uma imagem um tanto nebulosa do crime (Garofalo, 1981).

A vitimação direta e indireta refere-se aos encontros, experiências e relacionamentos significativos que ampliam ou minimizam as preocupações sobre o crime (Fattah & Sacco, 1989). Nesse sentido, a vitimação direta é o encontro pessoal com o crime (Taylor & Hale, 2017) e pode ser um fator de contribuição para o aumento do sentimento de insegurança, demonstrando as vítimas diretas mais medo do crime do que as não vítimas (Balkin, 1979). Todavia, esta relação, por si só, não se revela suficiente para explicar o nível ou a distribuição do medo na população em geral, uma vez que o número de pessoas com medo excede em muito o número de vítimas diretas, considerando que apenas uma pequena minoria da população sofre vitimação grave (Skogan & Maxfield, 1981). Além disso, é também de se considerar que as vítimas de crimes frequentemente neutralizam sua experiência (Agnew, 1985). Nesse contexto, a evidência empírica sobre a relação entre a vitimação direta e o sentimento de insegurança é controversa. Enquanto alguns estudos sugerem existir uma relação entre os conceitos (Balkin, 1979; Fox et al., 2009; Liska et al. 1988; Rader, 2004; Russo & Roccato, 2010), outros denotam que a relação existente é fraca (Box et al., 1988; Gibson et al., 2002; Lobo Antunes, 2006; Skogan & Maxfield, 1981) ou, ainda, que é inexistente (Baker et al., 1983; Hill et al., 1985).

Já a vitimação indireta consiste na experiência secundária com o crime (Taylor & Hale, 2017), isto é, no conhecimento sobre o crime proveniente da vitimação de outras pessoas. Alguns estudos referem existir uma forte relação entre os conceitos, sendo o medo reforçado quando o indivíduo se identifica com a vítima (Hale, 1996). Segundo Ferraro (1996), como a vitimação indireta é muito mais frequente que a vitimação direta, aquela parece possuir efeito mais forte nos comportamentos adotados pelos indivíduos em razão de segurança. Também em razão disso, o sentimento de insegurança dependeria muito mais da seriedade percebida da ofensa e da probabilidade percebida de ser vítima, do que dos efetivos riscos corridos, ou seja, somente onde os cidadãos sentem que correm um alto risco de serem gravemente vitimizados, é provável que sintam medo (Rader, 2004). Assim, mesmo onde os riscos de vitimação fossem considerados altos devido às taxas de criminalidade, isso não geraria medo se aquela ofensa específica fosse avaliada como trivial (Warr & Stafford, 1983).

Por fim, os indivíduos também adquirem conhecimentos sobre o crime pelos *media*. Alguns estudos denotam que, quando a imprensa retrata uma imagem particular do crime – escolha aleatória de vítimas, ausência de normas acompanhando o comportamento criminoso e

dramatização de eventos e riscos de vitimação –, isso contribui para o medo entre seus leitores (Baker et al., 1983; Garofalo, 1981; Heath, 1984).

3.2. Vulnerabilidade

As vulnerabilidades ou a percepção de vulnerabilidade de si mesmo também podem contribuir para aumentar o sentimento de insegurança dos indivíduos. Os indivíduos podem se sentir vulneráveis pelos mais diversos motivos, como, por exemplo, podem se sentir incapazes de se proteger física ou economicamente, ou serem incapazes de proceder a uma fuga rápida, outros podem se sentir menos capazes de lidar com as consequências físicas e emocionais de serem vitimados (Toseland, 1982). Com efeito, inúmeros estudos científicos têm se debruçado em tentar responder quem são as pessoas que têm medo do crime, através de pesquisa diferencial de um conjunto de variáveis demográficas e sociopsicológicas, como gênero, idade, posição social, etnia e a vitimação direta e indireta (Guedes et al., 2012).

A seguir, importa mencionar os principais resultados empíricos a partir das principais variáveis mencionadas na literatura e que podem trazer importância para o presente estudo.

3.2.1. Gênero

É assente na literatura científica que um dos mais fortes preditores do sentimento de insegurança é o gênero, uma vez que as mulheres reportam de forma consistente níveis mais elevados de medo do crime do que os homens (Ferraro, 1995; Fisher & Sloan III, 2003; Gordon et al., 1980; Madriz, 1997; May et al., 2010; Nellis, 2009; Schafer et al., 2006; Warr, 1984; Wilcox et al., 2006). Além de sentirem mais medo, as mulheres antecipam um maior risco de vitimação (LaGrange & Ferraro, 1989), tendem a considerar que o crime aumentou em sua área de residência e adotam mais comportamentos de evitamento e autoproteção que os homens (Stanko, 1995). Todavia, com exceção de crimes sexuais, os homens têm reportado níveis mais elevados de vitimação (Ugwu & Britto, 2015). Por exemplo, na cidade de São Paulo, 81,6% das vítimas de homicídios registrados na cidade no ano de 2021 eram homens, segundo dados oficiais emitidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo¹. Assim, embora

¹ Disponível em <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/PerfilHomicidio.aspx>. Acessado em 18/07/2023.

as mulheres relatam maior sentimento de insegurança, elas são o grupo menos vitimado. Essa aparente contradição é designada, por alguns autores, como “paradoxo medo-vitimação” ou “paradoxo da vitimação” (Britto et al., 2011; Ferraro, 1995; Fisher & Sloan III, 2003; Madriz, 1997; May et al., 2010; Nellis, 2009; Schafer et al., 2006; Warr, 1984).

Para explicar esse paradoxo, têm surgido várias explicações. Primeiramente, a nível das vulnerabilidades. Conforme referido por Guedes et al. (2012), o conceito de vulnerabilidade costuma ser dividido em vulnerabilidade real (dimensão física) e percebida (percepção de si como frágil e incapaz de se defender) (Guedes et al., 2012). Nas mulheres, ambas são mais elevadas: a vulnerabilidade percebida é maior (Machado & Agra, 2002; Skogan & Maxfield, 1981), tanto a nível físico quanto a nível social, porque não se sentem capazes de se defenderem através de meios econômicos, físicos e/ou sociais e, além disso, as mulheres, efetivamente, têm uma vulnerabilidade real mais elevada do que os homens (Guedes et al., 2012).

Outra abordagem possível para este fenómeno é a lacuna de se capturar totalmente o fenómeno de vitimação das mulheres (Hale, 2006). Nesse sentido, em se tratando de crimes específicos como agressão sexual e outros que ocorrem dentro de ambientes privados, tal paradoxo pode não existir (Guedes et al., 2012). Denota-se que a vitimação oculta das mulheres tende a não ser demonstrada nas pesquisas de vitimação em razão da natureza dos crimes que são normalmente incluídos nos estudos (Balkin, 1979; Riger et al., 1978, 1982; Sacco, 1990; Skogan, 2017; Sutton & Farrall, 2005). Outrossim, pela própria natureza dos crimes pelos quais são mais vitimadas (agressão sexual e violência por parte do parceiro íntimo), já se esperam menores taxas de denúncias e queixas, o que compõem as denominadas cifras negras (Felson & Paré, 2005; Heise, 1993; Stanko, 1995). Nesta linha, alguns estudos confirmam que as vitimações envolvendo não-estranhos respondem por grande parte da aparente contradição de seus altos níveis de medo (Fox et al., 2009; Stafford & Galle, 1984; Stanko, 1993, 1995).

Em outra abordagem, estudos sugerem que a diferença reportada pelas mulheres referente ao medo do crime reflete a preocupação mais ampla de serem vítimas de agressão sexual (Ferraro, 1995; Pain, 2001; Valentine, 1989). Com efeito, as mulheres estão mais suscetíveis a serem vítimas de crime sexuais, o que ensejaria um medo sempre presente de vitimação por crime dessa categoria (Riger et al., 1978; Stanko, 1990; Valentine, 1989; Warr, 1984). Para as mulheres, o medo de agressão sexual pode servir como um “ataque mestre”, que influencia seu medo e risco de outras formas de vitimação (Ferraro, 1996). Nesta linha, Warr (1984) sugere que o medo feminino de agressão sexual influencia o medo relativo a outros crimes, como o roubo, uma vez que, enquanto os homens temem ter a propriedade roubada, as mulheres temem

ser sexualmente vitimadas por um assaltante. Desta forma, o medo da vitimação sexual torna-se perceptivamente contemporâneo com o medo de outras formas de vitimação e é denominado como “sombra da agressão sexual” (*shadow of sexual assault*) (Goodey, 1997; Madriz, 2023; Pain, 2001; Stanko, 1990; Valentine, 1989). Pesquisas forneceram validação empírica da hipótese da sombra da agressão sexual (Ferraro, 1995, 1996; Fisher & Sloan III, 2003).

De outro lado, alguns estudos também sugerem que a explicação para o paradoxo pode estar relacionada às teorias da masculinidade. Os homens podem ser mais relutantes em admitir voluntariamente seus sentimentos de ansiedade, insegurança e medo devido aos processos de socialização de gênero na sociedade (Day, 2001; Day et al., 2003; Rader & Haynes, 2011; Sacco, 1990; Sutton et al., 2011; Sutton & Farrall, 2005). Em um estudo conduzido por Sutton, Robinson e Farrall (2011), os homens que foram solicitados a responderem de forma a favorecer suas imagens relataram menores níveis de medo (mais corajosos) em comparação com aqueles que foram instruídos a serem totalmente honestos e precisos, enquanto nas mulheres o efeito foi inverso, aquelas solicitadas a responderem de forma mais favorável a si aduziram maior nível de medo (mais temerosas) do que aquelas que responderam honestamente.

Dessa forma, considerando os argumentos apresentados e as diversas ênfases dadas ao sentimento de insegurança reportado pelas mulheres, fica claro que o medo mais elevado e constante entre as mulheres não é inexplicado ou irracional, mas sim resultado de várias situações que afetam em maior proporção as mulheres.

3.2.2. Idade

A idade também surge como um relevante preditor do medo, uma vez que indivíduos mais idosos relatam maiores níveis de medo do que os mais jovens (Akers et al., 1987; Antunes et al., 1997; Baldassare, 1986; Baumer, 1978; Ceccato & Bamzar, 2016; Clemente & Kleiman, 1976; Fattah & Sacco, 1989; Garofalo, 1981; Kahana et al., 1977; Lagrange & Ferraro, 1989; Mark, 1984; Skogan & Maxfield, 1981; Toseland, 1982;), Entretanto, em termos de estatísticas oficiais criminais, os mais velhos são menos vitimados que os mais jovens, o que resulta num paradoxo, que pode ser explicado pelo facto de os jovens estarem mais expostos a lugares públicos (Ferraro & LaGrange, 1988). Outros autores, como Skogan (1999), sugerem que o medo pode estar relacionado com a antecipação das consequências de ser vítima de crime.

Assim como em relação ao gênero, emerge neste ponto a importância do conceito de vulnerabilidade. O aparente paradoxo pode ser explicado pela vulnerabilidade real, pois os idosos possuem maior fragilidade física e menor capacidade de resistência (Guedes et al., 2012).

Por outro lado, há evidência empírica que afasta a hipótese de vulnerabilidade para pessoas mais velhas. No estudo conduzido por Jackson (2009), constatou-se que os mais jovens manifestam preocupação com crimes pessoais (mas não sobre crimes contra a propriedade) de forma mais frequente que pessoas mais velhas. O autor aponta a falta de estudos que se utilizaram de um conjunto completo de julgamentos para analisar os efeitos de gênero e idade em relação à percepção de risco, como, por exemplo, a avaliação tanto do medo transitório (momentâneo) quanto do medo disposicional (persistente). Ferraro e LaGrange (1992), Ziegler e Mitchell (2003) e Chadee e Ditton (2003) também encontraram evidências empíricas no mesmo sentido, a refutar a hipótese de vulnerabilidade dos mais velhos. Pain (2001) argumenta que, exceto por grupos muito excluídos, atualmente as pessoas mais velhas sofrem menos as consequências do medo do que se acreditava anteriormente, enquanto os mais jovens estão cada vez mais reconhecidos como estando em maior risco de vitimação e medo.

Por derradeiro, os estudos sobre a relação entre o medo do crime e a idade apresentam resultados variados, e não é possível afirmar de maneira tão segura que os indivíduos mais velhos são os mais medrosos, o que leva a explorar o sentimento de insegurança por uma ótica mais ampla e considerando outras variáveis individuais.

3.2.3. Outras variáveis individuais

Outras variáveis comumente estudadas são a posição social e etnia, apontando que as minorias étnicas e indivíduos em posição social mais desfavorecida na sociedade, normalmente, evidenciam maior medo (Baumer, 1985; Taylor & Hale, 2017; Belyea & Zingraff, 1988; Wiltz, 1982). Sugerem Fattah e Sacco (1989) que as explicações da relação entre o medo do crime e indivíduos de baixo estatuto socioeconômico ou pertencentes a grupo de minoria racial tendem a enfatizar a importância de tais variáveis de associação como indicadores de vulnerabilidade pessoal ou de proximidade com a ameaça de perigo criminal. Nesse sentido, as pessoas mais pobres teriam à disposição menos recursos econômicos e sociais que aumentam a sensação de insegurança, sendo menos capazes de proteger a si mesmos ou a sua propriedade ou de se distanciar de pessoas ou situações que possam despertar ansiedades relacionadas ao crime (Fattah & Sacco, 1989). Além disso, os ocupantes de estatuto socioeconômico menor teriam

menos recursos para se auto proteger e evitar a vitimação, bem como maior probabilidade de residir em bairros com altos índices de criminalidade para os quais o medo pessoal é uma resposta racional (Lea & Young, 1984; Sampson & Wooldredge, 1986).

3.3. Variáveis contextuais do sentimento de insegurança

O sentimento de insegurança é um fenômeno complexo e multifacetado, influenciado por uma série de fatores intrínsecos e extrínsecos. Entre esses fatores, destacam-se as variáveis contextuais, que desempenham um papel fundamental na intensificação ou atenuação do sentimento de insegurança (Ferraro, 1995). Ao examinar as variáveis contextuais, busca-se compreender como o ambiente e as circunstâncias em que se encontram podem impactar a sensação de segurança pessoal (Taylor, 2002). Passa-se, portanto, a explorar algumas das principais variáveis contextuais que, segundo a literatura científica, podem desempenhar um papel relevante no sentimento de insegurança.

A abordagem do comportamento humano a partir de uma perspectiva ecológica surgiu com a Escola de Chicago (Park & Burgess, 2019), sugerindo que padrões de conduta humana eram moldados pela organização espacial em que estavam inseridos (Watts et al., 2008). No início do Século XX, a cidade de Chicago sofreu abruptas mudanças como o rápido crescimento demográfico, forte industrialização e vinda de população imigrante em busca de melhores condições de vida, surgindo como importante demanda a resolução do problema do crime (Sampson et al., 1997). A Escola de Chicago, na linha da abordagem ecológica trazida por seus pesquisadores, defendia, pois, que o ambiente urbano pode moldar o comportamento humano (Becker, 1999; Lessig, 1998; Musolf, 2003).

Com origem nas diretrizes propostas pela Escola de Chicago, a Criminologia Ambiental moderna propõe um enfoque no contexto ambiental e em como esses elementos ambientais podem contribuir para um entendimento da incidência do crime (Guedes et al., 2012). A mais consistente evidência empírica entre o crime e a cartografia é a constatação de que o crime tem uma distribuição desigual, ou seja, concentra-se em algumas áreas específicas (Pain, 2000; Smith, 1986). Assim como o crime, o sentimento de insegurança também possui uma distribuição desigual (Fisher & Nasar, 1995; Nasar & Jones, 1997). Com efeito, os indivíduos têm níveis de medo mais elevados em certas cidades, bairros e regiões em comparação a outras, bem como existem diferenças no fenômeno a depender do período do dia (noturno ou diurno) (Ferraro & Lagrange, 2017; Taylor, 2002). Ainda, nem sempre os *hot spots* de medo do crime

coincidem com os *hot spots* de taxas de criminalidade, o que remete também a uma relação paradoxal semelhante ao já referido paradoxo medo-vitimação (Nelson et al., 2001).

Por outro lado, depreende-se que o contexto social pode exercer um efeito sobre o comportamento e as atitudes (Fattah & Sacco, 1989). Partindo do pressuposto de que os aspectos ambientais em conjunto com experiências prévias podem desencadear insegurança nos indivíduos, importante perceber quais são as propriedades visuais (Hanyu, 1997, 2000) ou pistas físicas e sociais com capacidade para evocar respostas emocionais nestes espaços e que têm sido referenciadas pela literatura científica (Fisher & Nasar, 1995; Sreetheran & Van Den Bosch, 2014; Schweitzer et al., 1999). A imagem mental de um lugar inseguro depende da intersecção de mapas mentais e as pistas ambientais funcionam como sinais prévios de aviso que poderão desencadear medo no indivíduo, em razão de os indivíduos terem experiência prévia a associá-los com aspectos que lhes provocam medo (Guedes et al., 2012).

Neste ponto, sob o prisma urbanístico, estudos empíricos sugerem que residentes de grandes cidades tendem a expressar mais o sentimento de insegurança que residentes em cidades menores (Baumer, 1978, 1985; Belyea & Zingraff, 1988; Clemente & Kleiman, 1977; Fattah & Sacco, 1989; Kennedy & Krahn, 1984; Sacco, 1985). As interpretações da relação entre medo e urbanismo tendem a enfatizar o fato de que cidades maiores têm taxas de criminalidade mais altas e, portanto, maior medo é visto como uma resposta realista ao perigo elevado (Sacco, 1985). Outros autores concentraram a atenção analítica na psicologia social da vida urbana no sentido de que muitos encontros públicos em ambientes urbanos envolvem interação com outros que são estranhos (pessoal e culturalmente) e tais encontros podem gerar uma sensação de desconforto por parte de muitas pessoas (Fischer, 1981; Merry, 1981).

Ao nível de percepção da insegurança, Nasar e Fisher (1993) afirmam que é possível conceber três níveis de análise entre o espaço e o medo: macro, meso e micro. O nível macro são as percepções gerais de diferentes países ou cidades como seguras ou inseguras. O segundo, por sua vez, é percepção relativa a subáreas de uma cidade, como bairros. Por fim, o micro se refere a uma situação em concreto ou local específico. Em termos concretos, os níveis de medo podem variar não apenas entre as cidades, mas também dentro das cidades, de modo que os residentes de alguns bairros podem relatar estarem mais preocupados com o crime do que os residentes de outros bairros. Existem evidências empíricas de que taxas mais altas de crimes na vizinhança aumentam a probabilidade de que os moradores da vizinhança expressem ansiedades sobre sua segurança (Lee, 1983; Maxfield, 1984; McGarrell et al., 1997; McPherson, 1978; Scarborough et al., 2010). Importante ressaltar, porém, que, além da taxa de

criminalidade do bairro, outros fatores podem influenciar as percepções de perigo pessoal, como as incivildades (Lewis & Maxfield, 1980; Maxfield, 1984; Skogan & Maxfield, 1981), heterogeneidade social e baixo grau de integração social (Belyea & Zingraff, 1988; Chiricos et al., 1997; McGarrell et al., 1997), conforme será aprofundado mais adiante.

Ainda sob a ótica ecológica, diversos estudos defendem que a falta de perspectiva num determinado local provoca um aumento do sentimento de insegurança (Fisher & Nasar, 1995; Nasar & Fisher, 1993; Nasar & Jones, 1997; Petherick, 2000). A existência de locais em que o ofensor possa se esconder quando pretende cometer um crime também é considerado um aspecto visual que influencia no fenômeno estudado, uma vez que diminui o risco de o ofensor ser capturado ou surpreendido (Nasar & Fisher, 1993). Ainda, na ausência de um ofensor visível, as pessoas tendem a antecipar uma reação de fuga, portanto, locais que dificultem eventual fuga também podem desencadear insegurança (Nasar & Jones, 1997). Árvores, arbustos, esquinas ou becos que podem fornecer esconderijos para eventuais ofensores também produzem o mesmo efeito nos indivíduos (Nasar & Jones, 1997). Com base em modelos anteriores, Fisher e Nasar (1995) criaram tipologia que avalia as percepções de segurança de potenciais vítimas baseadas nos diferentes níveis de perspectiva para a vítima e de refúgio para o ofensor. Em apertada síntese, segundo os autores, locais em que eventuais ofensores não têm onde se esconder e locais que proporcionam ampla visão do espaço às vítimas seriam os locais em que os indivíduos se sentiriam mais seguros. De outro vértice, situações nas quais os ofensores teriam muitos locais para se esconderem e os indivíduos, por sua vez, visão obstruída, são ocasiões nas quais os indivíduos se sentem muito inseguros, existindo, nesse sentido, forte evidência empírica pela literatura científica (Fisher & Nasar, 1995; Herzog & Chernick, 2000; Nasar & Fisher, 1993; Nasar & Jones, 1997; Petherick, 2000).

A luminosidade também tem sido estudada de forma ampla por diversos investigadores acerca do fenômeno da (in)segurança. Intrinsecamente conectada ao elemento anterior (falta de perspectiva), é consensual a ideia de que a falta de luminosidade contribui, em grande parte, para um incremento do sentimento de insegurança. A percepção de insegurança, ademais, é maior para cenários representativos da noite, conforme estudo realizado por Bishop e Rohrmann (2003) e confirmado por outros diversos estudos (Boyce, 2019; Doran & Lees, 2005; Maier & DePrince, 2020; Nasar & Jones, 1997; Pain et al., 2006; Painter, 1994).

As desordens físicas e sociais, por sua vez, possuem bastante importância na literatura para tentar explicar o sentimento de insegurança. Muitas pessoas se tornam medrosas de se tornarem vítimas de crimes, tendo em vista a percepção de ameaça imediata de seu entorno

(Box et al., 1988). As incivildades são condições físicas e sociais vistas como problemáticas e potencialmente ameaçadoras pelos frequentadores e residentes do espaço público (Taylor, 1999). Em outras palavras, para Fattah e Sacco (1989), o termo incivildades é usado para se referir aos aspectos físicos e sociais da vizinhança que podem ser interpretados pelos moradores como indicadores de desordem social. Argumenta-se que tais condições sinalizam para aqueles que moram na vizinhança que os controles sociais não estão operando e que uma pessoa ou propriedade pode estar em perigo (Lewis & Maxfield, 1980).

Comumente distinguem-se as incivildades físicas (vandalismo, edifícios e carros abandonados, lixo, graffiti, entre outros) e sociais (pessoas consumindo bebidas alcoólicas em público, pessoas a discutirem nas ruas, insultos, gangues, prostituição, tráfico de drogas, entre outros) (Doran & Lees, 2005; Perkins & Taylor, 1996; Robinson et al. 2003; Sampson, 2009; Wilson & Kelling, 1982). Com efeito, as incivildades físicas levam as pessoas a realizarem inferências sobre o ambiente e, mais especificamente, sobre o tipo de pessoas que lá habitam ou frequentam e os controles formais e informais. Considerando, ainda, que esses elementos físicos são experienciados de forma mais frequente, depreende-se que possuem a capacidade de gerar mais insegurança aos indivíduos do que o próprio crime (Guedes et al. 2012).

A Teoria de *Broken Windows*, proposta por Wilson e Kelling (1982), apresenta a existência de um processo por etapas onde as incivildades sociais ou físicas levam a níveis de crimes mais elevados numa comunidade. A sequência proposta pelos autores da teoria em questão é: se uma janela de um edifício se quebra e não é consertada em um curto período, os residentes irão concluir que o controle social informal do local é baixo e que outros residentes não se importam com o que se está a passar no bairro. Assim, os residentes se tornarão cada vez mais relutantes em usar os espaços públicos ou a intervir em situações de desordem, ficando cada vez mais preocupados com sua segurança. Por outro lado, aos delinquentes, as incivildades físicas simbolizarão oportunidades para delinquir (Cloward & Ohlin, 1960; Taylor & Covington, 1993). Ainda, os autores referem que o papel das incivildades sociais e físicas no sentimento de insegurança é mediado pelas percepções do risco de ser vítima de crime. Aprofunda Sampson (2009) que teria maior importância a percepção da seriedade da desordem pelo indivíduo e que algumas incivildades, sejam elas físicas ou sociais, podem ser vistas como mais problemáticas em determinados contextos do que em outros.

Assim sendo, a partir de todo o exposto, depreende-se que as variáveis contextuais podem impactar para aumentar ou diminuir o sentimento de insegurança dos indivíduos.

3.4. Processos sociais

Além das variáveis contextuais que podem produzir preocupações de iminente risco de crime e, nesse caso, aumentar o sentimento de insegurança dos indivíduos (Jackson, 2005), essa relação pode ser mediada por processos sociais dentro dos bairros, que podem servir como proteção contra preocupações de vitimação (Brunton-Smith & Sturgis 2011; Chataway et al., 2017; Jackson, 2004). Com efeito, a integração social é definida como o sentido de pertencimento dos indivíduos num determinado bairro e sua ligação com a comunidade em que estão inseridos (Franklin et al., 2008). Fattah e Sacco (1989) sugerem que, na medida em que os indivíduos são capazes de se integrarem em redes sociais e obterem apoio de suas relações com os outros, seus medos de vitimação criminal podem ser reduzidos. A partir de resultados empíricos sólidos, Adams e Serpe (2000) constataram que a integração social na comunidade reduziu significativamente os sentimentos de vulnerabilidade e o sentimento de insegurança.

Outro processo social estudado é a vinculação do indivíduo ao bairro em duas dimensões principais: a vinculação comportamental e a vinculação atitudinal (Guedes et al., 2012). Na primeira, consideram-se as interações no bairro e o envolvimento que o indivíduo tem no local. A vinculação atitudinal, por sua vez, tem dois aspectos importantes, a coesão ou a confiança social e a percepção do controle social informal entre os vizinhos. Dessa forma, sugerem os autores (Guedes et al., 2012) que, ao haver uma interação entre os indivíduos de determinada comunidade e ao existir participação nas organizações e associações, tal fato levará ao fortalecimento da coesão social entre eles. Segundo Lee (1983), a integração em redes locais de vizinhança também pode afetar os sentimentos de segurança pessoal. Especificamente, tais redes relacionais integrativas tendem a aumentar a probabilidade de que os residentes usem meios informais para controlar a atividade social disruptiva dentro de seus bairros, de tal modo que a presença de controles sociais informais resulta em menos crimes e, por consequência, em maior sensação de segurança pública (Bellair, 2000; Freudenburg, 1986).

A vinculação comportamental tende a afetar a vinculação atitudinal ao nível da comunidade (Sampson et al., 1997; Taylor, 2002) e existem estudos que afirmam que a vinculação do indivíduo com o bairro tende a ter um papel importante na redução do sentimento de insegurança dos residentes (Adams & Serpe, 2000). Em contraposição, existe evidência empírica não muito forte no sentido de existir um efeito positivo dos laços sociais no sentimento de insegurança, vez que a interação entre vizinhos pode desencadear uma exposição mais elevada à informação sobre crimes (Gate & Rohe, 1987; Taylor & Hale, 2017). Ao nível do

bairro, a integração social também pode fornecer aos residentes um conhecimento detalhado das fontes e formas de perigo local e, como resultado, eles podem sentir que enfrentam menos riscos e são mais capazes de gerenciar os riscos que os confrontam (Yin, 1980). Ainda, no estudo realizado por Delishi e Regoli (2000), verificou-se que as pessoas que tendem a não socializar e que querem mudar de residência classificam os seus bairros como mais inseguros.

Por outro lado, as percepções de eficácia coletiva representam um aspecto distinto em relação à integração social. Morenoff, Sampson e Raudenbush (2001) e Sampson, Raudenbush e Earls (1997) trouxeram uma contribuição significativa a esse tema. De acordo com estes autores, a percepção de eficácia coletiva em um bairro – isto é, a crença de que existe coesão social baseada na confiabilidade dos vizinhos e em sua capacidade de atuarem como agentes informais de controle social – é uma variável fundamental para compreender a habilidade dos moradores em lidar efetivamente com a criminalidade e melhorar a segurança pública. Controlados outros fatores, como a desvantagem econômica, verificou-se que bairros com alta eficácia coletiva se relacionaram negativamente com a criminalidade violenta (homicídios) (Sampson et al., 1997). No contexto do sentimento de insegurança, Gibson et al. (2002) constataram que o aumento da eficácia coletiva tem impacto elevado na diminuição do medo do crime entre os residentes. Outrossim, no contexto da eficácia coletiva, cumpre destacar a Teoria do Capital Social (Putnam, 2000), segundo a qual as redes de apoio social podem melhorar o bem-estar geral, levando a níveis mais elevados de satisfação e eficácia coletiva, o que pode influenciar no sentimento de insegurança (Borges & Cano, 2022). Ainda, elevados níveis de apoio social também são considerados para promover a prevenção da violência, considerando que os indivíduos inseridos em redes de apoio demonstram maior probabilidade de assumir um comportamento para proteger a si e aos outros (Borges & Canos, 2022).

Dessa forma, conclui-se que altos níveis de coesão social, controle social informal, capital social e, conseqüentemente, de eficácia coletiva – conceitos esses que se relacionam e se complementam entre si – podem reduzir o sentimento de insegurança e têm apresentado importância na literatura.

3.5. Insegurança social e econômica

Como visto acima, o sentimento de insegurança vem sendo examinado pela literatura científica sob diversas óticas. Com efeito, as grandes crises econômicas que se deram ao longo do tempo levaram muitos pesquisadores a estudarem o papel que a insegurança social e

econômica poderia ter no sentimento de insegurança. Depreende-se que o aumento da importância do crime na sociedade moderna, notadamente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, despertou uma série de ansiedades difusas na classe média da população, isto é, preocupação com a economia, governo inflado, bem-estar, inflação e políticas públicas afirmativas (Garland, 2001). Tais ansiedades difusas, muitas vezes, se manifestam na forma de medo do crime e de esforços para administrar a vulnerabilidade e o risco (Britto, 2013). A incerteza na vida, em termos de posição econômica, saúde, relacionamentos e posição social, constitui ansiedades difusas e, em última análise, é facilmente expressa como medo do crime (Hollway & Jefferson, 1997). Para Britto (2013), o sentimento de insegurança pode servir para deslocar ansiedades, cujo local é mais interno e perturbador de contemplar.

Ademais, muitos estudiosos sugeriram que uma das razões pelas quais as inseguranças econômicas, sociais e políticas podem estar relacionadas ao apoio à política punitiva é justamente o medo do crime (Costelloe et al., 2009; Dammert & Malone 2003; Garland, 2001; Simon, 2007). Alguns estudos empíricos realizados confirmaram que existe forte correlação entre alguns índices de insegurança (emprego, educação dos filhos, qualidade de vida, estabilidade econômica e direitos) e o medo geral da violência, bem como o medo específico de roubo (Dammert & Malone, 2003, 2006). Em pesquisa realizada por Smolej e Kivivuori (2006), não se mediu diretamente a ansiedade difusa, mas incluiu medida de desemprego e encontrou forte relação entre desemprego e medo da violência. Nesta linha, a insegurança econômica, uma medida de “ansiedade difusa”, teve um efeito positivo e significativo sobre o medo do crime na pesquisa conduzida por Britto (2013), sugerindo que o sentimento de insegurança pode servir como forma de ampliar e expressar outras preocupações que deixam os indivíduos desconfortáveis. Existem também evidências empíricas de que a percepção individual e a avaliação de processos e evoluções mais gerais que ocorrem na sociedade estão relacionadas ao sentimento de insegurança (Cops et al., 2012), assim como políticas de proteção social mais abrangentes estão associadas a níveis mais baixos de sentimento de insegurança (Hummelsheim et al., 2011).

Na tentativa de explicar essa relação, sugere-se que o sentimento de insegurança pode servir como uma esponja, absorvendo sentimentos mais fundamentais e mais abstratos de desconforto social (Jackson, 2004). Em outras palavras, trata-se da ideia de que o medo do crime também funciona como um discurso facilmente acessível para expressar sentimentos mais fundamentais e abstratos de incertezas sociais (Hollway & Jefferson, 1997; Walklate & Mythen, 2008). Isso posto, para o presente estudo que pretende explorar eventuais diferenças

entre o sentimento de insegurança em duas localidades com características criminais e sociais contrastantes, revela-se de suma importância a inclusão de variáveis relativas à insegurança social e econômica.

4. Análise de contextos sociais: Portugal (Porto) e Brasil (São Paulo)

Os contextos sociais que serão observados nesta investigação possuem aspectos bastante distintos que precisam ser analisados de forma integrada com os resultados empíricos. Isso porque este estudo pretende explorar o fenômeno do sentimento de insegurança e perceber eventuais variações de acordo com o contexto do qual foram retiradas as amostras, que são deveras contrastantes, principalmente ao nível de criminalidade. Ressalte-se, neste ponto, que, para o desenvolvimento deste estudo empírico, foram escolhidos como índices sociais a densidade demográfica, a taxa de desemprego e as estatísticas oficiais relativas à criminalidade². Assim, passa-se a analisar os contextos sociais de Portugal e da cidade do Porto, bem como do Brasil e da cidade de São Paulo.

De acordo com o Censos 2021, realizado em Portugal, o país conta com uma população de 10.343.066³ e uma taxa de desemprego de 8,13%⁴. Especificamente, a área metropolitana do Porto, consoante dados estatísticos presentes no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estatística para o ano de 2020, contava com uma população de 1.727.774 habitantes e uma taxa de desemprego de 5%⁵.

Em termos de estatísticas oficiais da criminalidade, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2021⁶, o número total de participações criminais registradas em Portugal foi de 301.394. Os crimes contra o patrimônio, seguidos pelos crimes contra as pessoas, foram as categorias criminais mais frequentes no país. Nesse passo, verifica-se que o crime de violência doméstica contra o cônjuge ou análogos e o furto em veículo motorizado foram os

² O contexto social não pôde ser analisado com tamanha profundidade, em razão da escassez de tempo e de recursos e, por este motivo, focou-se em alguns índices sociais como densidade populacional, taxa de desemprego e, principalmente, nas estatísticas criminais oficiais de ambos os países e cidades.

³ Disponível em: <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011609>. Acessado em 02/03/2023.

⁴ Disponível em: <https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011661>. Acessado em 02/03/2023.

⁵ Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3. Acessado em 02/03/2023.

⁶ Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>. Acessado em 02/03/2023.

crimes mais registrados pelos órgãos oficiais. Especificamente no Distrito do Porto, segundo a mesma fonte, foram registradas 47.552 ocorrências criminais, o que indica um declínio de 5,8% nas ocorrências registradas do ano anterior.

No tocante à criminalidade violenta e grave, isto é, que têm como denominador comum a violência física ou psicológica, confirmou-se a tendência de declínio que vem ocorrendo desde 2009. Foram anotados pelos órgãos oficiais, 85 homicídios voluntários consumados e 629 ofensas à integridade física voluntária grave no ano de 2021. Destaca-se, nessa categoria, no entanto, os crimes de roubo na via pública, exceto por esticção (4.308 ocorrências no ano de 2021), roubo por esticção (1.745 ocorrências) e resistência e coação sobre funcionário (1.555 ocorrências), o que representa 65,5% da criminalidade violenta e grave total. O Distrito do Porto, por sua vez, registrou 1.886 ocorrências da categoria relativa à criminalidade violenta e grave. Especificamente o crime de roubo, em suas mais variadas formas, é responsável por 68% do total das ocorrências violentas graves registradas em Portugal, alcançando, no entanto, o número mais baixo dos últimos 15 anos.

De outro lado, passa-se aos dados do Brasil e, especificamente, da cidade de São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo. A cidade de São Paulo é uma das cidades mais populosas do mundo, contando com 12.200.180 habitantes, conforme informações constantes no site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2022⁷, ou seja, em comparação com Portugal, a cidade possui maior número de habitantes do que o país inteiro. Aponta, ainda, o mesmo Instituto, que 8,7% da população brasileira no terceiro trimestre de 2022 estava desempregada e, no âmbito da cidade de São Paulo, para o ano de 2019, o desemprego apontava 15,9% de sua população, consoante dados contidos na plataforma online mantida pela Prefeitura de São Paulo, chamada “ObservaSampa”⁸. Para comparação internacional do fenômeno, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, seguindo padronização proposta pela Organização Internacional do Trabalho, 5,1% da população brasileira apta ao trabalho no ano de 2018 era desocupada de longo prazo (mais de um ano procurando emprego), enquanto em Portugal o percentual de desocupados de longo prazo não ultrapassava 4%⁹.

⁷ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acessado em 02/03/2023.

⁸ Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acessado em 02/03/2023.

⁹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acessado em 23/07/2023.

No tocante à criminalidade, conforme dados retirados do sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo¹⁰, a cidade de São Paulo registrou no ano de 2021, um total de 563 homicídios, o que significa 4,73 homicídios dolosos por 100.000 habitantes. O crime de furto (subtração sem violência com ou sem qualificadoras) também apresenta número elevado para o ano de 2021: 187.785 ocorrências policiais registradas, ou seja, 1.576,06 por 100.000 habitantes; enquanto o crime de roubo (todos os tipos) apresentou 1.079,23 ocorrências por 100.000 habitantes e um total de 128.589 ocorrências registradas.

Nesse ponto, é importante ressaltar que o roubo por esticção, bastante presente nas estatísticas oficiais portuguesas referentes à criminalidade violenta, é classificado no Brasil como furto qualificado, ou seja, crime desprovido de violência. Para os órgãos que compõem o sistema de justiça português e consolidada jurisprudência,

“configura o crime de roubo e não o crime de furto a conduta de quem se abeira da vítima, que transporta uma carteira, debaixo de um braço e, de surpresa, com um esticção, agarra a mesma carteira e retira-a desse local, pondo-se em fuga, com a dita carteira em seu poder, o que foi de imediato sentido pela vítima. Retirar algo assim de alguém, de forma brusca, só pode ser considerado um acto violento, pois trata-se da intromissão no corpo de uma pessoa por meio de uma conduta que visa quebrar ou impedir a resistência da vítima (aproximação de surpresa, puxão, fuga subsequente imediata).”¹¹.

Já para a jurisprudência dos tribunais brasileiros, quando a violência é dirigida exclusivamente à coisa, limitando-se o infrator “a puxar a bolsa da vítima, sem sequer esboçar qualquer ato de violência ou de grave ameaça” e apesar de, em alguns casos, a vítima do delito poder sofrer lesões durante a prática delitiva, tais lesões são causadas de forma indireta pelo arrebatamento da bolsa, o que afasta o enquadramento da conduta para o crime de roubo¹².

Diante dessa observação, é possível compreender que, das estatísticas oficiais assinaladas, há uma parcela de condutas classificadas de forma diversa (com ou sem violência) a depender do país em que foi praticada e, com isso, deve-se considerar que a diferença das

¹⁰ Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx>. Acessado em 10/03/2023.

¹¹ Trecho retirado do sumário de Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra; 133/09.8GAOHP.C1; Relator: José Eduardo Martins; Data: 27/04/2011.

¹² Trecho retirado da ementa do Acórdão do Superior Tribunal de Justiça; AgRg no AREsp 1604296/MG; Relator: Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 16/6/2020.

estatísticas criminais oficiais com relação aos crimes com violência é ainda maior do que aquela constatada oficialmente entre as duas localidades.

Por fim, importante referir que, de acordo com o Índice Global da Paz de 2023¹³, entre 163 países em uma escala de segurança, o Brasil ocupa a posição 132^a, enquanto Portugal está na 7^a posição. Enquanto o Brasil figura como um dos países mais inseguros para viver, Portugal desponta como uma das nações mais seguras do mundo. Em suma, diante dos números e indicadores apresentados, verifica-se que as realidades entre os países são bastante diversas e contrastantes, sendo que o Brasil e a cidade de São Paulo registram números de criminalidade, densidade demográfica e taxa de desemprego superiores a Portugal e à cidade do Porto.

5. Estudos empíricos sobre o sentimento de insegurança e contextos sociais

Na presente secção, serão apresentados estudos empíricos realizados no Brasil e em Portugal sobre o sentimento de insegurança. Com efeito, as investigações que vêm sendo realizadas pela comunidade científica desde a década de 1960 sobre o tema não abrangeram de forma tão consistente a América Latina, porquanto a maior parte do desenvolvimento da literatura se deu nos países europeus e na América do Norte. Dessa forma, pretende-se entender se os modelos teóricos até então concebidos também têm aplicação no contexto social de países latino-americanos, como é o caso do Brasil.

No Brasil, um estudo de Araújo (2015) examinou o impacto do medo do crime na mobilidade urbana na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Os resultados indicaram que o medo do crime afeta negativamente a mobilidade e a qualidade de vida dos residentes. Por outro lado, Silva e Beato Filho (2013) apontaram que a vitimação é preditora do medo do crime entre indivíduos da região metropolitana de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais. Por sua vez, de acordo com Villarreal e Silva (2006), a experiência de ser vítima de roubo e assalto nos últimos 12 meses é preditora da percepção de risco de sofrer homicídio, enquanto Rodrigues e Oliveira (2012) sugerem que a vitimação anterior por crimes contra a propriedade está associada à percepção de risco do roubo. Já um estudo de Cardoso et al. (2018) investigou a relação entre o sentimento de insegurança e a percepção de violência entre policiais em uma cidade brasileira. Os autores encontraram uma relação significativa entre o sentimento

¹³ Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/resources/global-peace-index-2023/>. Acessado em: 27/07/2023.

de insegurança e a percepção de violência, indicando que os policiais que se sentiam mais inseguros tinham uma percepção mais elevada de violência.

De nova perspectiva, existem outros estudos que ajudam a explicar o sentimento de insegurança no contexto brasileiro. No tocante à eficácia coletiva, sugere Ayres (1998) que a violência e o crime, cujos índices no Brasil e na cidade de São Paulo são elevados, destroem o capital social. Nesse mesmo sentido, acredita-se que o medo e a insegurança promovam a corrosão do capital social e, conseqüentemente, aumentem o sentimento de insegurança (Gainey et al., 2011; Gibson et al. 2002). Diante desse contexto, a investigação realizada por Borges e Cano (2022), utilizando dados de inquéritos de vitimação aplicados em diversas regiões brasileiras, por diferentes instituições e em diversos momentos do tempo, constatou uma fraca evidência empírica a favor de uma ligação entre coesão social e o sentimento de insegurança. Dessa forma, esses resultados pareceram indicar uma possível ligação em países latino-americanos, como o Brasil, entre o sentimento de insegurança e a coesão social muito mais tênue do que aparece na literatura com relação à América do Norte e Europa.

Ainda nesse ponto, a organização de comunidades urbanas em países em desenvolvimento pode desafiar suposições antigas sobre o efeito das características estruturais, e especificamente da pobreza, sobre o crime. Devido ao padrão no qual as áreas de baixa renda nas cidades latino-americanas foram estabelecidas, bem como o papel proeminente do setor informal nas economias locais, os bairros desfavorecidos nessas cidades são frequentemente caracterizados por densas redes sociais (Leeds, 2017; Lomnitz, 1977, 1982; Perlman, 1976), entretanto, muitos destes bairros têm taxas relativamente altas de vitimação violenta.

Dammert e Malone (2003, 2006), usando dados de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho em estudos no Chile e entre Argentina, Brasil e Chile, encontraram fortes correlações entre índices de insegurança (emprego, educação dos filhos, qualidade de vida, estabilidade econômica e direitos) e medo geral de violência, bem como medo específico de assalto ou roubo. Nesse ponto, como exposto no estudo de Dammert e Malone (2003), importante ressaltar que o Chile, apesar de possuir baixas taxas de criminalidade em comparação ao resto da América Latina (Ward, 2001; Ayres, 1998), apresentou elevado sentimento de insegurança, o que reforça os estudos empíricos realizados na Europa e na América do Norte que apontaram que o medo não é produto apenas dos índices criminais, ao contrário, reflete outras características individuais, como estatuto socioeconômico, vitimação, crença no sistema de justiça, exposição aos *media*, participação comunitária e inseguranças política e econômica (Dammert & Malone, 2006; Pain, 2000; Walklate, 2001; Garland, 2001).

As conclusões apresentadas por Dammert e Malone (2006) corroboram achados análogos relatados para países europeus, incluindo a ideia de uma síndrome generalizada de insegurança, ou seja, a emergência de um sentimento abrangente de insegurança com base na percepção equivocada de reações subjetivas à incerteza socialmente fundamentada como riscos reais relacionados ao crime (Hirtenlehner, 2008).

Com efeito, Brasil e Argentina são os países latino-americanos que apresentam índices comparáveis de sentimento de insegurança, entretanto, possuem padrões de vitimação violenta bastante distintos, uma vez que o Brasil possui uma das maiores taxas de homicídio doloso do mundo (Vacchiano & Valente, 2021). Maris e Ortega (2014) sugeriram em sua pesquisa que as percepções de insegurança na região latino-americana respondem significativamente às mudanças na criminalidade, e não tanto ao nível da criminalidade, enfatizando a necessidade de abordagem mais profunda. Ademais, por outro lado, outros estudos indicam que o sentimento de insegurança está aumentando entre os cidadãos sul-americanos e que eles estão cada vez mais adotando medidas de autoproteção para evitar situações que os exponham a experiências geradoras de medo (Dammert, 2012).

Além disso, pesquisadores reuniram evidências mostrando que a vitimação do crime e o sentimento de insegurança reduzem a confiança nas instituições públicas (Blanco & Ruiz, 2013; Ceobanu et al., 2011; Singer et al. 2018) e minam a legitimidade democrática (Carreras, 2013; Dammert e Salazar, 2017; Singer et al., 2020), o que pode ajudar a explicar os movimentos antidemocráticos vistos no Brasil desde as eleições presidenciais de 2018, culminando com a invasão dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023¹⁴. Nesse ponto, estudiosos que exploraram o tema do sentimento de insegurança enfatizam como o aumento constante das taxas de criminalidade nas últimas décadas aumentou as tensões sociais geradas pela transição de uma ditadura para a democracia, o que, por sua vez, alimentou as preocupações das pessoas sobre a vitimação criminal (Adorno, 1998; Caldeira, 2000; Zaluvar, 2004). Sugerem Singer et al. (2020) que existem efeitos da insegurança econômica na punitividade e que estes são parcialmente mediados pelo medo do crime, apoiando noções teóricas de que a insegurança produz o medo do crime e, subsequentemente, influencia a punitividade.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml>. Acessado em 21/07/2023.

O fenômeno do sentimento de insegurança no Brasil foi tão difundido que se tornou uma questão de saúde pública diretamente ligada a fatores sociodemográficos, socioeconômicos e étnicos (Cardoso et al., 2013). Além disso, Sohngen e Cipriani (2019) destacam a relação entre o sentimento de insegurança e a segregação socioespacial, mostrando que a redução das interações sociais entre os moderadores locais tem levado ao surgimento de um sentimento coletivo de mal-estar.

Diante da perspectiva apresentada acima, é possível destacar que a maior contribuição dos estudos sobre o sentimento de insegurança nos países sul-americanos, que possuem contexto social bastante diferente do eixo América do Norte e Europa, é da afirmação do sentimento de insegurança como fenômeno em si e não integralmente associado aos índices de criminalidade locais, promovendo uma nova conceptualização da natureza do sentimento de insegurança e reconhecendo que se trata de manifestação de uma ampla gama de inseguranças cotidianas, inclusive aquelas relacionadas a questões econômicas, políticas e sociais.

No contexto europeu, onde está inserido Portugal, em estudo empírico que analisou duas rodadas do *European Social Survey* de 2006 e 2008, Visser et al. (2013) observaram que níveis mais altos de criminalidade não afetam o sentimento de insegurança e, por outro lado, gastos com proteção social foram determinantes para o medo do crime, bem como a desconfiança da polícia, a desconfiança social generalizada e a ameaça étnica induzem o sentimento de insegurança. Nesse mesmo sentido, em estudo realizado com países europeus, entre eles Portugal, constatou-se que medidas de proteção social podem amortecer o desenvolvimento do medo generalizado do crime, aumentando a autoeficácia e, assim, mitigando vários medos sociais e econômicos (Hummelshein et al., 2011).

Em Portugal, é possível encontrar diversos estudos científicos que abordam o tema. A pesquisa de Machado e Manita (2009) apresentou os resultados do inquérito bianual sobre o medo do crime realizado na cidade do Porto, constatando-se elevado nível de medo na população, acompanhado por uma percepção global de aumento de índices de criminalidade e, como resultado do medo, a adoção de comportamentos de evitamento por razões de segurança. Ademais, existe evidência empírica no sentido de que a experiência de vitimação prévia afeta de forma negativa o sentimento de insegurança (Frias, 2004; Leal, 2010; Sani & C. Nunes, 2013), enquanto outros estudos apontaram que não havia correspondência direta entre a percepção quanto aos crimes mais frequentes na comunidade e os crimes mais temidos pelos participantes (Sani & L. M. Nunes, 2013), o que pode decorrer do grau de violência ou gravidade que é atribuído a determinados crimes, associando-os à insegurança (Frias, 2004).

Ainda, o estudo realizado por Lobo Antunes (2006) em Lisboa, a vitimação se mostrou fraco preditor do medo do crime, entretanto, encontrou evidência empírica de que o medo do crime é mediado, principalmente, por atividades de rotina e variáveis de tutela, exposição a criminosos motivados, atratividade do alvo e, em menor grau, exposição aos *media*, especificamente à televisão. Em outro estudo, não foi possível estabelecer uma relação causal entre os *media* e o sentimento de insegurança em residentes da cidade do Porto e de duas zonas rurais (Valrico e São Vicente), concluindo-se que não existe uma influência linear entre os fenômenos (Silva, 2019). Em estudo que analisou estudantes deslocados na cidade do Porto e o medo do crime, Santos (2017) percebeu que o medo do crime dos estudantes deslocados está correlacionado negativamente com o bem-estar e com a facilidade para encontrar alojamento. Em ambiente rural, sugere Paz (2018), que o sentimento de insegurança no norte de Portugal pode ser explicado, predominantemente, por variáveis contextuais como a criminalidade percebida na área de residência, a coesão social e a confiança social e, em ambiente urbano, por variáveis policiais como a satisfação com a polícia na área de residência e eficácia da polícia.

Quanto ao tráfico de drogas em um estudo conduzido em determinado bairro mais desfavorecido na cidade do Porto, Nunes e Sani (2013) sugerem que, em razão da convivência pacífica da comunidade com o delito, a percepção de risco pareceu não se traduzir em níveis elevados de medo do crime. Por outro lado, em estudos conduzidos na cidade de Lisboa, as opiniões de diferentes grupos sociais apontaram que determinadas incivildades constituem um fator que pode contribuir para o sentimento de insegurança, tal como a toxicodependência (Leal, 2011) ou os arrumadores de automóveis (Cunha, 2013). Ainda, Leal (2010) aponta que o sentimento de insegurança é construído a partir do cruzamento de variáveis diversas: a solidariedade na comunidade, a proximidade residencial a locais excluídos sociocultural e economicamente e a experiência de vitimação direta ou próxima.

Com base nos estudos acima apresentados, é possível concluir que o sentimento de insegurança, relativamente à Portugal, não é meramente influenciado pela taxa de criminalidade – que é considerada baixa em comparação com outros países¹⁵ –, mas sim por uma variedade de fatores de cunho social, econômico, psicológico e institucionais.

¹⁵ Segundo o Global Peace Index 2023, Portugal é o 7º mais seguro do mundo. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/resources/global-peace-index-2023/>. Acessado em: 27/07/2023.

6. Síntese e pertinência temática

Como acima visto no enquadramento teórico realizado, o sentimento de insegurança é um fenômeno multidimensional e existem diversos modelos teóricos amplamente testados no intuito de perceber o fenômeno de forma mais aprofundada e suas causas e consequências. Conforme a revisão de literatura apresentada, o sentimento de insegurança não tem sua origem tão somente no medo do crime, isto é, no receio quanto à criminalidade e à vitimação, mas se assenta em diversos outros fatores que assolam a sociedade moderna, tais como os processos sociais, contexto ambiental e inseguranças sociais e econômicas. No presente trabalho, procura-se aprofundar a relação entre o sentimento de insegurança e os contextos sociais, por meio da investigação científica entre estudantes brasileiros e portugueses.

Com efeito, depreende-se que o contexto social entre Brasil e Portugal são bastante distintos, dadas as peculiaridades sociais e econômicas, o que demonstra a relevância do presente estudo. A partir da revisão da literatura apresentada, o presente trabalho pretende explorar e aprofundar o estudo do sentimento de insegurança nos termos dos modelos teóricos subjacentes ao tema, avançando-se em identificar os preditores do fenômeno em relação a cada um dos países e em comparar os índices de medo do crime em relação a ambos.

Concluído o estado da arte no presente trabalho, passa-se à exposição da metodologia do estudo empírico no capítulo a seguir.

Capítulo II: Metodologia

1. Objetivos e hipóteses

O objetivo geral deste estudo é explorar o fenômeno do sentimento de insegurança em cada uma de suas dimensões e sua relação com as variáveis escolhidas e perceber como se dá sua variação em contextos distintos, notadamente Brasil e Portugal. Mais concretamente, busca-se explorar o conceito estudado a partir da comparação entre os grupos de estudantes universitários brasileiros e estudantes universitários portugueses, bem como da construção de modelos de regressão linear múltipla a fim de perceber se os preditores do sentimento de insegurança para ambos dos grupos são os mesmos.

Do objetivo geral, surgem alguns objetivos específicos que o presente trabalho se propõe a responder:

a) Utilizando-se do mesmo instrumento para medir o sentimento de insegurança dos estudantes universitários de cada grupo independente, perceber as semelhanças e as diferenças dos resultados recolhidos em Portugal e no Brasil, considerando os modelos teóricos já amplamente aceites pela literatura científica.

b) Perceber se as variáveis preditoras do sentimento de insegurança (geral, cognitivo, emocional) são semelhantes ou diferentes entre os grupos.

c) Perceber se as variáveis independentes analisadas (idade, gênero, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias, estatuto socioeconômico, comportamentos adotados em razão de segurança, desordens físicas e sociais, experiências de vitimação, capital social, controle social informal, coesão social, satisfação com a renda, insegurança financeira objetiva e medo financeiro) são semelhantes ou diferentes entre os dois grupos.

Após enumerar-se os objetivos desta investigação científica, passa-se a elencar as hipóteses que se pretende testar:

- I) As desordens físicas e sociais estão positivamente relacionadas com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes.**
- II) A prevalência e a variedade da experiência de vitimação nos últimos 12 meses está positivamente relacionada com o**

sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes.

- III) O controle social informal, a coesão social e o capital social estão negativamente relacionados com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes.**
- IV) A insegurança social e a econômica estão positivamente relacionadas com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes.**
- V) O sentimento de insegurança dos estudantes brasileiros é maior que dos estudantes portugueses.**
- VI) Os preditores do sentimento de insegurança são diferentes entre os grupos independentes.**

2. Material e métodos

2.1. Caracterização do estudo

O presente estudo é de metodologia quantitativa, por meio do qual se procedeu à recolha de dados mediante a aplicação de inquéritos construídos para explorar o sentimento de insegurança e seus correlatos e perceber como se dá sua variação em contextos distintos. Trata-se também de um estudo comparativo, uma vez que os resultados encontrados nos diferentes contextos em que os dados foram recolhidos (Porto/Portugal e São Paulo/Brasil) foram comparados.

Considerando que o modo como o pesquisador trabalha com as variáveis do estudo define o tipo de pesquisa, pode-se afirmar que este é um estudo correlacional e observacional, em que o pesquisador observa as variáveis, sem ter controle ou intervenção intencional sobre elas, com a finalidade de buscar entender a relação entre duas ou mais variáveis (Marôco, 2018). Os dados, por sua vez, foram colhidos em um único momento temporal, motivo pelo qual o presente estudo pode ser considerado transversal. Além disso, pode-se caracterizar este estudo como explicativo, uma vez que se busca explicar o sentimento de insegurança – embora esta explicação seja sempre parcial e nunca completa – por meio de um conjunto de variáveis que podem ou não estar relacionadas ao fenômeno. Assim, o estudo busca contribuir para o conhecimento científico sobre o sentimento de insegurança, indo além da descrição de suas

componentes e acessando até eventuais diferenças e semelhanças em contextos socialmente bastante distintos.

2.2. Amostra

A amostra do presente estudo foi constituída por dois grupos diferentes e independentes, um com 197 estudantes portugueses e o outro com 182 estudantes brasileiros.

O primeiro grupo, formado por estudantes universitários portugueses, contou com a participação de 197 indivíduos. Os estudantes da Universidade do Porto foram convidados, por mensagem eletrônica direcionada aos respectivos endereços eletrônicos institucionais, a responderem ao questionário disponibilizado. A amostra neste grupo foi formada com base nos critérios de facilidade e conveniência, considerando que a proximidade desses estudantes com as pesquisas acadêmicas torna mais fácil a aceitação à participação no estudo.

Com relação ao grupo formado por estudantes de universidades brasileiras localizadas em São Paulo, em um primeiro momento, foi realizado contato com a diretoria de diversas faculdades da Universidade de São Paulo (USP), como a Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Faculdade de Educação Física e Esporte, Faculdade de Medicina e Faculdade de Comunicação e Artes, assim como a Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sendo obtida a informação pelas respectivas diretorias de que não existia procedimento formal para distribuição de inquérito via e-mail institucional dos alunos.

Em razão de a investigadora conhecer melhor o corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, este colaborou em distribuir o inquérito a grupos extensos de alunos daquela instituição. Dessa forma, o único meio possível para a divulgação do inquérito foi a distribuição por meio de professores e dos próprios alunos, encaminhando o link do questionário aos grupos de estudantes. Utilizando-se deste meio, a amostra desse segundo grupo formado por estudantes universitários brasileiros contou com a participação de 182 indivíduos, também com base nos critérios de conveniência e facilidade.

2.3. Instrumento e variáveis de estudo

Como já mencionado, para implementar os objetivos desta investigação foi construído um questionário dividido por grupos que permitem averiguar as hipóteses construídas.

Grupo I: Variáveis sociodemográficas

Neste primeiro grupo, estão contidas variáveis individuais, notadamente a idade (medida em anos), a nacionalidade (brasileira, portuguesa e outras), o gênero (feminino, masculino e outros), o estado civil (solteiro/a, casado/a ou união de facto, divorciado/a ou separado/a de facto e viúvo/a), as habilitações literárias a frequentar (licenciatura, mestrado, doutoramento, pós-doutoramento e outros) e o estatuto social. Com relação a este último item, indagou-se ao respondente: *“As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe alta, à classe média ou classe baixa. O sr(a). se descreve como pertencendo à”* e as opções de respostas variavam de *“classe baixa”, “classe média-baixa”, “classe média-alta” e “classe alta”*.

Grupo II: Sentimento de insegurança

Este segundo grupo contém os itens referentes às variáveis que constituem o sentimento de insegurança, notadamente o sentimento de insegurança geral, o cognitivo, o emocional e o comportamental. Para operacionalizar o sentimento de insegurança de forma geral, foram retirados 4 itens da Escola de Criminologia, tendo sido adaptados para situações dentro da zona de residência. Dessa forma, perguntou-se ao respondente *"Como é que se sente quando caminha sozinho(a), na sua zona de residência, durante o dia", "Como é que se sente quando caminha sozinho(a), na sua zona de residência, depois de escurecer", "Como é que se sente quando está sozinho(a), na sua casa, durante o dia", e "Como é que se sente quando está sozinho(a), na sua casa, depois de escurecer"*. As respostas possíveis variavam de 1 (muito seguro) a 5 (muito inseguro) e quanto maior o score obtido, maior o sentimento de insegurança geral.

Para a operacionalização do sentimento de insegurança em sua concepção cognitiva (risco percebido de vitimação), foram questionados os indivíduos sobre a probabilidade que o respondente acreditava que poderia *"Ser vítima de roubo sem violência, durante o dia, em sua zona de residência", "Ser vítima de roubo com violência, durante o dia, em sua zona de residência", "Ser vítima de roubo sem violência, durante a noite, em sua zona de residência", "Ser vítima de roubo com violência, durante a noite, em sua zona de residência", "Ter a sua casa assaltada ou invadida", "Furtarem os seus dados pessoais e financeiros online", "Utilizarem os seus dados pessoais e financeiros online, para obter ganhos financeiros", "Morrer assassinado", "Ser sequestrado", "Ser vítima de agressão ou abuso sexual", e "Sofrer*

ataque com faca, arma de fogo ou porrete". Também extraído da Escola de Criminologia, o conjunto de itens foi alargado para conter situações adaptadas à realidade criminal brasileira, com base na primeira Pesquisa Nacional de Vitimação do Brasil [PNVB]¹⁶. Dessa forma, com base na referida PNVB, as opções de resposta acrescentadas foram *"Ter a sua casa assaltada ou invadida"*, *"Morrer assassinado"*, *"Ser sequestrado"*, *"Ser vítima de agressão ou abuso sexual"*, e *"Sofrer ataque com faca, arma de fogo ou porrete"*. Ainda, foram acrescentadas as seguintes opções de resposta *"Furtarem os seus dados pessoais e financeiros online"* e *"Utilizarem os seus dados pessoais e financeiros online, para obter ganhos financeiros"*, que foram retiradas do estudo empírico de Martins (2022) sobre furto de identidade online. As respostas podiam variar de 1 (nada provável) a 5 (muito provável).

Para medir a concepção comportamental do conceito do sentimento de insegurança, os respondentes foram questionados acerca da adoção de diversos comportamentos por razões de segurança, notadamente, comportamentos de evitamento, proteção e autodefesa. A questão colocada foi: *"Por razões de segurança:"*. Por sua vez, entre os comportamentos de evitamento estão *"Evita contactos com determinadas pessoas"*, *"Evita determinadas ruas ou sítios"*, *"Evita sair à noite ou chegar muito tarde na habitação"*, *"Evita andar com telemóvel exposto na rua"*, *"Evita andar com objetos de alto valor na rua"*, *"Evita deixar objetos de valor dentro do carro estacionado na rua"*, *"Evita ficar em casa sozinho(a)"*; entre os comportamentos de proteção estão *"Tem fechaduras de segurança ou alarmes na habitação"*, *"Quando se ausenta de sua casa, por 2 ou mais dias, pede aos vizinhos para a vigiarem"*, *"Costuma deixar uma luz acesa de sua casa quando sai à noite"*; e, por fim, entre os comportamentos de autodefesa estão *"Pratica desportos de defesa pessoal (ex.: karatê, judô)"* e *"Tem armas de defesa pessoal"*. Do mesmo modo, tal conjunto de itens foi retirado do questionário da Escola de Criminologia já citado e adaptado a comportamentos possivelmente existentes na realidade brasileira, contidos na primeira Pesquisa Nacional de Vitimação do Brasil [PNVB].

Por fim, o quarto item deste grupo refere-se à componente emocional do sentimento de insegurança, reproduzindo as exatas situações contidas na pergunta referente ao sentimento de

¹⁶ A *Pesquisa Nacional de Vitimação (PNV)* foi um questionário aplicado no Brasil em 78.000 domicílios, com base em uma amostra probabilística, para mensurar dados sobre vitimação, sentimento de insegurança e percepção sobre a polícia, cuja operacionalização foi feita com base nos questionários internacionalmente consolidados *National Crime Victimization Survey (NCVS)* e *Internacional Crime Victimization Survey (ICVS)*, já com as devidas adaptações socioculturais ao contexto brasileiro em específico. Disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-vitimizacao/arquivos_pnv.zip/view. Acessado em 27 de novembro de 2022.

insegurança em sua dimensão cognitiva, mas alterando-se a pergunta para “*Usando uma escala de 1 (nada medroso) a 5 (muito medroso), quanto você teme ser vítima de:*”. As respostas podiam variar de 1 (nada medroso) a 5 (muito medroso).

Grupo III: Desordens físicas e sociais

As desordens físicas e sociais foram trazidas neste trabalho no grupo III. Com base no questionário da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a pergunta trouxe dezesseis tipos de desordens em que, para cada uma delas, o respondente teve que escolher a frequência em que cada fenômeno ocorria em sua zona de residência. Os itens foram adaptados para constar desordens representativas também do contexto brasileiro, bem como alguns fenômenos, considerados menos importantes para este estudo, foram cortados com vistas a colaborar com a redução do tempo para responder ao questionário. Com efeito, os fenômenos escolhidos foram: “agressões”, “alcoolismo”, “arrumadores”, “barulho à noite”, “consumo de drogas”, “degradação dos espaços públicos”, “graffiti (Desenhos nos Edifícios)”, “habitações devolutas (Casas Abandonadas)”, “lixo espalhado pelo chão”, “mendicidade (andar a pedir)”, “prostituição”, “roubos”, “sem-abrigo”, “tráfico de drogas”, “uso de armas”, “vandalismo”. As respostas podiam ir de 1 (nada frequente) a 5 (muito frequente) e quanto maior o *score* obtido, maior a desordem física e social da zona de residência do respondente.

Grupo IV: Experiência de Vitimação

O quarto grupo do questionário é constituído por um conjunto de itens sobre experiências de vitimação. Esta medida considera a prevalência ao longo da vida, ou seja, se o respondente já foi vítima de um dos crimes indicados, bem como leva em conta a prevalência e a frequência no último ano, isto é, se o indivíduo foi vítima e o número de vezes que ocorrera. Com relação ao crime elencados, tomou-se por base aqueles presentes no inquérito da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, com o acréscimo de alguns retirados da Pesquisa Nacional de Vitimação brasileira já citada¹⁷, para melhor se adaptar à realidade brasileira. Dessa forma, questionou-se, então, se o respondente já foi vítima de

¹⁷ Disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-vitimizacao/arquivos_pnv.zip/view. Acessado em 27 de novembro de 2022.

"Roubo ou furto do seu veículo ou de algum objecto em seu interior", "Roubo ou furto na sua residência", "Roubo ou furto de seu telemóvel", "Outro tipo de roubo (com violência)", "Outro tipo de furto (sem violência)", "Agressão física", "Sequestro", "Furto de seus dados pessoais e financeiros online", "Utilização de seus dados pessoais e financeiros online, para obter ganhos financeiros", "Agressão ou abuso sexual".

Grupo V: Controle social informal, coesão social e capital social

Neste grupo, foram incluídos três conjuntos de itens, extraídos do inquérito da Escola de Criminologia, com a finalidade de medir o controle social informal, a coesão social e o capital social da comunidade, como já exposto no enquadramento teórico deste estudo. Dessa forma, precipuamente, com o intuito de medir o controle social informal, foi questionado *“Numa escala de 1 (Nada Provável) a 5 (Muito Provável), gostava de saber a sua opinião em relação a cada uma das seguintes situações, se elas acontecessem na sua zona de residência”*. As situações colocadas foram *"Um adolescente está a fazer graffitis/pinturas numa parede da zona onde o/a Sr.(a) mora. Qual a probabilidade com que um dos seus vizinhos se dirige a ele e lhe diz para parar"*, *"Alguém da sua área de residência despeja lixo na rua da zona onde o/a Sr.(a) mora. Qual a probabilidade com que um dos seus vizinhos se dirige a ele e lhe pede para limpar o que sujou"*, e *"Um estranho com aspecto suspeito anda a rondar a zona onde o/a Sr.(a) mora. Qual a probabilidade com que um dos seus vizinhos avisa os outros moradores para estarem alerta"*. As possibilidades de resposta variavam de 1 (nada provável) e 5 (muito provável).

O segundo conjunto de itens referiu-se ao capital social presente na área de residência do respondente: *“Numa escala de 1 (Muito Mal Equipada) a 5 (Muito Bem Equipada), como é que acha que a sua zona de residência está equipada em termos de:”*. Dentre os elementos indagados estavam *“Comércio (Supermercados, Lojas, Farmácias, ...)”*, *“Locais de lazer (Cafés, Cinemas, Parques Infantis, Jardins, ...)”*, *“Ensino”*, *“Saúde”*, *“Polícia”*, *“Serviços (Correios, Bancos, ...)”*, *“Transporte Colectivos”* e continham uma escala de 1 (muito mal equipada) a 5 (muito bem equipada) como opções de resposta.

O terceiro e último conjunto de itens diz respeito à coesão social em sua zona de residência: *“Numa escala de 1 (Nunca) a 5 (Todos os Dias), com que frequência costuma”*. As situações constantes foram: *"Participar em actividades associativas (ex: associações de moradores, de pais, desportivas, profissionais, políticas ou religiosas)"*, *"Apoiar os vizinhos (ex: tomar conta dos filhos, regar plantas, guardar as chaves, emprestar coisas)"*, *"Solicitar*

ajuda aos vizinhos (ex: tomar conta dos filhos, regar plantas, guardar as chaves, emprestar coisas)" e as possibilidades de respostas foram de 1 (raramente) a 5 (todos os dias).

Grupo VI: Insegurança social e econômica

Trata-se do último grupo presente no questionário e contém três itens. O primeiro e o segundo foram retirados do questionário “World Values Survey 2017-2018” aplicado no Brasil¹⁸. O primeiro item consubstancia a variável da satisfação com a renda, indagando-se ao respondente “*Em que medida está satisfeito com a situação da renda de sua família*”, cujas respostas podiam variar entre 1 (completamente insatisfeito) e 10 (completamente satisfeito). O segundo item corresponde à insegurança social objetiva, cujas respostas variavam de 1 (nunca) a 4 (frequentemente), indagando-se ao respondente “*Nos últimos doze meses, com que frequência o(a) senhor(a) ou sua família*” e com as seguintes situações apresentadas: “*Ficou sem comida*”, “*Sentiu-se inseguro na sua casa*”, “*Ficou sem remédios ou tratamento médico*”, “*Ficou sem renda*”, “*Ficou sem lugar seguro para se abrigar*”. Já o terceiro item corresponde ao chamado medo financeiro e fora retirado do estudo produzido por Britto (2013), sendo adaptado às realidades portuguesa e brasileira. Neste último item, cujas respostas variavam de 1 (nada preocupado) a 10 (extremamente preocupado), questionou-se: “*Em que medida o/a sr(a). está preocupado com relação às seguintes situações*” e as situações apresentadas foram “*A possibilidade de perder ou de não arranjar emprego devido à atual situação económica*”, “*A possibilidade de não ascender na carreira devido à atual situação económica*”, “*Confrontar-se com uma despesa considerável e imprevista*”.

2.4. Procedimentos de recolha de dados

Como já referido, o presente estudo foi viabilizado por meio da administração de inquéritos online preenchidos pelos próprios participantes de forma voluntária. Para o grupo de estudantes portugueses, o contato foi feito por meio de correio eletrónico disponibilizado pelo setor de comunicação da reitoria da Universidade do Porto, após prévia solicitação de autorização e contou com 197 respondentes. Quanto à amostra de estudantes universitários

¹⁸ Disponível em <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>. Acessado em 27 de dezembro de 2022.

colhida no Brasil, foi constituída por 182 indivíduos e o questionário foi preenchido pelos próprios respondentes de forma online. Com auxílio do corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o link para responder ao questionário foi disponibilizado em grupos de estudantes em redes sociais, como *whatsapp* e *facebook*.

Cumprе esclarecer que ambos os questionários continham as mesmas perguntas, divergindo apenas quanto à linguagem, com o fito de adaptar a língua portuguesa de acordo com a localidade. Ademais, relativamente ao preenchimento dos questionários, não existiam questões que pudessem identificar o respondente, garantindo seu pleno anonimato.

2.5. Procedimentos de análise estatística

Nesta seção, serão abordados os procedimentos estatísticos realizados que deram suporte à análise dos dados colhidos. Vale ressaltar que foi utilizado o aplicativo IBM SPSS Statistics 29 para realização da análise estatística.

2.5.1. Análise estatística descritiva

Para realizar a análise descritiva dos dados, foram utilizadas algumas medidas de tendência central e medidas de dispersão. As medidas de tendência central (média, moda e mediana) representam o centro de um conjunto de valores, enquanto as medidas de dispersão demonstram quão dispersos estão os dados relativamente ao valor médio (Marôco, 2018).

Para as variáveis quantitativas (idade; estatuto socioeconômico, sentimento de insegurança geral, cognitivo, emocional e comportamental; desordens; vitimações ao longo da vida; vitimações nos últimos 12 meses; controle social informal, capital social, coesão social; satisfação com a renda; insegurança social objetiva; medo financeiro), a medida de tendência central utilizada foi a média ($\bar{X}$), sendo utilizado o desvio padrão (DP) como medida de dispersão. Assim, os valores médios de cada variável quantitativa foram comparados entre a amostra de cada grupo, utilizando-se o teste T-student para amostras independentes (t).

Com relação aos comportamentos adotados por razões de segurança (dimensão comportamental do sentimento de insegurança) e a prevalência da vitimação ao longo da vida, bem como quanto às variáveis nominais como nacionalidade, gênero e habilitações literárias, foram utilizadas as percentagens (%), considerando suas naturezas que afastam a aplicação de

medidas de tendência central e de variabilidade. Assim, foi utilizado o teste Qui-quadrado (χ^2) para comparação simples de percentagens entre a amostra de cada grupo.

Para ambos os testes realizados de comparação entre grupos, isto é, tanto para o teste T-Student para amostras independentes (t), quanto para o teste Qui-quadrado (χ^2), foi adotado um valor estatisticamente significativo quando obtido $p < ,05$.

Outrossim, para as variáveis que são compostas por um conjunto de itens (sentimento de insegurança nas dimensões geral, cognitivo, comportamental e emocional, desordens físicas e sociais; vitimação ao longo da vida, vitimação nos últimos 12 meses, capital social, controle social informal, coesão social, satisfação com a renda, insegurança financeira objetiva e medo financeiro), procedeu-se também à conversão dos resultados dos itens respectivos referentes a cada conceito em índices de natureza quantitativa. Nesse caso, para medir a consistência interna do conjunto de itens que dão origem aos índices, utilizou-se a medida do alfa de Cronbach (α).

2.5.2. Análise estatística inferencial

Após a formação das amostras de cada grupo independente e sua descrição, foram realizadas inferências sobre os valores dos parâmetros da população teórica da qual as amostras foram obtidas, com o objetivo de responder às hipóteses deste estudo, bem como levantar pontos que possam servir como linha de partida para estudos futuros.

No presente trabalho, foram realizados testes paramétricos na análise inferencial. O Teorema do Limite Central denota que, sob certas condições, a distribuição amostral de uma média de amostras aleatórias independentes de qualquer distribuição tende a uma distribuição normal, independentemente da distribuição da população original (Matsuoka et al., 2017). Em estudos acadêmicos, é comum ter acesso a um número significativo de dados, como no presente estudo, com uma ampla amostra da população de interesse. A aplicação do Teorema do Limite Central é valiosa nessas situações porque permite inferências estatísticas mais robustas e permite ao investigador fazer suposições sobre a distribuição das médias amostrais, mesmo que a distribuição da população original não seja conhecida (Montgomery et al., 2021). Dessa forma, adotou-se a realização de testes paramétricos no presente estudo, deixando-se de realizar testes de normalidade para as variáveis, com base no Teorema do Limite Central.

Ademais, tendo em vista os objetivos específicos e hipóteses que norteiam o presente estudo, utilizou-se a regressão linear múltipla para aferir a relação entre as variáveis. Aqui, destaca-se que o sentimento de insegurança comportamental poderia ser considerado como

variável dependente, entretanto, optou-se em colocá-lo como variável independente a par das demais dimensões do sentimento de insegurança, com base na literatura científica que indica que os comportamentos de autoproteção e evitamento são adotados em razão do medo do crime (Asencio et al., 2014; Hignite et al., 2018; Rader et al., 2007; Scott, 2003).

Dessa forma, fixou-se como variáveis dependentes no presente estudo o sentimento de insegurança nas dimensões geral, cognitiva – percepção do risco –, e emocional – medo do crime concreto. Por outro lado, definiu-se como variáveis independentes o gênero, a idade, o estado civil, as habilitações literárias a frequentar, o estatuto socioeconômico, a nacionalidade, o sentimento de insegurança comportamental, as desordens físicas e sociais; a vitimação ao longo da vida, a vitimação nos últimos 12 meses, o capital social, o controle social informal, a coesão social, a satisfação com a renda, a insegurança financeira objetiva e o medo financeiro.

Capítulo III: Resultados

1. Caracterização da amostra quanto às variáveis sociodemográficas

A amostra colhida no Brasil é formada por 70,3% de pessoas do gênero feminino, 29,1% do gênero masculino e apenas 0,5% declararam pertencer a outro gênero. A amostra colhida em Portugal, por sua vez, também é formada majoritariamente por mulheres, sendo 71,2% do gênero feminino, 27,2% do gênero masculino e 1,6% de pessoas de outro gênero. Com efeito, a diferença entre os grupos não se mostrou estatisticamente significativa ($p=,236$; $\chi^2=2,891$).

Relativamente ao estado civil, a amostra brasileira apresentou 58,8% de pessoas solteiras, 31,3% de pessoas casadas ou em união de facto, 9,3% de pessoas divorciadas e apenas 0,5% viúvas, enquanto a amostra portuguesa apresentou 86,8% de pessoas solteiras, 12,7% de pessoas casadas ou em união de facto, 0,5% divorciadas e nenhuma pessoa viúva, sendo, neste caso, a diferença entre os grupos estatisticamente significativa ($p<,001$; $\chi^2=41,916$).

Com relação às habilitações literárias a frequentar, o grupo brasileiro apresentou 56% de pessoas a frequentar a licenciatura, 17,6% o mestrado, 14% o doutoramento, 1,1% o pós-doutoramento e 17,6% a frequentar outros cursos. O grupo português é composto por 39,1% de indivíduos a frequentar a licenciatura, 41,6% o mestrado, 14,7% o doutoramento, nenhum a frequentar o pós-doutoramento e 4,6% a frequentar outros cursos. Neste aspecto, a diferença entre os grupos também se revelou estatisticamente significativa ($p<,001$; $\chi^2=45,033$).

No tocante ao estatuto socioeconômico, a diferença entre os grupos não se mostrou estatisticamente significativa ($p=,077$; $\chi^2=6,839$). A amostra brasileira é composta por 3,8% que se declararam pertencentes à classe baixa, 45,6% à classe média-baixa, 47,3% à classe média-alta e 3,3% à classe alta. Já a amostra portuguesa é formada por 2,5% de pessoas que se declararam pertencer à classe baixa, 57,4% à classe média-baixa; 39,1% à classe média alta e 1% à classe alta.

Quanto à nacionalidade, a amostra brasileira contou com 96,2% de brasileiros, 2,2% de portugueses e 1,6% de indivíduos de outra nacionalidade. Por sua vez, a amostra portuguesa foi composta por 79,7% portugueses, 18,8% brasileiros e 1,5% de outras nacionalidades. Esta diferença entre os grupos demonstrou-se estatisticamente significativa ($p < ,001$; $\chi^2=235,002$).

Por fim, com relação à idade, a média da idade dos participantes da amostra brasileira é de 34,26 anos com desvio padrão de 11,46, enquanto a média de idade na amostra portuguesa

é de 26,15 com desvio padrão de 8,063, sendo esta diferença entre os grupos estatisticamente significativa ($p < ,001$; $t = 8,016$).

2. Caracterização da amostra quanto às variáveis do sentimento de insegurança

2.1. Consistência interna

As variáveis relativas ao sentimento de insegurança consistem nas dimensões geral, cognitivo, emocional e comportamental. Com relação à medida de consistência interna, as variáveis do sentimento de insegurança geral ($\alpha = ,801$), cognitivo ($\alpha = ,898$) e emocional ($\alpha = ,938$) apresentaram elevada fiabilidade, enquanto o sentimento de insegurança comportamental ($\alpha = ,646$) apresentou fiabilidade aceitável. Anote-se que já era esperada uma fiabilidade menor para esta última variável, porquanto não é possível elencar de forma exaustiva todas as formas de comportamento humano frente ao sentimento de insegurança.

2.2. Sentimento de insegurança e amostras colhidas no Brasil e Portugal

Para responder a algumas das hipóteses, a descrição das amostras independentes e a comparação entre as médias encontradas para cada variável dependente é de relevante importância. A Tabela 1 mostra o *score* obtido referente a cada uma das quatro variáveis do sentimento de insegurança para cada uma das amostras, sendo que a diferença entre os grupos se apresentou estatisticamente significativa ($p < ,001$). Verifica-se, pois, que as médias calculadas para cada uma das dimensões do sentimento de insegurança são mais elevadas – e de maneira estatisticamente significativa – na amostra colhida em contexto brasileiro em comparação à amostra colhida em contexto português.

Tabela 1 - Caracterização das amostras quanto às variáveis do sentimento de insegurança e comparação entre grupos

	País	N	$\bar{X}$	DP	t	p
SI_Geral	Brasil	182	2,55	,65	8,966	< ,001
	Portugal	197	1,91	,75		

SI_Cog	Brasil	182	2,88	,65	11,086	< ,001
	Portugal	197	2,21	,53		
SI_Com	Brasil	182	6,74	1,70	8,777	< ,001
	Portugal	197	4,99	2,14		
SI_Em	Brasil	182	3,33	,94	3,248	,001
	Portugal	197	2,98	1,15		

Nota. O *p-value* é resultado do teste T-student para amostras independentes.

3. Caracterização do estudo quanto às variáveis independentes restantes

3.1. Consistência interna

As medidas de consistência interna foram elevadas para as variáveis das desordens físicas e sociais ($\alpha=,897$), do capital social ($\alpha=,879$) e do medo financeiro ($\alpha=,830$), enquanto, para as variáveis do controle social informal ($\alpha=,634$) e da insegurança financeira objetiva ($\alpha=,691$), demonstraram-se aceitáveis.

Com relação à coesão social, a medida de consistência interna foi inicialmente aceitável ($\alpha=,681$), porém, com a exclusão do item “*Numa escala de 1 (Nunca) a 5 (Todos os Dias), com que frequência costuma [Participar em actividades associativas (ex: associações de moradores, de pais, desportivas, profissionais, políticas ou religiosas)]*”, demonstrou-se elevada ($\alpha=,902$), sendo, então, adotada sua exclusão para aumentar a fiabilidade da medida.

3.2. Variáveis independentes e amostras colhidas no Brasil e Portugal

A Tabela 2 demonstra a comparação entre os grupos com relação às variáveis independentes das desordens físicas e sociais, da vitimação ao longo da vida, da vitimação nos últimos 12 meses, do capital social, do controle social informal, da coesão social, da satisfação com a renda, da insegurança financeira objetiva e do medo financeiro. A partir das médias obtidas, revelaram-se estatisticamente significativas as diferenças encontradas entre as variáveis das desordens ($p<,001$; $t=5,235$), da vitimação ao longo da vida ($p<,001$; $t=8,319$), da vitimação nos últimos 12 meses ($p<,001$; $t=5,620$), da insegurança financeira objetiva ($p=,004$; $t=2,938$) e do medo financeiro ($p<,001$; $t=-4,095$).

Tabela 2 - Caracterização da amostra quanto às variáveis independentes e comparação entre grupos

	País	N	$\bar{X}$	DP	t	p
Desordens	Brasil	182	2,50	,86	5,235	< ,001
	Portugal	197	2,12	,51		
Vit_Var_Vida	Brasil	182	3,05	2,13	8,319	< ,001
	Portugal	197	1,43	1,63		
Vit_12m	Brasil	182	3,63	5,86	5,620	< ,001
	Portugal	197	2,65	2,42		
Cap_Social	Brasil	182	3,40	,88	-1,471	,142
	Portugal	197	3,51	,76		
CS_Infor	Brasil	182	2,88	,85	-,549	,583
	Portugal	197	2,93	,96		
Coesão_Social	Brasil	182	1,87	,80	1,951	,052
	Portugal	197	1,71	,83		
Sat_Renda	Brasil	182	6,26	2,26	-,498	,619
	Portugal	197	6,38	2,32		
Ins_Fin_Obj	Brasil	182	1,25	,41	2,938	,004
	Portugal	197	1,15	,26		
Medo_Fin	Brasil	182	5,03	2,67	-4,095	< ,001
	Portugal	197	6,12	2,51		

Nota. O *p-value* é resultado do teste T-student para amostras independentes.

3.3. Caracterização quanto à vitimação ao longo da vida e comparação entre amostras

A Tabela 3 demonstra a comparação entre os grupos segundo a variável da vitimação.

O primeiro item referiu-se à vitimação pelo crime de furto ou roubo de veículo ou de algum objeto em seu interior e a diferença entre os grupos revelou-se estatisticamente significativa ($p < ,001$; $\chi^2 = 23,440$), notadamente em razão da maior ocorrência de vitimação na amostra brasileira. Com efeito, 43,4% dos respondentes da amostra brasileira afirmaram já terem sido vítimas desse tipo de crime ao longo da vida, enquanto apenas 20,3% da amostra portuguesa mostrou-se ter sido vitimada.

Com relação ao crime de roubo ou furto de residência, 23,6% da amostra brasileira afirmou já ter sido vitimada, enquanto, da amostra portuguesa, 18,3% declararam já terem sido vitimadas. A diferença não se revelou estatisticamente significativa ($p=,200$; $\chi^2=1,642$).

A vitimação para o crime de roubo ou furto de celular apresentou diferença estatisticamente significativa ($p<,001$; $\chi^2=57,331$), sendo que 58,8% dos respondentes da amostra brasileira e 20,8% da amostra portuguesa declararam já terem sido vítimas desse tipo de crime. Para outros tipos de roubo (com violência), a diferença também se revelou estatisticamente significativa ($p<,001$; $\chi^2=22,342$), obtendo a amostra brasileira um valor de 24,7% e a amostra portuguesa 7,1%. Outros furtos (sem violência) também revelaram diferença estatisticamente significativa entre as amostras ($p<,001$; $\chi^2=18,868$), sendo que 45,6% da amostra brasileira e 24,4% da amostra portuguesa indicaram já terem sofrido tal vitimação.

Quanto às agressões físicas, não se revelaram diferenças estatisticamente significativas na comparação entre as amostras ($p=,481$; $\chi^2=,496$), uma vez que 13,2% dos respondentes do grupo brasileiro e 15,7% do grupo português afirmaram já terem sido vítimas. Já relativamente ao crime de sequestro, as diferenças entre as amostras se mostraram estatisticamente significativas ($p=,044$; $\chi^2=4,059$), porquanto 3,3% dos brasileiros declararam já terem sido sequestrados, enquanto apenas 0,5% dos portugueses afirmaram já terem sido vítimas.

No tocante à segurança digital, 39% da amostra brasileira e 16,8% da amostra portuguesa declararam terem sido furtados seus dados pessoais e financeiros online; e 35,7% da amostra brasileira e 8,1% da amostra portuguesa declararam o uso indevido de seus dados pessoais e financeiros online para obtenção de ganhos financeiros. Para ambas as comparações, mostrou-se que tal diferença é estatisticamente significativa ($p<,001$; $\chi^2=23,542$; $\chi^2=42,860$).

Por fim, 18,1% da amostra brasileira e 11,7% da amostra portuguesa revelaram já ter sido vítimas de agressão sexual, entretanto, tal diferença não se revelou estatisticamente relevante ($p=,077$; $\chi^2=3,132$).

Tabela 3 - Caracterização das amostras quanto à vitimação ao longo da vida e comparação entre grupos

	Brasil (% vit)^a	Portugal (% vit)^b	χ^2	p
Roubo ou furto do seu veículo ou de algum objeto em seu interior	43,4	20,3	23,440	< ,001
Roubo ou furto da residência	23,6	18,3	1,642	,200
Roubo ou furto de celular	58,8	20,8	57,331	< ,001

Outro tipo de roubo (com violência)	24,7	7,1	22,342	< ,001
Outro tipo de furto (sem violência)	45,6	24,4	18,868	< ,001
Agressão física	13,2	15,7	,496	,481
Sequestro	3,3	0,5	4,059	,044
Furto dos dados pessoais e financeiros online	39	16,8	23,542	< ,001
Utilização indevida dos dados pessoais e financeiros online para obter ganhos financeiros	35,7	8,1	42,860	< ,001
Agressão ou abuso sexual	18,1	11,7	3,132	,077

Nota. O *p-value* é resultado do teste Qui-quadrado.

^a N = 182.

^b N = 197.

3.4. Caracterização quanto aos comportamentos adotados e comparação entre as amostras brasileira e portuguesa

A Tabela 4 exibe os resultados acerca de cada comportamento adotado por razões de segurança e a comparação entre as amostras colhidas no Brasil e em Portugal.

Conforme se verifica dos resultados apresentados, os brasileiros assumiram adotar de forma estatisticamente significativa à amostra portuguesa os comportamentos de “evitar determinadas ruas ou lugares” ($p<,001$; $\chi^2=13,805$), “evitar sair à noite ou chegar tarde em casa” ($p<,001$; $\chi^2=12,345$), “deixar a luz acesa quando sai de casa à noite” ($p=,020$; $\chi^2=5,447$), “evitar andar com celular exposto na rua” ($p<,001$; $\chi^2=168,929$), “evitar andar com objetos de alto valor na rua” ($p<,001$; $\chi^2=77,912$) e “evitar deixar objetos de valor dentro do carro estacionado na rua” ($p=,003$; $\chi^2=8,754$).

Anote-se que, com relação a “evitar determinadas ruas ou lugares”, “evitar andar com celular exposto na rua”, “evitar andar com objetos de alto valor na rua” e “evitar deixar objetos de valor dentro do carro estacionado na rua”, mais que 90% dos respondentes brasileiros afirmaram adotar tais comportamentos, o que se mostra resultado bastante surpreendente e, ao mesmo tempo, alarmante.

Por outro lado, constatou-se que 85,7% da amostra brasileira e 81,2% da amostra portuguesa evita contatos com determinadas pessoas por razões de segurança, mas esta diferença entre os grupos não se mostrou estatisticamente significativa ($p=,240$; $\chi^2=1,380$). Também não se mostraram diferenças estatisticamente significativas na comparação entre as amostras em relação aos demais comportamentos, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Comportamentos adotados e comparação entre grupos

	Brasil (%)^a	Portugal (%)^b	χ^2	p
Evita contato com determinadas pessoas	85,7	81,2	1,380	,240
Evita determinadas ruas ou lugares	96,7	85,8	13,805	< ,001
Pratica esportes de defesa pessoal	7,1	5,6	,388	,534
Evita sair à noite ou chegar tarde em casa	63,2	45,2	12,345	< ,001
Tem fechaduras de segurança ou alarmes	56	46,2	3,673	,055
Quando se ausenta de casa por 2 ou mais dias, pede para vizinhos vigiarem	30,2	24,4	1,638	,201
Deixa luz acesa quando sai de casa à noite	31,3	20,8	5,447	,020
Tem armas de defesa pessoal	8,2	7,1	,173	,678
Evita andar com celular exposto na rua	96,2	31,5	168,929	< ,001
Evita andar com objetos de alto valor na rua	93,4	52,8	77,912	< ,001
Evita deixar objetos de valor dentro do carro estacionado na rua	96,2	87,8	8,754	,003
Evita ficar sozinho/a em casa	9,9	10,7	,061	,805

Nota. O p-value é resultado do teste Qui-quadrado.

^a N = 182.

^b N = 197.

3.5. Caracterização quanto aos comportamentos adotados e comparação entre as nacionalidades brasileira e portuguesa dentro da amostra portuguesa

Dentro da amostra portuguesa, depreende-se que relevante parcela é formada por brasileiros. Com efeito, do total de 197 respondentes, 157 são de nacionalidade portuguesa, 37 de nacionalidade brasileira e 3 de outras nacionalidades. Em termos de percentagem, a amostra de estudantes colhida no Porto foi composta por 79,7% portugueses, 18,8% brasileiros e 1,5% de outras nacionalidades. Dessa forma, fez-se interessante caracterizar a amostra portuguesa, relativamente aos comportamentos adotados, comparando-se os nacionais portugueses e os nacionais brasileiros estudantes no Porto, conforme os dados descritos na Tabela 5.

Relativamente aos comportamentos em si, apenas apresentou diferença estatisticamente significativa entre as nacionalidades na amostra portuguesa o comportamento de “evitar deixar objetos de valor dentro do carro estacionado na rua” ($p=,019$; $\chi^2=7,918$), sendo que o comportamento é mais adotado pelos portugueses respondentes. Todos os demais comportamentos não apresentaram diferenças estatisticamente significativa, conforme a Tabela 5, o que indica que, com exceção do primeiro, os brasileiros e os portugueses – dentro da amostra colhida no Porto – parecem adotar comportamentos semelhantes.

Tabela 5 - Comparação dos comportamentos adotados entre portugueses e brasileiros na amostra colhida em Portugal

	Brasileiros (%) ^a	Portugueses (%) ^b	χ^2	p
Evita contato com determinadas pessoas	89,2	79,6	2,221	,329
Evita determinadas ruas ou lugares	75,7	87,9	4,173	,124
Pratica esportes de defesa pessoal	5,4	5,1	4,455	,108
Evita sair à noite ou chegar tarde em casa	35,1	47,8	2,103	,349
Tem fechaduras de segurança ou alarmes	51,4	45,2	,655	,721
Quando se ausenta de casa por 2 ou mais dias, pede para vizinhos vigiarem	18,9	26,1	1,823	,402
Deixa luz acesa quando sai de casa à noite	16,2	21,7	,827	,661

Tem armas de defesa pessoal	10,8	6,4	1,128	,569
Evita andar com celular exposto na rua	35,1	31,2	1,613	,446
Evita andar com objetos de alto valor na rua	51,4	52,9	,263	,887
Evita deixar objetos de valor dentro do carro estacionado na rua	75,7	91,1	7,918	,019
Evita ficar sozinho/a em casa	5,4	12,1	1,773	,412

Nota. O p-value é resultado do teste Qui-quadrado.

^a N = 37.

^b N = 157.

4. Relações entre as variáveis dependentes e independentes

Para compreender as variáveis independentes que melhor explicam as variáveis dependentes, foram realizados Modelos de Regressão Linear. As variáveis dependentes em estudo foram testadas em função de dois modelos preditivos: variáveis sociodemográficas (idade, gênero, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias e estatuto socioeconômico) e demais variáveis independentes (sentimento de insegurança comportamental, desordens, vitimação nos últimos 12 meses, capital social, controle social informal, coesão social, satisfação com a renda, insegurança financeira objetiva e medo financeiro). Buscou-se compreender, em cada modelo, as variáveis independentes que se mostraram preditoras das variáveis dependentes, a fim de as incluir num modelo final, com todas as variáveis que se mostraram estatisticamente significativas.

4.1. Regressão linear múltipla: Sentimento de insegurança geral como variável dependente

4.1.1. Modelos parcelares

Nesta etapa, foram montados dois modelos parcelares de regressão linear múltipla para cada amostra (Brasil e Portugal), utilizando como variável dependente o sentimento de insegurança geral. No primeiro modelo, estão as variáveis sociodemográficas (idade, gênero, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias e estatuto socioeconômico); no segundo modelo, foram

utilizadas as demais variáveis independentes (comportamentos, desordens, vitimação nos últimos 12 meses, capital social, controle social informal, coesão social, satisfação com a renda, insegurança financeira objetiva e medo financeiro). Nesse ponto, importante ressaltar que fora retirada a variável da vitimação ao longo da vida, considerando que ela sobrepõe à variável referente à vitimação nos últimos 12 meses, podendo apresentar multicolineariedade.

Na amostra brasileira, o primeiro modelo parcelar explicou 7,4% da variável dependente sentimento de insegurança geral (R^2 ajustado = ,074) e o segundo modelo parcelar, por sua vez, explicou 39,7% (R^2 ajustado = ,397), sendo que ambos os modelos se mostraram estatisticamente significativos ($p < ,001$). No modelo que considerou as variáveis sociodemográficas, apenas as variáveis idade ($p = ,058$), gênero ($p = ,004$) e estatuto socioeconômico ($p = ,013$) mostraram ter poder preditivo do sentimento de insegurança geral (Anexo A: Tabela 1). No segundo modelo, as variáveis comportamentos ($p < ,001$), desordens ($p < ,001$), capital social ($p < ,001$) e medo financeiro ($p = ,013$) mostraram ter força explicativa da variável dependente estudada (Anexo A: Tabela 2).

Para a amostra colhida em Portugal, as variáveis sociodemográficas explicam 11,2% da variável dependente sentimento de insegurança geral (R^2 ajustado = ,112), enquanto o segundo modelo parcelar explica 21,3% da referida variável dependente (R^2 ajustado = ,213). Ambos os modelos se mostraram estatisticamente significativos ($p < ,001$) para explicar o sentimento de insegurança geral. Para o primeiro modelo, o gênero ($p < ,001$) e o estatuto socioeconômico ($p = ,037$) mostraram ser explicativas da variável dependente estudada (Anexo A: Tabela 3). Com relação ao segundo modelo, os comportamentos ($p < ,001$), o capital social ($p = ,029$) e insegurança financeira objetiva ($p = ,003$) mostraram ter poder preditivo do sentimento de insegurança geral (Anexo A: Tabela 4).

4.1.2. Modelo final

No modelo final para o sentimento de insegurança geral, foram introduzidas todas as variáveis que mostraram ter um poder explicativo (significado estatístico) nos modelos parcelares anteriormente descritos. Dessa forma, para a amostra brasileira, foram incluídas as seguintes variáveis: idade, gênero, estatuto socioeconômico, comportamentos, desordens, capital social e medo financeiro, consoante demonstrado na Tabela 6. O modelo final da amostra brasileira explicou 41,1% da variável dependente do sentimento de insegurança geral (R^2 ajustado = ,411), sendo um modelo estatisticamente significativo ($p < ,001$). Ademais, as

variáveis idade, comportamentos, desordens e capital social mostraram poder preditivo, sendo estatisticamente significativas. Assim, pode-se concluir que, para a amostra colhida no Brasil, relativamente ao sentimento de insegurança geral, as variáveis independentes mais importantes são a idade, os comportamentos, as desordens e o capital social.

Tabela 6 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança geral na amostra brasileira

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	,008	,003	,137	,021
Gênero	,138	,082	,098	,096
Est. Socio	-,044	,064	-,042	,497
Comportamentos	,171	,023	,445	< ,001
Desordens	,199	,045	,264	< ,001
Cap_Soc	-,156	,045	-,211	< ,001
Medo_Fin	-,025	,015	-,104	,087
R²		,434		
R² ajustado		,411		
p		< ,001		

No tocante à amostra portuguesa, considerando os resultados dos modelos parcelares anteriormente mencionados, foram incluídas no modelo final as variáveis que se mostraram com poder preditor da variável dependente: gênero, estatuto socioeconômico, comportamentos, capital social e insegurança financeira objetiva. O modelo final explicou 26% da variável dependente do sentimento de insegurança geral (R^2 ajustado = ,260), sendo um modelo estatisticamente significativo ($p < ,001$). Deste modelo final, conforme a Tabela 7, pode-se dizer que as variáveis que explicam o sentimento de insegurança geral na amostra portuguesa são gênero, comportamentos e insegurança financeira objetiva.

Tabela 7 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança geral na amostra portuguesa

Variável	B	SE	Beta	p
Gênero	,354	,098	,227	< ,001
Est. Socio	-,113	,086	-,084	,192
Comportamentos	,103	,022	,297	< ,001
Cap_Soc	-,092	,062	-,095	,137

Ins_Fin_Obj	,621	,180	,222	< ,001
R²			,279	
R² ajustado			,260	
p			< ,001	

Foram apresentados, portanto, dois modelos finais para o sentimento de insegurança geral, um para a amostra colhida no Brasil e outro para a amostra colhida em Portugal. Em suma, é possível dizer que apenas os comportamentos aparecem como variável importante para explicar o sentimento de insegurança geral em ambas as amostras colhidas.

4.2. Regressão linear múltipla: Sentimento de insegurança emocional como variável dependente

4.2.1. Modelos parcelares

Com relação ao sentimento de insegurança emocional, foram montados dois modelos parcelares para cada amostra em estudo, designadamente, um primeiro modelo com as variáveis socioeconômicas e um segundo modelo considerando as demais variáveis independentes, assim como feito no subitem anterior.

Para a amostra colhida no Brasil, o primeiro modelo explica 3,8% (R^2 ajustado = ,038) da variável dependente e o segundo modelo 22,9% (R^2 ajustado = ,229). Ambos os modelos se mostraram estatisticamente significativos ($p < ,05$). No primeiro modelo, apenas a idade ($p = ,013$) e o gênero ($p = ,029$) se mostraram estatisticamente significativos (Anexo B: Tabela 1), enquanto no segundo modelo, os comportamentos ($p = ,002$) e as desordens ($p < ,001$) revelaram-se estatisticamente significativos (Anexo B: Tabela 2).

Na amostra portuguesa, por sua vez, adotando-se os mesmos dois modelos mencionados, o primeiro modelo explica 11% do sentimento de insegurança emocional (R^2 ajustado = ,110) e o segundo modelo explica 32,2 (R^2 ajustado = ,322), apresentando ambos os modelos parcelares valores estatisticamente significativos ($p < ,001$). No modelo com as variáveis socioeconômicas, o gênero ($p = ,004$) e estatuto socioeconômico ($p < ,001$) se mostraram estatisticamente significativas dentro do modelo (Anexo B: Tabela 3). Para o segundo modelo, as variáveis estatisticamente significativas foram os comportamentos ($p < ,001$), as desordens ($p < ,001$), e a satisfação com a renda ($p = ,030$) (Anexo B: Tabela 4).

4.2.2. Modelos finais

Para o modelo final, foram utilizadas as variáveis que se mostraram com força estatística para explicar o medo do crime emocional. Diante disso, para a amostra brasileira, foram inseridos idade, gênero, comportamentos e desordens, conforme Tabela 8. O modelo final para a amostra brasileira obteve força explicativa de 21,7% (R^2 ajustado = ,217) e apresentou-se estatisticamente significativo ($p < ,001$). As variáveis idade ($p = ,026$), comportamentos ($p < ,001$) e desordens ($p < ,001$) demonstraram força explicativa do medo do crime emocional.

Tabela 8 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança emocional na amostra brasileira

Variável	B	SE	Beta	p
Gênero	,096	,094	,069	,307
Idade	,008	,004	,150	,026
Comportamentos	,093	,026	,245	< ,001
Desordens	,249	,050	,333	< ,001
R²		,234		
R² ajustado		,217		
p		< ,001		

Por sua vez, no modelo final da amostra colhida em Portugal para o sentimento de insegurança emocional, foram inseridas as variáveis gênero, estatuto socioeconômico, comportamentos, desordens e satisfação com a renda. O modelo explicou 36,3% da variável dependente do medo do crime emocional (R^2 ajustado = ,363) e mostrou-se estatisticamente significativo ($p < ,001$), conforme Tabela 9. Todas as variáveis incluídas, exceto a satisfação com a renda, mostraram-se com poder preditivo para o medo do crime emocional.

Tabela 9 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança emocional na amostra portuguesa

Variável	B	SE	Beta	p
Gênero	,147	,064	,132	,024
Est. Socio	-,201	,060	-,211	< ,001
Comportamentos	,087	,015	,350	< ,001
Desordens	,325	,061	,312	< ,001

Sat_Renda	-,025	,014	-,110	,081
R²			,379	
R² ajustado			,363	
<i>p</i>			< ,001	

Diante dos resultados alcançados pelos modelos finais, verificou-se que as amostras brasileira e portuguesa possuem em comum as variáveis dos comportamentos e desordens relativamente ao sentimento de insegurança emocional.

4.3. Regressão linear múltipla: Sentimento de insegurança cognitivo como variável dependente

4.3.1. Modelos parcelares

Mantendo-se os dois modelos já mencionados e iniciando-se pela amostra brasileira, ao inserir a variável do sentimento de insegurança cognitivo como variável dependente, o primeiro modelo parcelar demonstrou explicar em 9,5% a variável em questão (R^2 ajustado = ,095), enquanto o segundo modelo parcelar explicou em 19% o risco percebido (R^2 ajustado = ,190). Ambos os modelos se revelaram estatisticamente significativos ($p < ,001$).

Para o primeiro modelo, apenas o gênero ($p < ,001$) se mostrou com poder explicativo e estatisticamente significativo (Anexo C: Tabela 1). Já para o segundo modelo (Anexo C: Tabela 2), demonstraram-se estatisticamente significativos os comportamentos ($p < ,001$), as desordens ($p = ,020$), a satisfação com a renda ($p = ,028$) e o medo financeiro ($p < ,001$).

Por outro lado, relativamente à amostra colhida em Portugal, o primeiro modelo e o segundo modelo explicaram, respectivamente, 10,1% (R^2 ajustado = ,101) e 11,9% (R^2 ajustado = ,119) da variável dependente do sentimento de insegurança cognitivo e ambos os modelos se revelaram estatisticamente significativos ($p < ,001$).

Para o primeiro modelo, o gênero ($p < ,001$) e o estatuto socioeconômico ($p = ,020$) se mostraram estatisticamente significativos para explicar o risco percebido (Anexo C: Tabela 3). Quanto ao segundo modelo, apenas os comportamentos se revelaram estatisticamente significativos ($p < ,001$) (Anexo C: Tabela 4).

4.3.2. Modelos finais

Utilizando-se apenas das variáveis que mostraram força preditora à variável dependente sentimento de insegurança cognitivo, foi elaborado modelo final para cada uma das amostras.

O modelo final da amostra colhida no Brasil apresentou 24,5% de poder explicativo da variável do risco percebido (R^2 ajustado = ,245), apresentando-se como estatisticamente significativo ($p < ,001$), conforme Tabela 10. Para este modelo final, todas as variáveis, com exceção da satisfação com a renda ($p = ,058$)¹⁹, mostraram-se estatisticamente significativas para explicar o sentimento de insegurança cognitivo: gênero ($p < ,001$), comportamentos ($p = ,001$), desordens ($p = ,036$) e medo financeiro ($p < ,001$).

Tabela 10 - Modelo final de explicação do sentimento de insegurança cognitivo na amostra brasileira

Variável	B	SE	Beta	p
Gênero	,507	,135	,251	< ,001
Comportamentos	,123	,038	,222	,001
Desordens	,153	,072	,141	,036
Sat_Renda	,055	,029	,013	,058
Medo_fin	,097	,024	,276	< ,001
R²		,266		
R² ajustado		,245		
p		< ,001		

Quanto ao modelo final da amostra colhida em Portugal, o modelo explicou 17,4% da variável dependente do risco percebido (R^2 ajustado = ,174), sendo o modelo estatisticamente significativo ($p < ,001$), conforme Tabela 11. Todas as variáveis incluídas no modelo se revelaram estatisticamente significativas para explicar o sentimento de insegurança cognitivo: gênero ($p = ,002$), estatuto socioeconômico ($p = ,014$) e comportamentos ($p < ,001$).

¹⁹ Esta variável tem um $p > ,05$, logo não atinge a significância estatística admitida, apesar de estar muito próximo deste valor.

Tabela 11 - *Modelo final de explicação do sentimento de insegurança cognitivo na amostra portuguesa*

Variável	B	SE	Beta	p
Gênero	,492	,158	,205	,002
Est. Socio	-,333	,134	-,161	,014
Comportamentos	,168	,035	,314	< ,001
R²		,186		
R² ajustado		,174		
p		< ,001		

Em suma, analisando os modelos finais dos grupos para a variável dependente do risco percebido, apenas o gênero e os comportamentos se mostraram bons preditores do sentimento de insegurança cognitivo para ambas as amostras.

Discussão dos resultados

O presente estudo visou a explorar o sentimento de insegurança em todas as suas dimensões e perceber como se dá eventual variação em contextos distintos e contrastantes, notadamente Brasil (São Paulo) e Portugal (Porto), a partir da comparação entre amostras de estudantes universitários colhidas nessas duas localidades. Mais concretamente, utilizando-se do mesmo instrumento para medir o sentimento de insegurança dos estudantes universitários de cada grupo independente, buscou-se perceber as semelhanças e as diferenças dos resultados recolhidos em Portugal e no Brasil, considerando os modelos teóricos já amplamente aceites pela literatura científica, perceber se as variáveis preditoras do sentimento de insegurança (geral, cognitivo, emocional) são semelhantes ou diferentes entre os grupos, bem como perceber se as variáveis independentes analisadas (idade, gênero, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias, estatuto socioeconômico, comportamentos adotados em razão de segurança, desordens físicas e sociais, experiências de vitimação, capital social, controle social informal, coesão social, satisfação com a renda, insegurança financeira objetiva e medo financeiro) são semelhantes ou diferentes entre os dois grupos.

Para implementação deste estudo, foram colhidas simultaneamente duas amostras independentes por meio de um inquérito disponibilizado online. A primeira amostra foi colhida entre estudantes universitários na cidade de São Paulo no Brasil e a segunda amostra entre estudantes da Universidade do Porto em Portugal. Em momento posterior à recolha de dados, foram construídos modelos finais de regressão linear múltipla em relação a cada variável dependente objeto deste estudo para cada uma das amostras, para perceber se os preditores podem ou não serem os mesmos. Além disso, foram realizadas comparações para perceber se existiam diferenças estatisticamente significativas entre os resultados encontrados em cada uma das amostras, relativamente às dimensões do sentimento de insegurança e às demais variáveis independentes, tendo em vista os contextos contrastantes aos quais os respondentes estavam inseridos, que decorrem das diferenças relativas à densidade demográfica, taxa de desemprego e criminalidade entre a cidade de São Paulo e a cidade do Porto.

E as localidades, de fato, apresentam cenários bastante distintos, a começar pela densidade demográfica em que foi constatado que apenas a cidade de São Paulo possui uma população maior que todo Portugal e, em relação ao Distrito do Porto, mais que sete vezes a população ali encontrada. Observou-se que a taxa de desemprego no Brasil e em São Paulo também é superior àquela encontrada em Portugal e no Porto, a sugerir um quadro de

empregabilidade mais instável para o Brasil e para a cidade de São Paulo em comparação a Portugal e ao Distrito do Porto. Ainda, em termos de criminalidade, considerando apenas as estatísticas oficiais, o cenário encontrado na cidade de São Paulo é absolutamente mais alarmante do que aquele encontrado no Porto, relativamente aos crimes com ou sem violência. Por fim, destaca-se ainda que, de acordo com o Índice Global da Paz de 2023²⁰, entre 163 países em uma escala de segurança, o Brasil ocupa a posição 132^a, enquanto Portugal está na 7^a posição, ou seja, enquanto o Brasil figura como um dos países mais inseguros para viver, Portugal desponta como uma das nações mais seguras do mundo.

Importante considerar que esse quadro descrito pelas estatísticas oficiais com relação ao índice de criminalidade fora confirmado pelos respondentes da amostra brasileira, pois estes afirmaram, de modo geral, terem sido mais vitimados ao longo da vida e, nos últimos 12 meses, revelaram terem sido mais frequentemente vitimados do que os respondentes da amostra portuguesa, sendo que tal diferença se mostrou estatisticamente significativa. Ainda, especificamente quanto a cada um dos crimes elencados no questionário para aferir a vitimação ao longo da vida, os respondentes da amostra brasileira se mostraram mais vitimados de forma estatisticamente significativa para todos os crimes, exceto roubo ou furto de residência, agressão física e agressão ou abuso sexual. Quanto aos demais crimes, inclusive para o crime de maior gravidade como o crime de sequestro, os respondentes residentes em São Paulo relataram terem sido mais vitimados e de forma estatisticamente significativa. Portanto, é possível perceber que, diante da comparação simples das estatísticas oficiais criminais de ambas as localidades, existe um cenário com índices mais altos de criminalidade para a cidade de São Paulo (e Brasil) e, dos resultados obtidos no presente estudo, também foi possível perceber que os respondentes brasileiros estão, de fato, mais expostos à criminalidade, de modo a trazer maior importância e relevância na comparação entre as amostras.

Com efeito, por meio desta investigação, foi possível confirmar parcialmente a primeira hipótese inicialmente colocada neste trabalho: *As desordens físicas e sociais estão positivamente relacionadas com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes*. Isso porque dos modelos finais obtidos a partir da regressão linear múltipla a variável das desordens físicas e sociais demonstrou ser estatisticamente significativa em todos os modelos finais relativos à amostra brasileira e, quanto à amostra portuguesa, mostrou-se

²⁰ Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/resources/global-peace-index-2023/>. Acessado em: 27/07/2023.

relevante para o modelo final do medo concreto. Tal resultado confirma a construção teórica existente de que os aspectos ambientais, notadamente as incivildades, podem assumir papel importante na explicação ecológica do sentimento de insegurança (Ferraro & LaGrange, 2017; Taylor, 1999, 2002). Ainda, sob o prisma urbanístico, estudos sugerem que residentes de grandes cidades tendem a expressar mais o sentimento de insegurança que residentes em cidades menores (Baumer, 1978, 1985; Belyea & Zingraff, 1988; Clemente & Kleiman, 1977; Fattah & Sacco, 1989; Kennedy & Krahn, 1984; Sacco, 1985), o que ajuda a explicar o motivo pelo qual a variável das desordens físicas e sociais apenas não se mostrou estatisticamente significativa com relação ao sentimento de insegurança cognitivo e geral para o grupo de estudantes do Porto, município este que conta com uma população sete vezes menor que o município de São Paulo. Ou seja, a partir dos modelos finais elaborados com a regressão linear múltipla, reconheceu-se a relevância estatística da variável das desordens físicas e sociais para explicar as dimensões do sentimento de insegurança e tais resultados se mostraram harmônicos com a literatura científica, seja pela importância reconhecida das incivildades para explicar o sentimento de insegurança em todas as suas dimensões quanto à amostra colhida no Brasil, seja pela menor importância nos modelos finais referentes à amostra colhida na cidade do Porto.

Por seu turno, a segunda hipótese colocada – *A prevalência e variedade da experiência de vitimação nos últimos 12 meses está positivamente relacionada com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes* – não foi confirmada. Isso decorre dos resultados obtidos dos modelos finais de regressão linear múltipla, nos quais a experiência de vitimação nos últimos 12 meses mostrou ser uma variável não estatisticamente significativa. Em outras palavras, a vitimação ocorrida nos últimos 12 meses não se mostrou estatisticamente significativa para explicar o sentimento de insegurança em nenhuma de suas dimensões de nenhuma das amostras. Esse resultado se harmoniza com a parte da literatura que sugere existir relação fraca entre o sentimento de insegurança e a experiência de vitimação direta (Agnew, 1985; Box et al., 1988; Gibson et al., 2002; Lobo Antunes, 2006; Skogan & Maxfield, 1981) e, ainda, com a evidência empírica de que a relação é inexistente (Baker et al., 1983; Hill et al., 1985). Por outro lado, vai em sentido contrário de estudos empíricos que sugerem existir relação entre os conceitos (Balkin, 1979; Fox et al., 2009; Liska et al. 1988; Russo & Roccato, 2010).

Os respondentes da amostra brasileira se mostraram mais vitimados em uma série de crimes e essas diferenças se revelaram estatisticamente significativas, como por exemplo para os crimes de furto e roubo de veículo ou de objeto do interior, furto ou roubo de celular, outros tipos de roubo, outros tipos de furto, sequestro, furto de identidade e dados financeiros online,

bem como uso indevido de dados pessoais e financeiros online para obtenção de ganhos financeiros. Nesse passo, entende-se acertada a decisão de incluir o crime de sequestro na lista de vitimações, a evidenciar que tal delito pode ser bem mais frequente no cenário brasileiro em comparação ao cenário português, alertando para o contraste de realidade nos países. Outra evidência importante constatada acerca das vitimações refere-se à segurança digital. Verificou-se que, não só no plano material, os brasileiros foram por mais vezes vitimados no âmbito digital que os respondentes da amostra portuguesa e de forma estatisticamente significativa, demonstrando maior vulnerabilidade dos brasileiros também no ambiente virtual. Nesse ponto, interessante seria, para estudos futuros, explorar a vitimação nos ambientes virtuais e, considerando o modelo teórico proposto sobre a experiência de vitimação, perceber se a vitimação no ambiente digital pode influenciar o fenômeno do sentimento de insegurança em alguma de suas dimensões da mesma forma que a vitimação ocorrida em ambiente físico.

No tocante aos processos sociais, apenas o capital social se mostrou estatisticamente significativo e somente no modelo final de regressão linear múltipla relativo ao sentimento de insegurança geral para a amostra brasileira. Levando-se em consideração as dimensões do sentimento de insegurança em que os processos sociais não figuraram nos modelos finais, os resultados conflitaram com outros estudos empíricos já realizados que sugerem que as redes de apoio social podem melhorar o bem-estar geral, levando a níveis mais elevados de satisfação e eficácia coletiva, o que poderia influenciar no sentimento de insegurança (Borges & Cano, 2022). Tal fato pode ser explicado pelas limitações referentes à amostra deste estudo que não pode ser considerada probabilística. Portanto, a terceira hipótese colocada não foi totalmente confirmada: *O controle social informal, a coesão social, o capital social estão negativamente relacionados com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes.*

Do mesmo modo, a quarta hipótese do presente estudo também não pôde ser totalmente confirmada: *A insegurança social e econômica está positivamente relacionada com o sentimento de insegurança para cada um dos grupos independentes.* Dos resultados obtidos a partir dos modelos de regressão linear múltipla realizada, o medo financeiro apareceu em apenas um – aquele que levou em consideração o sentimento de insegurança cognitivo como variável dependente para a amostra brasileira. Ademais, ainda dentro do conceito de insegurança social e econômica, a insegurança financeira objetiva mostrou-se estatisticamente significativa apenas no modelo final da amostra portuguesa relativamente ao sentimento de insegurança geral. Os resultados obtidos colidem com parte da literatura que sugere que a insegurança social e financeira (preocupação econômica, preocupação com atendimento de

saúde, com relacionamentos, posição social, entre outros) constituem ansiedades difusas e acabam sendo facilmente expressas como medo do crime (Hollway & Jefferson, 1997). Importante considerar que o resultado pode ter sido influenciado, mais uma vez, pela condição da amostra que não era aleatória e formada por estudantes universitários, grupo este com educação mais elevada e, em sua maioria, menos vulnerável e com menos responsabilidade a seu encargo. Ainda, o questionário, quando da elaboração, necessitou ser enxugado com o intuito de facilitar a participação dos respondentes, contemplando apenas situações consideradas principais com base nos estudos empíricos mais importantes sobre o tema. Em decorrência disso, pode ter deixado de contemplar tipos de ansiedades difusas que importariam em captação de resultados diferentes. Dessa forma, para estudos futuros, seria interessante o aprofundamento e refinamento da operacionalização das perguntas relativas à insegurança social e econômica com o intuito de perceber de forma mais valiosa eventual relevância nas dimensões do sentimento de insegurança.

Nesse passo, ponto que merece destaque, relativamente à comparação entre as amostras, é que se esperava um medo financeiro maior na amostra brasileira, considerando o contexto social e econômico descrito no Brasil em que há maior índice de desemprego. Ocorre que os respondentes da amostra portuguesa revelaram sentir mais medo financeiro do que os respondentes da amostra brasileira, muito embora exista no país europeu uma melhor condição de empregabilidade. Isso pode ser explicado pela constituição da amostra – estudantes universitários –, sendo que esta população pode não ser a mais vulnerável dentro da realidade brasileira. A corroborar tal fato, relativamente ao estatuto socioeconômico, a minoria dos respondentes, tanto da amostra brasileira, quanto da amostra portuguesa, se declarou pertencente à classe baixa (3,8% e 2,5%, respectivamente). Por outro lado, ainda sobre a comparação entre as amostras independentes, a insegurança financeira objetiva também se revelou estatisticamente relevante, entretanto, a amostra colhida no Brasil apresentou-se mais insegura financeiramente em contraposição ao medo financeiro, que foi mais presente na amostra portuguesa. Na espécie, os respondentes brasileiros se revelaram mais inseguros com relação à insegurança financeira e alimentar de forma mais objetiva – quando indagados se, nos últimos 12 meses, ficaram sem comida, sem remédios, sem qualquer renda ou sem lugar para se abrigar ou sentiram-se inseguros em casa. Por sua vez, os respondentes da amostra portuguesa declararam ser mais temerosos quando indagados sobre empregabilidade e finanças de forma específica (medo financeiro). Isso pode ser explicado pela média de idade da amostra colhida no Brasil, que é maior que a média de idade da amostra portuguesa, diferença esta que

se mostrou estatisticamente significativa. Com efeito, as pessoas mais velhas tendem a já estar colocadas e estabilizadas no mercado de trabalho, o que pode diminuir o medo financeiro dos respondentes da amostra brasileira. Esse panorama pode ajudar a explicar os motivos pelo qual o medo financeiro apareceu mais elevado na amostra colhida em Portugal do que na amostra colhida no Brasil, uma vez que a amostra portuguesa é formada por pessoas mais jovens. Relativamente à insegurança econômica e alimentar objetiva, no entanto, a colocação e a estabilidade de pessoas mais velhas no mercado de trabalho pareceu não afastar a preocupação e percepção dos riscos e das mazelas sociais advindas do contexto brasileiro nos respondentes da amostra colhida em São Paulo, o que pode ajudar a explicar o resultado obtido para a insegurança financeira objetiva. Ainda, é cada vez mais amplo o acesso às universidades portuguesas, inclusive da população de baixa renda, sendo que, no ano de 2022, segundo estatística emitida pela *Eurostats*, 44,4% da população portuguesa de 25 a 34 anos possuíam ensino superior completo²¹. Já a realidade brasileira é outra, na qual apenas 20,4% da população, no ano de 2019, possuía ensino superior completo²², em que pesem as políticas afirmativas implementadas desde meados dos anos 2000, como cotas para estudantes negros e advindos de escolas públicas para ingresso nas universidades públicas.

Em prosseguimento à discussão dos resultados, a penúltima hipótese colocada – *O sentimento de insegurança dos estudantes brasileiros é maior que dos estudantes portugueses* – foi confirmada. Isso porque, qualquer que seja a dimensão do sentimento de insegurança analisado (geral, emocional, cognitivo ou comportamental), os respondentes da amostra brasileira apareceram com índices mais elevados em comparação aos respondentes da amostra portuguesa e as diferenças constatadas apresentaram-se estatisticamente significativas. Portanto, é possível confirmar que, em decorrência dos resultados obtidos, a amostra brasileira, de modo geral, tem maior sentimento de insegurança que a amostra portuguesa, independentemente da dimensão do fenômeno observado.

Nesse passo, cabe esmiuçar-se a componente comportamental do sentimento de insegurança, isto é, os comportamentos que são adotados pelos indivíduos por razões de segurança. Existem estudos que indicam que o sentimento de insegurança elevado constatado

²¹ Informação retirada de pesquisa feita pela Eurostat. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/DDN-20230530-3>. Acessado em 23/07/2023.

²² Informação retirada da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://static.poder360.com.br/2020/11/Indicadoresociais-IBGE.pdf>. Acessado em 23/07/2023.

entre os cidadãos sul-americanos faz com que, cada vez mais, se adotem comportamentos de segurança para evitar exposição às situações geradoras de medo (Dammert, 2012). A comparação entre as amostras independentes confirmou com rigor esse cenário, porquanto os indivíduos da amostra brasileira adotam mais comportamentos de segurança que os respondentes da amostra portuguesa e de forma estatisticamente significativa. Com efeito, os comportamentos adotados por razões de segurança – sentimento de insegurança comportamental – foram a variável que se mostrou estatisticamente significativa em absolutamente todos os modelos finais construídos. Ou seja, os comportamentos adotados constituíram ótimo preditor de todas as variáveis dependentes (sentimento de insegurança geral, emocional e cognitivo), tanto para a amostra colhida no Brasil, quanto para a amostra colhida em Portugal. O comportamento de evitar andar com o telemóvel exposto na rua é adotado por 96,2% da amostra colhida no Brasil, enquanto na amostra portuguesa, apenas 31,5% apontaram adotar o mesmo comportamento. Do mesmo modo, 58,8% da amostra brasileira afirmaram já terem sido vítimas de furto ou roubo de telemóvel, número bastante superior aos vitimados pelo mesmo crime na amostra colhida em Portugal (20,8%), sugerindo que, em decorrência da percepção do risco da ocorrência do crime, os estudantes brasileiros adotem tal comportamento para diminuir as chances de vitimação. O mesmo raciocínio funciona para explicar o comportamento de evitar andar com objetos de alto valor na rua. Isso porque 93,4% dos respondentes da amostra brasileira afirmaram adotar tal comportamento, enquanto apenas 52,8% da amostra portuguesa indicaram adotar o mesmo comportamento. Por outro lado, a vitimação pelos crimes de roubo e furto foram mais elevadas para a amostra brasileira – 24,7% e 45,6%, respectivamente –, em comparação com a amostra portuguesa (7,1%; 24,4%), a indicar que o comportamento indicado guarde relação com as vitimações anteriores, diretas ou indiretas, ou até mesmo, com a percepção de risco (sentimento de insegurança cognitivo).

Dentro da amostra portuguesa, notou-se a presença de número significativo de brasileiros, uma vez que do total da amostra, 37 referiram ter nacionalidade brasileira (18,8% da amostra total). Por outro lado, notou-se a partir da comparação dos comportamentos entre as amostras colhidas no Brasil e em Portugal diferenças estatisticamente significativas nos comportamentos adotados, sendo que os brasileiros da amostra de estudantes colhida em São Paulo se mostraram muito mais dispostos a adotar comportamentos por razões de segurança do que os estudantes brasileiros da amostra portuguesa. Em termos gerais, optou-se por comparar, dentro da amostra colhida no Porto, se os brasileiros contidos nesta amostra poderiam seguir a linha de comportamentos da amostra colhida no Brasil. Os resultados, por sua vez, sugeriram que os

brasileiros residentes em Portugal não tendem a manter os comportamentos adotados no Brasil e, ainda, tendem a adotá-los em menor proporção em comparação aos próprios portugueses. Por exemplo, o comportamento de evitar deixar objetos de valor dentro de carro estacionado na rua demonstrou que a diferença obtida, quando de sua comparação entre portugueses e brasileiros estudantes no Porto, é estatisticamente significativa, sendo que os portugueses demonstraram adotar por mais vezes tal comportamento. Interessante notar que, quando da comparação dos comportamentos entre as amostras colhidas no Brasil e em Portugal, 93,4% dos respondentes da amostra brasileira assumiram adotar tal comportamento. Já os brasileiros estudantes no Porto (contidos na amostra colhida em Portugal), apenas 75,7% afirmaram adotar o mesmo comportamento, o que sugere que os comportamentos por razões de segurança podem não se manter quando da mudança de país de residência, bem como sugere, ainda, que pode existir a tendência de se adotar comportamentos em menor proporção em relação aos próprios portugueses.

Ademais, na amostra colhida no Brasil, quanto ao comportamento de evitar andar com o telemóvel exposto na rua, o elevado número de 96,2% afirmou adotar tal medida por razões de segurança, enquanto apenas 35,1% dos respondentes brasileiros da amostra colhida em Portugal assumiram ter tal comportamento. Da mesma forma, evitar sair à noite ou chegar em casa tarde é comportamento adotado por 63,2% dos respondentes da amostra brasileira, enquanto apenas 35,1% dos nacionais brasileiros estudantes no Porto e 47,8% dos portugueses estudantes no Porto declararam realizar tal comportamento. Evitar determinadas ruas ou lugares foi apontado por 96,7% da amostra colhida no Brasil, no entanto, na amostra colhida no Porto, 75,7% dos brasileiros e 87,9% dos portugueses relataram adotar este comportamento. A diferença entre os percentuais obtidos da amostra colhida no Brasil e os percentuais dos brasileiros e portugueses da amostra colhida no Porto para todos os comportamentos citados é bastante considerável o que pode reforçar que os brasileiros tendem a não manter e até flexibilizar comportamentos quando inseridos em contexto social distinto, em que a percepção de segurança seja maior.

Alguns pontos podem ajudar a explicar a flexibilização ou, até mesmo, o abandono dos comportamentos adotados por razões de segurança pelos brasileiros contidos na amostra colhida em Portugal. O Brasil apresenta índices muito mais elevados de criminalidade, o que difere bastante do contexto da cidade do Porto em Portugal, cuja vitimação é muito menor. Os dados aqui colhidos reforçam o quadro de criminalidade elevada no Brasil, considerando as perguntas relativas à vitimação ao longo da vida e nos últimos 12 meses. Os brasileiros estudantes e residentes no Porto podem apresentar percepção geral de segurança maior do que

os próprios portugueses, decorrente da referência de alta criminalidade sentida quando em solo brasileiro em comparação a Portugal. Em outras palavras, considerando o contexto em que estavam inseridos – de alta criminalidade e mais recorrentes vitimações diretas ou indiretas – a percepção de segurança para os brasileiros agora residentes em Portugal pode ser exacerbada, o que, em consequência, pode produzir o abandono de comportamentos.

Em prosseguimento à análise dos resultados dos modelos finais obtidos a partir da realização da regressão linear múltipla, a última hipótese foi confirmada: *Os preditores do sentimento de insegurança são diferentes entre os grupos independentes*. Isso porque, dos modelos finais obtidos, com exceção dos comportamentos que apareceu com força explicativa em todos, os preditores não são totalmente coincidentes. Com relação ao sentimento de insegurança geral, na amostra colhida no Brasil, os comportamentos, a idade, as desordens e o capital social se revelaram estatisticamente significativos, enquanto na amostra colhida em Portugal, além dos comportamentos, o gênero e a insegurança financeira objetiva se mostraram com força explicativa. Quanto ao medo concreto, o modelo final da amostra brasileira contemplou os comportamentos, a idade e as desordens, enquanto no modelo da amostra portuguesa apresentaram-se relevantes preditores o gênero, o estatuto socioeconômico, os comportamentos e as desordens. Portanto, nessa dimensão do sentimento de insegurança emocional, apenas os comportamentos e as desordens apareceram em ambos os modelos finais. Quanto à dimensão cognitiva, o modelo final relativo à amostra brasileira demonstrou que o gênero, os comportamentos, as desordens e o medo financeiro são excelentes preditores do risco percebido, enquanto no modelo final da amostra portuguesa, o gênero, o estatuto socioeconômico e os comportamentos se mostraram estatisticamente significativos. Além dos comportamentos, o gênero também foi a variável que apareceu tanto no modelo final da amostra brasileira, quanto no da amostra portuguesa. Nota-se, a partir da análise dos resultados obtidos para essa dimensão do sentimento de insegurança cognitivo, que as mulheres – tanto da amostra colhida no Brasil, quanto da amostra colhida em Portugal – relataram maior percepção de risco que os homens, o que se mostra harmonioso com parte da literatura que sugere terem as mulheres um processo cognitivo diferente dos homens, de modo a expressar maior percepção de risco (Pain, 1995; Smith & Torstensson, 1997; Warr, 1984). Com efeito, essa maior percepção do risco pelas mulheres pode ser explicada em razão da vulnerabilidade, uma vez que as mulheres, além de mais vulneráveis fisicamente, são mais sensíveis ao risco em seu ambiente por estarem mais suscetíveis à agressão sexual e a outros delitos de natureza doméstica (Pain, 1995; Warr, 1984). A partir dos resultados obtidos no presente estudo,

depreende-se que o maior risco percebido por parte das mulheres parece não se alterar mesmo em contextos sociais distintos, como é o caso de Brasil e Portugal.

Diante de todos os resultados apresentados, é possível concluir que, com exceção dos comportamentos, os preditores do sentimento de insegurança das amostras colhidas no Brasil e em Portugal, não são os mesmos, a sugerir que o sentimento de insegurança é influenciado por diferentes fatores a depender da realidade criminal e do contexto social.

No presente estudo, foram adotadas escolhas metodológicas com o intuito de fornecer maior validade das conclusões estatísticas. Nas regressões lineares múltiplas e comparações entre grupos independentes não pareados, assumiu-se a normalidade das distribuições com base no Teorema do Limite Central. Pode-se dizer que, ao empregar o método citado, contribuiu para uma melhor avaliação da relação entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes deste estudo, fortalecendo os resultados obtidos.

Apesar dos resultados considerados relevantes, a presente investigação não está isenta de críticas. O aspecto mais importante refere-se às amostras colhidas que, na presente investigação, decorreram de conveniência. No âmbito de uma dissertação de mestrado, este estudo não contou com qualquer investimento financeiro e teve tempo limitado para a recolha de dados e seu desenvolvimento, o que inviabilizou maximizar o tamanho da amostra e implementar uma maior diversificação. Em decorrência dessa limitação relativa à amostra não probabilística, pode ocorrer um viés de seleção, onde certos grupos ou características da população do estudo podem ser sub ou sobre-representados, podendo comprometer a capacidade de generalização. Assim, os resultados encontrados podem ser aplicáveis apenas aos indivíduos incluídos na amostra específica e não, necessariamente, refletir o comportamento ou características da população objeto do estudo. Ainda, a falta de controle sistemático sobre as características dos participantes pode obscurecer ou confundir relações entre as variáveis estudadas. Portanto, é importante reconhecer as limitações de um estudo empírico que não utilizou uma amostra probabilística, porquanto essas limitações podem afetar a validade e a generalização dos resultados obtidos, o que pode ajudar a explicar alguns conflitos encontrados entre os resultados obtidos e a literatura científica sobre o tema. Sugere-se que aplicar o presente questionário a maior número de indivíduos poderia aumentar a força dos resultados.

Em prosseguimento, cumpre agora fornecer algumas pistas de investigação para o futuro. Em primeiro lugar, considera-se relevante aprofundar o estudo referente ao sentimento de insegurança comportamental, refinando a lista de comportamentos adotados – sempre os adaptando à realidade do local da amostra – e comparando amostras maiores e mais

diversificadas. Isso porque, dos resultados obtidos, verificou-se uma tendência dos brasileiros presentes na amostra colhida em Portugal a não manter ou, inclusive, flexibilizar comportamentos adotados por razões de segurança em comparação aos respondentes da amostra colhida no Brasil e, até mesmo, em comparação aos portugueses da amostra portuguesa. Além disso, importante aprofundar o tema para perceber de forma mais consistente como se comportam respondentes expostos a realidades diferentes ao longo da vida e como se dá a percepção de risco em cada localidade. Para tal, considera-se ir além dos instrumentos que ordinariamente são utilizados – notadamente os questionários – valendo-se de metodologia qualitativa na busca de compreender melhor o fenômeno. Por meio da metodologia qualitativa e a realização de entrevistas, será possível perceber de forma mais profunda e detalhada as experiências e percepções dos participantes, o que pode ajudar a identificar comportamentos específicos mais comuns e, na percepção do entrevistado, mais eficazes em situações de insegurança. Isso pode ajudar a refinar a operacionalização do sentimento de insegurança comportamental, incluindo comportamentos específicos que façam refletir melhor o conceito a ser estudado. Além disso, a metodologia qualitativa permite que os pesquisadores adaptem suas perguntas e técnicas de coleta de dados à realidade dos participantes (Martins, 2004), o que pode ser particularmente útil em estudos transculturais. Por exemplo, poderão ser utilizadas entrevistas entre o respondente e o investigador em profundidade para explorar as experiências de insegurança e os comportamentos de forma mais detalhada (Boni & Quaresma, 2005), assim como foi feito em outros estudos acerca do tema (Guedes, 2016; Souza, 2018), ou serem realizados grupos focais nos quais há uma reunião de pessoas para discutir tópico específico a permitir ao investigador obter informações sobre a percepção, as atitudes e os comportamentos dos participantes (Martins, 2004; Tulloch, 2000), o que poderá também auxiliar na identificação de comportamentos comuns em situações específicas de insegurança.

Por último, importa referir que a presente dissertação pretendeu fornecer novas contribuições para o estudo do fenômeno do sentimento de insegurança a partir da comparação de amostras colhidas em contextos contrastantes, bem como perceber eventuais semelhanças ou diferenças nos preditores do fenômeno entre as amostras colhidas. Constatou-se que o sentimento de insegurança não tem sua origem tão somente no receio quanto à criminalidade e à vitimação, mas se assenta em uma variedade de outros fatores que tendem a se alterar de acordo com o contexto dos indivíduos. Em suma, este estudo buscou aprofundar a compreensão do fenômeno do sentimento de insegurança, um tema amplamente explorado na literatura acadêmica. Embora seja evidente que nem todas as perguntas tenham sido respondidas e que

novos desafios ainda persistem, acredita-se que esta pesquisa tenha contribuído para o avanço do conhecimento nessa área. Ao explorar diferentes perspectivas e abordagens, este estudo buscou lançar luz sobre aspectos pouco explorados do sentimento de insegurança. Como contributo à investigação científica, espera-se que essas ideias possam servir como ponto de partida para futuras investigações, estimulando o desenvolvimento de novas abordagens e teorias que ampliem ainda mais o entendimento desse complexo fenômeno social.

Referências

- Adams, R. E., & Serpe, R. T. (2000). Social integration, fear of crime, and life satisfaction. *Sociological Perspectives*, 43(4), 605-629.
- Adorno, S. (1998). Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: Rupturas e continuidades. Em J. Zaverucha (Ed.), *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX* (pp. 151–189). Editora Bagaço.
- Agnew, R. S. (1985). Neutralizing the impact of crime. *Criminal Justice and Behavior*, 12(2), 221-239.
- Akers, R. L., La Greca, A. J., Sellers, C., & Cochran, J. (1987). Fear of crime and victimization among the elderly in different types of communities. *Criminology*, 25(3), 487-506.
- Amerio, P., & Roccato, M. (2007). Psychological reactions to crime in Italy: 2002-2004. *Journal of Community Psychology*, 35(1), 91-102.
- Antunes, G. E., Cook, F. L., Cook, T. D., & Skogan, W. G. (1997). Patterns of personal crime against the elderly. *The Gerontologist*, 17(4), 321-327.
- Araújo, K. B. (2015). Fear of crime and urban mobility: A study of the relationship in the city of Natal, Brazil. *Journal of Transport Geography*, 47, 99-106.
- Asencio, E. K., Merrill, M., & Steiner, M. (2014). Self-esteem, the fear of crime, and the decision to protect oneself from victimization. *Sociological Forum*, 29(3), 587-606.
- Ayres, R. L. (1998). *Crime and violence as development issues in Latin America and the Caribbean*. World Bank Publications.
- Baker, M. H., Nienstedt, B. C., Everett, R. S., & McClery, R. (1983). The impact of a crime wave: Perceptions, fear and confidence in the police. *Law and Society Review*, 17(2), 319-335.
- Baldassare, M. (1986). The elderly and fear of crime. *Sociology and Social Research*, 70(3), 218-221.
- Balkin, S. (1979). Victimization rates, safety and fear of crime. *Social Problems*, 26(3), 343-358.
- Baumer, T. L. (1978). Research on fear of crime in the United States. *Victimology*, 3(3-4), 254-264.
- Baumer, T. L. (1985). Testing a general model of fear of crime: Data from a national sample. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 22(3), 239-255.

- Beck, A. T. (1979). *Cognitive therapy and the emotional disorders*. International Universities Press.
- Becker, H. S. (1999). The Chicago school, so-called. *Qualitative Sociology*, 22, 3-12.
- Bellair, P. E. (2000). Informal surveillance and street crime: A complex relationship. *Criminology*, 38(1), 137-170.
- Belyea, M. J., & Zingraff, M. T. (1988). Fear of crime and residential location. *Rural Sociology*, 53(4), 473.
- Bishop, I. D., & Rohrmann, B. (2003). Subjective responses to simulated and real environments: A comparison. *Landscape and Urban Planning*, 65(4), 261-277.
- Blanco, L., & Ruiz, I. (2013). The impact of crime and insecurity on trust in democracy and institutions. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 103(3), 284-288.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.
- Borges, D., & Cano, I. (2022). Determinants of fear of crime in Brazil: The effect of social cohesion. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, 21(3), 455-466.
- Box, S., Hale, C. & Andrews, G. (1988). Explaining fear of crime. *The British Journal of Criminology*, 28(3), 340-356.
- Boyce, P. R. (2019). The benefits of light at night. *Building and Environment*, 151, 356-367.
- Britto, S. (2013). Diffuse anxiety: The role of economic insecurity in predicting fear of crime. *Journal of Crime and Justice*, 36(1), 18-34.
- Britto, S., Van Slyke, D. M., & Francis, T. I. (2011). The role of fear of crime in donating and volunteering: A gendered analysis. *Criminal Justice Review*, 36(4), 414-434.
- Brunton-Smith, I., & Sturgis, P. (2011). Do neighborhoods generate fear of crime? An empirical test using the British Crime Survey. *Criminology*, 49(2), 331-369.
- Caldeira, T. P. (2000). *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. University of California Press.
- Cardoso, G. R., Seibel, E. J., Monteiro, F. M., & Ribeiro, E. A. (2013). Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: Investigação sobre condicionantes individuais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7(2), 144-161.
- Cardoso, G. R., Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2018). Fear of crime and perception of violence among police officers in a Brazilian city. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(20), 3152-3172.

- Ceccato, V., & Bamzar, R. (2016). Elderly victimization and fear of crime in public spaces. *International Criminal Justice Review*, 26(2), 115-133.
- Ceobanu, A., Wood, C., & Ribeiro, L. (2011). Crime victimization and public support for democracy: Evidence from latin America. *International Journal of Public Opinion Research*, 23(1), 56-78.
- Chadee, D., & Ditton, J. (2003). Are older people most afraid of crime? Revisiting Ferraro and LaGrange in Trinidad. *The British Journal of Criminology*, 43(2), 417-433.
- Chataway, M. L., Hart, T. C., Coomber, R., & Bond, C. (2017). The geography of crime fear: A pilot study exploring event-based perceptions of risk using mobile technology. *Applied geography*, 86, 300-307.
- Chiricos, T., Hogan, M., & Gertz, M. (1997). Racial composition of neighborhood and fear of crime. *Criminology*, 35(1), 107-132.
- Clemente, F., & Kleiman, M. B. (1976). Fear of crime among the aged. *The Gerontologist*, 16(3), 207-210.
- Clemente, F., & Kleiman, M. B. (1977). Fear of crime in the United States: A multivariate analysis. *Social Forces*, 56(2), 519-531.
- Cloward, R. A., & Ohlin, L. E. (1960). Illegitimate means and delinquent subcultures. *Social Deviance: Readings in Theory & Research*, 45-49.
- Conklin, J. (1975). *The impact of crime*. Macmillan.
- Cops, D., Pleysier, S., & Put, J. (2012). Worrying about the future and fear of crime among young adults: A social psychological approach. *Journal of Youth Studies*, 15(2), 191-205.
- Costelloe, M. T., Chiricos, T., & Gertz, M. (2009). Punitive attitudes toward criminals: Exploring the relevance of crime salience and economic insecurity. *Punishment & Society*, 11(1), 25-49.
- Crowl, J. N., & Battin, J. R. (2017). Fear of crime and the police: Exploring lifestyle and individual determinants among university students. *The Police Journal: Theory, Practice and Principles*, 90(3), 195-214.
- Cullen, F. T., Clark, G. A., Cullen, J. B., & Mathers, R. A. (1985). Attribution, salience, and attitudes toward criminal sanctioning. *Criminal Justice and Behavior*, 12(3), 305-331.
- Cunha, R. F. D. (2013). Arrumadores de automóveis: Do sentimento de insegurança à utilidade social. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

- Dammert, L. (2012). *Fear and crime in Latin America: Redefining state-society relations*. Routledge.
- Dammert, L., & Malone, M. F. (2003). Fear of crime or fear of life? Public insecurities in Chile. *Bulletin of Latin American Research*, 22(1), 79-101.
- Dammert, L., & Malone, M. F. (2006). Does it take a village? Policing strategies and fear of crime in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 48(4), 27-51.
- Day, K. (2001). Constructing masculinity and women's fear in public space in Irvine, California. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, 8(2), 109-127.
- Day, K., Stump, C., & Carreon, D. (2003). Confrontation and loss of control: Masculinity and men's fear in public space. *Journal of Environmental Psychology*, 23(3), 311-322.
- Delishi, M., & Regoli, B. (2000). Individual neighborhood attachment and perceptions of neighborhood safety. *American Journal of Criminal Justice*, 24(2), 181-188.
- Dietz, N. A., & Martin, P. Y. (2007). Women who are stalked: Questioning the fear standard. *Violence Against Women*, 13(7), 750-776.
- Doran, B. J., & Lees, B. G. (2005). Investigating the spatiotemporal links between disorder, crime, and the fear of crime. *The Professional Geographer*, 57(1), 1-12.
- Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J., & Gilchrist, E. (1997). Questioning the measurement of the fear of crime: Findings from a major methodological study. *The British Journal of Criminology*, 37(4), 658-679.
- Farrall, S., Gray, E., & Jackson, J. (2007). Theorising the fear of crime: The cultural and social significance of insecurities about crime. *Experience and Expression in the Fear of Crime Working Paper*(5), 1-35.
- Fattah, E. A., & Sacco, V. F. (1989). Offences the elderly commit and their explanations. Em E. A. Fattah & V. F. Sacco (Eds.), *Crime and victimization of the elderly* (pp. 34-68). Springer-Verlag.
- Felson, R. B., & Paré, P. P. (2005). The reporting of domestic violence and sexual assault by nonstrangers to the police. *Journal of Marriage and Family*, 67(3), 597-610.
- Ferraro, K. F. (1995). *Fear of crime: Interpreting victimization risk*. State University of New York Press.
- Ferraro, K. F. (1996). Women's fear of victimization: Shadow of sexual assault. *Social Forces* 75(2), 667-690.
- Ferraro, K. F., & LaGrange, R. L. (1988). Are older people afraid of crime?. *Journal of Aging Studies*, 2(3), 277-287.

- Ferraro, K. F., & LaGrange, R. L. (2017). The measurement of fear of crime. Em J. Ditton & S. Farrall (Eds.), *The fear of crime* (pp. 277-308). Routledge.
- Fischer, C. S. (1981). The public and private worlds of city life. *American Sociological Review*, 46(3), 306-316.
- Fisher, B. S., & Sloan III J. J. (2003). Unraveling the fear of victimization among college women: Is the shadow of sexual assault hypothesis supported?. *Justice Quarterly*, 20(3), 633-659.
- Fisher, B. S., & Nasar, J. L. (1995). Fear spots in relation to microlevel physical cues: Exploring the overlooked. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 32(2), 214-239.
- Fox, K. A., Nobles, M. R., & Piquero, A. R. (2009). Gender, crime victimization and fear of crime. *Security Journal*, 22(1), 24-39.
- Freudenburg, W. R. (1986). The density of acquaintanceship: An overlooked variable in community research?. *American Journal of Sociology*, 92(1), 27-63.
- Frias, G. (2004). A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade. Em *A questão social do novo milénio* (p. 39). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Gabriel, U., & Greve, W. (2003). The psychology of fear of crime: Conceptual and methodological perspectives. *The British Journal of Criminology*, 43(3), 600-614.
- Gainey, R., Alper, M., & Chappell, A. T. (2011). Fear of crime revisited: Examining the direct and indirect effects of disorder, risk perception, and social capital. *American Journal of Criminal Justice*, 36(2), 120-137.
- García, F. E., Martínez-Zelaya, G., Muratori, M., Páez, D., & Zubieta, E. (2016). Victimization y miedo al delito: Relaciones con el bienestar y la percepción del contexto social y el clima emocional. Un estudio con estudiantes universitarios de la Ciudad de Concepción. Em A. Mediburo, J. C. Oyanedel & D. Páez (Eds.), *La felicidad de los chilenos: Estudios sobre bienestar II*. RIL Editores.
- Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. University of Chicago Press.
- Garofalo, J. (1979). Victimization and the fear of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 16(1), 80-97.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 72(2), 839-857.

- Gates, L. B., & Rohe, W. M. (1987). Fear and reactions to crime: A revised model. *Urban Affairs Quarterly*, 22(3), 425-453.
- Gibson, C. L., Zhao, J., Lovrich, N. P., & Gaffney, M. J. (2002). Social integration, individual perceptions of collective efficacy, and fear of crime in three cities. *Justice Quarterly*, 19(3), 537-564.
- Goodey, J. (1997). Boys don't cry: Masculinities, fear of crime and fearlessness. *The British Journal of Criminology*, 37(3), 401-418.
- Gordon, M. T., Riger, S., LeBailly, R. K., & Heath, L. (1980). Crime, women, and the quality of urban life. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5(3), 144-160.
- Guedes, I. S. (2016). *Medo do crime: Emergência, reações emocionais e discursos. Contributos para a utilização de multi-metodologias*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.
- Guedes, I. S., Cardoso, C., & Agra, C. (2012). Medo do crime: Revisão conceptual e metodológica. Em C. Agra (Ed.), *A criminologia: Um arquipélago interdisciplinar* (pp. 213-248). U.Porto Editorial.
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International Review of Victimology*, 4(2), 79-150.
- Hanyu, K. (1997). Visual properties and affective appraisals in residential areas after dark. *Journal of Environmental Psychology*, 17(4), 301-315.
- Hanyu, K. (2000). Visual properties and affective appraisals in residential areas in daylight. *Journal of Environmental Psychology*, 20(3), 273-284.
- Hardyns, W., & Pauwels, L. (2010). Different measures of fear of crime and survey measurement error. Em M. Cools, B. De Ruyver, M. Easton, L. Pauwels, P. Ponsaers, G. Vande Walle, T. Vander Beken, F. Vander Laenen, G. Vermeulen & G. Vynckier (Eds.), *Governance of Security Research Papers Series III, New Empirical Data, Theories and Analyses on Safety, Societal Problems and Citizens' Perceptions* (pp. 19-39). Maklu.
- Heath, L. (1984). Impact of newspaper crime reports on fear of crime: Multimethodological investigation. *Journal of Personality and social Psychology*, 47(2), 263-276.
- Heise, L. L. (1993). Violence against women: The missing agenda. Em M. Koblinsky, J. Timyian & J. Gay (Eds.), *The health of women: A global perspective* (pp. 171-196). Routledge.
- Herzog, T. R., & Chernick, K. K. (2000). Tranquility and danger in urban and natural settings. *Journal of Environmental Psychology*, 20(1), 29-39.

- Hignite, L. R., Marshall, S., & Naumann, L. (2018). The ivory tower meets the inner city: Student protective and avoidance behaviors on an urban university campus. *College Student Journal*, 52(1), 118-138.
- Hill, G. D., Howell, F. M. & Driver, E. T. (1985). Gender, fear and protective handgun ownership. *Criminology*, 23(3), 541-552.
- Hirtenlehner, H. (2008). Disorder, social anxieties and fear of crime: Exploring the relationship between incivilities and fear of crime with a special focus on generalized insecurities. *Fear of Crime-Punitivity, New Developments in Theory and Research, Bochum*, 127-158.
- Hollway, W., & Jefferson, T. (1997). The risk society in an age of anxiety: Situating fear of crime. *The British Journal of Sociology*, 48(2), 255-266.
- Hummelsheim, D., Hirtenlehner, H., Jackson, J., & Oberwittler, D. (2011). Social insecurities and fear of crime: A cross-national study on the impact of welfare state policies on crime-related anxieties. *European Sociological Review*, 27(3), 327-345.
- Jackson, J. (2004). Experience and expression: Social and cultural significance in the fear of crime. *The British Journal of Criminology*, 44(6), 946-966.
- Jackson, J. (2005). Validating new measures of the fear of crime. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(4), 297-315.
- Jackson, J. (2009). A psychological perspective on vulnerability in the fear of crime. *Psychology, Crime & Law*, 15(4), 365-390.
- Jackson, J., & Gray, E. (2010). Functional fear and public insecurities about crime. *The British Journal of Criminology*, 50(1), 1-22.
- Kahana, E., Liang, J., Felton, B., Fairchild, T., & Harel, Z. (1977). Perspectives of aged on victimization, ageism, and their problems in urban society. *The Gerontologist*, 17(2), 121-129.
- Kennedy, L. W., & Krahn, H. (1984). Rural-urban origin and fear of crime: The case for rural baggage. *Rural Sociology*, 49(2), 247-260.
- Kinsey, R., Lea, J., & Young, J. (1986). *Losing the fight against crime*. Basil Blackwell.
- Krahn, H., & Kennedy, L. W. (1985). Producing personal safety: The effects of crime rates, police force size, and fear of crime. *Criminology*, 23(4), 697-710.
- Kuhn, A., & Agra, C. (2010). *Somos todos criminosos?: Pequena introdução à criminologia e ao direito das sanções*. Casa das Letras.
- LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (1989). Assessing age and gender differences in perceived risk and fear of crime. *Criminology*, 27(4), 697-720.

- LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (2017). The elderly's fear of crime: A critical examination of the research. Em J. Ditton & S. Farrall (Eds.), *The fear of crime* (pp. 77-96). Routledge.
- LaGrange, R. L., Ferraro, K. F., & Supancic, M. (1992). Perceived risk and fear of crime: Role of social and physical incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29(3), 311-334.
- Lazarus, R. S. (1982). Thoughts on the relation between emotion and cognition. *American Psychologist*, 37(9), 1019-1024.
- Lea, J., & Young, J. (1984). *What is to be done about law and order?*. Penguin Books.
- Leal, J. M. P. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*(23), 394-427.
- Leal, T. F. (2011). O contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: O fenómeno da toxicodependência. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Lee, G. R. (1983). Social integration and fear of crime among older persons. *Journal of Gerontology*, 38(6), 745-750.
- Leeds, A. (2017). Locality power in relation to supralocal power institutions. Em R. Sanjek (Ed.), *Cities, classes, and the social order* (pp. 209-231). Cornell University Press.
- Lessig, L. (1998). The new Chicago school. *The Journal of Legal Studies*, 27(2), 661-691.
- Lewis, D. A., & Maxfield, M. G. (1980). Fear in the neighborhoods: An investigation of the impact of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 17(2), 160-189.
- Lewis, D. A., & Salem, G. (2017). Community crime prevention: An analysis of a developing strategy. Em J. Ditton & S. Farrall (Eds.), *The fear of crime* (pp. 507-523). Routledge.
- Liska, A. E., Sanchirico, A., & Reed, M. D. (1988). Fear of crime and constrained behavior specifying and estimating a reciprocal effects model. *Social Forces*, 66(3), 827-837.
- Lobo Antunes, M. J. (2006). Routine activities and television viewing: An exploration of the influences of fear of crime in Lisbon, Portugal. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 30(1), 1-23.
- Lomnitz, L. A. (1977). *Networks and marginality: Life in a Mexican shantytown*. Academic Press.
- Lomnitz, L. (1982). Horizontal and vertical relations and the social structure of urban Mexico. *Latin American Research Review*, 17(2), 51-74.
- Machado, C., & Agra, C. (2002). Insegurança e medo do crime: Da ruptura da sociabilidade à reprodução da ordem social. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 12(1), 79-101.

- Machado, C., & Manita, C. (2009). Fear of crime: Methodological considerations and results from a biannual survey in the city of Oporto. *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 1(1), 69-99.
- Madriz, E. I. (1997). Images of criminals and victims: A study on women's fear and social control. *Gender & Society*, 11(3), 342-356.
- Madriz, E. (2023). *Nothing bad happens to good girls: Fear of crime in women's lives*. University of California Press.
- Maier, S. L., & DePrince, B. T. (2020). College students' fear of crime and perception of safety: The influence of personal and university prevention measures. *Journal of Criminal Justice Education*, 31(1), 63-81.
- Maris, L., & Ortega, D. (2014). *Crime perceptions and reality in Latin America*. CAF Working Paper Development Bank Of Latinamerica.
- Mark, W. (1984). Fear of victimization: Why are women and the elderly more afraid?. *Social Science Quarterly*, 65(3), 681-702.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com SPSS Statistics* (7a ed.). ReportNumber.
- Martins, H. H. T. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300.
- Martins, J. F. S. (2022). *Vitimação e sentimento de insegurança de furto de identidade online: Um estudo empírico antes e depois do COVID-19*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.
- Matsuoka, A. P., Oliveira, T. P. D., & Wruck, E. (2007). O uso do software Excel como apoio didático ao entendimento do teorema do limite central. *Educação Matemática em Revista*, 13(23), 17-24.
- Maxfield, M. G. (1984). The limits of vulnerability in explaining fear of crime: A comparative neighborhood analysis. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 21(3), 233-250.
- May, D. C., Rader N. E., & S. Goodrum. 2010. A Sexed Assessment of the 'Threat of Victimization': Examining Sex Differences in Fear of Crime, Perceived Risk, Avoidance, and Defensive Behaviors. *Criminal Justice Review* 35(2):159–182.
- McGarrell, E. F., Giacomazzi, A. L., & Thurman, Q. C. (1997). Neighborhood disorder, integration, and the fear of crime. *Justice Quarterly*, 14(3), 479-500.
- McPherson, M. (1978). Realities and perceptions of crime at the neighborhood level. *Victimology*, 3(3/4), 319-328.

- Merry, S. E. (1981). *Urban danger: Life in a neighborhood of strangers*. Philadelphia: Temple University Press.
- Mesch, G. S. (2000). Perceptions of risk, lifestyle activities, and fear of crime. *Deviant Behavior*, 21, pp. 47-62.
- Montgomery, D. C., Peck, E. A., & Vining, G. G. (2021). *Introduction to linear regression analysis*. John Wiley & Sons.
- Moore, M. H. & Trojanowicz, R. C. (1988). Policing and fear of crime. *Perspectives on Policing*, 3. U.S. Department of Justice; Washington.
- Morenoff, J. D., Sampson, R. J., & Raudenbush, S. W. (2001). Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. *Criminology*, 39(3), 517-559.
- Musolf, G. R. (2003). The Chicago school. *Handbook of symbolic interactionism*, 91-117.
- Nasar, J. L., & Fisher, B. S. (1993). 'Hot spots' of fear and crime: A multi-method investigation. *Journal of environmental psychology*, 13(3), 187-206.
- Nasar, J. L., & Jones, K. M. (1997). Landscapes of fear and stress. *Environment and behavior*, 29(3), 291-323.
- Nellis, A. M. 2009. 'Sex Differences in Fear of Terrorism. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 25(3):322–340.
- Nelson, A. L., Bromley, R. D., & Thomas, C. J. (2001). Identifying micro-spatial and temporal patterns of violent crime and disorder in the British city centre. *Applied geography*, 21(3), 249-274.
- Nunes, L. M., & Sani, A. I. (2013). Tráfico de droga e vitimação: Percepção de (in)segurança. *Construir a Paz: Visões Interdisciplinares e Internacionais sobre Conhecimentos e Práticas: Família, Justiça, Social e Comunitária*, 1, 135-137.
- Pain, R. (1995). Elderly women and fear of violent crime: The least likely victims? A reconsideration of the extent and nature of risk. *The British Journal of Criminology*, 35(4), 584-598.
- Pain, R. (2000). Place, social relations and the fear of crime: a review. *Progress in human geography*, 24(3), 365-387.
- Pain, R. (2001). Gender, race, age, and fear of the city. *Urban Studies*, 38, 899–913.
- Pain, R., MacFarlane, R., Turner, K., & Gill, S. (2006). 'When, where, if, and but': Qualifying GIS and the effect of streetlighting on crime and fear. *Environment and Planning A*, 38(11), 2055-2074.

- Painter, K. (1994). The impact of street lighting on crime, fear, and pedestrian street use. *Security Journal*, 5(3), 116-124.
- Park, R. E., & Burgess, E. W. (2019). *The city*. University of Chicago Press.
- Paz, R. N. G. (2018). Sentimento de Insegurança e Atitudes em Relação à Polícia: Um estudo exploratório comparando o meio urbano e o meio rural. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.
- Perkins, D. D., & Taylor, R. B. (1996). Ecological assessments of community disorder: Their relationship to fear of crime and theoretical implications. In *Ecological research to promote social change* (pp. 127-170). Springer, Boston, MA.
- Perlman, J. E. (1976). *The myth of marginality: Urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Univ of California Press.
- Petherick, N. (2000). Environmental design and fear: The prospect-refuge model and the university college of the Cariboo campus. *Western Geography*, 10(11), 89-112.
- Putnam, R. D. (2000). Bowling alone: America's declining social capital: Originally published in *Journal of Democracy* 6 (1), 1995. *Culture and Politics: A Reader*, 223-234.
- Rader, N. E. (2004). The threat of victimization: A theoretical reconceptualization of fear of crime. *Sociological Spectrum*, 24(6), 689-704.
- Rader, N. E., & Haynes, S. H. (2011). Gendered fear of crime socialization: An extension of Akers's social learning theory. *Feminist Criminology*, 6(4), 291-307.
- Rader, N. E., May, D. C., & Goodrum, S. (2007). An empirical assessment of the threat of victimization: Considering fear of crime, perceived risk, avoidance, and defensive behaviors. *Sociological Spectrum*, 27(5), 475-505.
- Riger, S., Gordon, M. T., & LeBailly, R. K. (1978). Women's fear of crime: From blaming to restricting the victim. *Victimology*, 3(3-4), 274-284.
- Riger, S., Gordon, M. T., & LeBailly, R. K. (1982). Coping with urban crime: Women's use of precautionary behaviors. *American Journal of Community Psychology*, 10(4), 369-386.
- Robinson, J. B., Lawton, B. A., Taylor, R. B., & Perkins, D. D. (2003). Multilevel longitudinal impacts of incivilities: Fear of crime, expected safety, and block satisfaction. *Journal of Quantitative Criminology*, 19(3), 237-274.
- Rodrigues, C. D., & Oliveira, V. C. (2012). Medo de crime, integração social e desordem: Uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. *Revista Teoria & Sociedade*, 20(2), 156-184.

- Rountree, P. W., & Land, K. C. (1996). Perceived risk versus fear of crime: Empirical evidence of conceptually distinct reactions in survey data. *Social Forces*, 74(4), 1353-1376.
- Russo, S., & Roccato, M. (2010). How long does victimization foster fear of crime? A longitudinal study. *Journal of Community Psychology*, 38(8), 960-974.
- Sacco, V. F. (1985). City size and perceptions of crime. *Canadian Journal of Sociology*, 10(3), 277-293.
- Sacco, V. F. (1990). Gender, fear, and victimization: A preliminary application of power-control theory. *Sociological Spectrum*, 10(4), 485-506.
- Sampson, R. J. (2009). Disparity and diversity in the contemporary city: Social (dis) order revisited. *The British Journal of Sociology*, 60(1), 1-31.
- Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277(5328), 918-924.
- Sampson, R. J., & Wooldredge, J. D. (1986). Evidence that high crime rates encourage migration away from central cities. *Sociology and Social Research*, 70(4), 310-314.
- Sani, A. I., & Nunes, C. (2013). Experiência de vitimação e medo do crime em população da cidade do Porto. *Construir a Paz: Visões Interdisciplinares e Internacionais sobre Conhecimentos e Práticas: Família, Justiça, Social e Comunitária*, 1, 139-144.
- Sani, A. I., & Nunes, L. M. (2013). Vitimação, sentimento de insegurança e políticas públicas de segurança. *Construir a Paz: Visões Interdisciplinares e Internacionais sobre Conhecimentos e Práticas: Família, Justiça, Social e Comunitária*, 1, 129-133.
- Santos, L. C. (2020). *Medo do crime e estudantes deslocados*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.
- Scarborough, B. K., Like-Haislip, T. Z., Novak, K. J., Lucas, W. L., & Alarid, L. F. (2010). Assessing the relationship between individual characteristics, neighborhood context, and fear of crime. *Journal of Criminal Justice*, 38(4), 819-826.
- Schafer, J. A., Huebner, B. M., & Bynum, T. S. (2006). Fear of crime and criminal victimization: Gender-based contrasts. *Journal of Criminal Justice*, 34(3), 285-301.
- Scheingold, S. A. (1984). The dilemma of legal services. *Stanford Law Review*, 36(879), 888-889.
- Schweitzer, J. H., Kim, J. W., & Mackin, J. R. (1999). The impact of the built environment on crime and fear of crime in urban neighborhoods. *Journal of Urban Technology*, 6(3), 59-73.

- Scott, H. (2003). Stranger danger: Explaining women's fear of crime. *Western Criminology Review*, 4(3), 203-214.
- Silva, B. F. A. D., & Beato Filho, C. C. (2013). Ecologia social do medo: Avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30, 155-170.
- Silva, C. L. (2019). *O papel dos media no sentimento de insegurança: Um estudo qualitativo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.
- Simon, J. (2007). Rise of the carceral state. *Social Research: An International Quarterly*, 74(2), 471-508.
- Singer, A. J., Chouhy, C., Lehmann, P. S., Stevens, J. N., & Gertz, M. (2020). Economic anxieties, fear of crime, and punitive attitudes in Latin America. *Punishment & Society*, 22(2), 181-206.
- Singer, A. J., Chouhy, C., Lehmann, P. S., Walzak, J. N., Gertz, M., & Biglin, S. (2019). Victimization, fear of crime, and trust in criminal justice institutions: A cross-national analysis. *Crime & Delinquency*, 65(6), 822-844.
- Skogan, W. G. (1986). The fear of crime and its behavioral implications. Em E. A. Fattah (Ed.), *From crime policy to victim policy: Reorienting the justice system* (pp. 167-188). Palgrave Macmillan.
- Skogan, W. G. (1999). Measuring what matters: Crime, disorder, and fear. Em R. H. Lanworthy (Ed.), *Measuring what matters: Proceedings from the policing research institute meetings* (pp. 37-53). US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.
- Skogan, W. G. (2017). The impact of victimization on fear. Em J. Ditton & S. Farrall (Eds.), *The fear of crime* (pp. 129-148). Routledge.
- Skogan, W. G., & Maxfield, M. G. (1981). *Coping with crime: Individual and neighborhood reactions*. Sage Publications.
- Smith, S. J. (1986). *Crime, space and society*. Cambridge University Press.
- Smith, W. R., & Torstensson, M. (1997). Gender differences in risk perception and neutralizing fear of crime: Toward resolving the paradoxes. *The British Journal of Criminology*, 37(4), 608-634.
- Sohnen, C., & Cipriani, M. (2019). Crime e violência no brasil: Representações socioculturais na pós-modernidade. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 16(1), 35-55.

- Souza, T. S. (2018). *Exploração do sentimento de insegurança no Brasil a partir de uma abordagem qualitativa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.
- Sreetheran, M., & Van Den Bosch, C. C. K. (2014). A socio-ecological exploration of fear of crime in urban green spaces: A systematic review. *Urban Forestry & Urban Greening*, 13(1), 1-18.
- Stafford, M. C., & Galle, O. R. (1984). Victimization rates, exposure to risk, and fear of crime. *Criminology*, 22(2), 173-185.
- Stanko, E. A. (1990). *Everyday violence: How men and women experience sexual and physical danger*. Pandora.
- Stanko, E. A. (1993). The case of fearful women: Gender, personal safety and fear of crime. *Women & Criminal Justice*, 4(1), 117-135.
- Stanko, E. A. (1995). Women, crime, and fear. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 539(1), 46-58.
- Starcke, K., & Brand, M. (2012). Decision making under stress: A selective review. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 36(4), 1228-1248.
- Sutton, R. M., & Farrall, S. (2005). Gender, socially desirable responding and the fear of crime: Are women really more anxious about crime?. *The British Journal of Criminology*, 45(2), 212-224.
- Sutton, R. M., Robinson, B., & Farrall, S. D. (2011). Gender, fear of crime, and self-presentation: An experimental investigation. *Psychology, Crime & Law*, 17(5), 421-433.
- Taylor, R. B. (1999). The incivilities thesis: Theory, measurement, and policy. Em R. H. Lanworthy (Ed.), *Measuring what matters: Proceedings from the policing research institute meetings* (pp. 65-88). US Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice.
- Taylor, R. B. (2002). Fear of crime, social ties, and collective efficacy: Maybe masquerading measurement, maybe déjà vu all over again. *Justice Quarterly*, 19(4), 773-792.
- Taylor, R. B., & Hale, M. (2017). Criminology: Testing alternative models of fear of crime. Em J. Ditton & S. Farrall (Eds.), *The fear of crime* (pp. 355-393). Routledge.
- Toseland, R. W. (1982). Fear of crime: Who is most vulnerable?. *Journal of Criminal Justice*, 10(3), 199-209.
- Tulloch, M. (2000). The meaning of age differences in the fear of crime. *The British Journal of Criminology*, 40(3), 451-467.

- Ugwu, J., & Britto, S. (2015). Perceptually contemporaneous offenses: Explaining the sex-fear paradox and the crimes that drive male and female fear. *Sociological Spectrum*, 35(1), 65-83.
- Valente, R., & Vacchiano, M. (2021). Determinants of the fear of crime in Argentina and Brazil: A cross-country comparison of non-criminal and environmental factors affecting feelings of insecurity. *Social Indicators Research*, 154(3), 1077-1096.
- Valentine, G. (1989). The geography of women's fear. *Area*, 21(4), 385-390.
- Villarreal, A., & Silva, B. F. (2006). Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. *Social Forces*, 84(3), 1725-1753.
- Visser, M., Scholte, M., & Scheepers, P. (2013). Fear of crime and feelings of unsafety in European countries: Macro and micro explanations in cross-national perspective. *The Sociological Quarterly*, 54(2), 278-301.
- Walklate, S. (2001). Fearful communities?. *Urban Studies*, 38(5-6), 929-939.
- Walklate, S., & Mythen, G. (2008). How scared are we?. *The British Journal of Criminology*, 48(2), 209-225.
- Ward, H. (2001). *Police reform in Latin America: Current efforts in Argentina, Brazil, and Chile*. Grupo de Trabajo sobre Seguridad Ciudadana del Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- Warr, M. (1984). Fear of victimization: Why are women and the elderly more afraid? *Social Science Quarterly*, 65(3), 681-702.
- Warr, M. (2000). Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy. *Criminal Justice*, 4(4), 451-489.
- Warr, M., & Stafford, M. (1983). Fear of victimization: A look at the proximate causes. *Social Forces*, 61(4), 1033-1043.
- Watts, R., Bessant, J., & Hil, R. (2008). *International criminology: A critical introduction*. Routledge.
- Wilcox, P., Jordan, C. E., & Pritchard, A. J. (2006). Fear of acquaintance versus stranger rape as a master status: Towards refinement of the shadow of sexual assault. *Violence and Victims*, 21(3), 355-370.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken windows. *Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38.
- Wiltz, C. J. (1982) Fear of crime, criminal victimization and elderly blacks. *Phylon*, 43(4), 283-294.

- Yin, P. P. (1980). Fear of crime among the elderly: Some issues and suggestions. *Social Problems*, 27(4), 492-504.
- Yuan, Y., & McNeeley, S. (2016). Reactions to crime: A multilevel analysis of fear of crime and defensive and participatory behavior. *Journal of Crime and Justice*, 39(4), 455-472.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. FVG.
- Ziegler, R., & Mitchell, D. B. (2003). Aging and fear of crime: An experimental approach to an apparent paradox. *Experimental Aging Research*, 29(2), 173-187.

Anexos

Anexo A: Modelos parcelares relativos à predição do sentimento de insegurança geral

Tabela 1: Predição do sentimento de insegurança geral na amostra brasileira por meio das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	,010	,005	,175	,058
Gênero	,303	,103	,216	,004
Estado Civil	-,069	,088	-,072	,437
Nacionalidade	0,74	,245	,022	,761
Hab. Lit.	-,006	,032	-,013	,860
Est. Socio	-,188	,075	-,181	,013
R²		,105		
R² ajustado		,074		
p		,003		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 2: Predição do sentimento de insegurança geral na amostra brasileira por meio das demais variáveis independentes

Variável	B	SE	Beta	p
Comportamentos	,174	,024	,452	< ,001
Desordens	,213	,048	,283	< ,001
Vit_12m	-,026	,024	-,066	,278
Cap_Soc	-,166	,045	-,225	< ,001
CS_Infor	-,076	,047	-,099	,106
Coesão_Social	-,43	,052	-,052	,408
Sat_Renda	,003	,019	,012	,863
Ins_Fin_Obj	,137	,114	,086	,229
Medo_Fin	-0,39	,015	-,158	,013
R²		,427		
R² ajustado		,397		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 3: *Predição do sentimento de insegurança geral na amostra portuguesa por meio das variáveis sociodemográficas*

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	-,004	,007	-0,42	,598
Gênero	,456	,107	,292	< ,001
Estado Civil	-,154	,168	-,074	,360
Nacionalidade	-,002	,119	-,001	,985
Hab. Lit.	-,077	,053	-,100	,151
Est. Socio	-,190	,090	-,142	,037
R²		,139		
R² ajustado		,112		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 4: *Predição do sentimento de insegurança geral na amostra portuguesa por meio das demais variáveis independentes*

Variável	B	SE	Beta	p
Comportamentos	,115	,024	,331	< ,001
Desordens	,179	,101	,122	,079
Vit_12m	-,015	,049	-,020	,761
Cap_Soc	-,143	,065	-,147	,029
CS_Infor	-,061	,054	-,078	,261
Coesão_Social	-,060	,061	-,067	,329
Sat_Renda	-,002	,023	-,007	,920
Ins_Fin_Obj	,629	,211	,225	,003
Medo_Fin	-,008	,021	-,028	,697
R²		,249		
R² ajustado		,213		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Anexo B: Modelos parcelares relativos à predição do sentimento de insegurança emocional

Tabela 1: Predição do sentimento de insegurança emocional na amostra brasileira por meio das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	,013	,005	,235	,013
Gênero	,229	,104	,164	,029
Estado Civil	-,138	,089	-,147	,123
Nacionalidade	-,182	,248	-,055	,464
Hab. Lit.	,024	,032	,056	,452
Est. Socio	-,046	,076	-,044	,547
R²		,070		
R² ajustado		,038		
p		,047		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 2: Predição do sentimento de insegurança emocional na amostra brasileira por meio das demais variáveis independentes

Variável	B	SE	Beta	p
Comportamentos	,085	,027	,223	,002
Desordens	,239	,054	,320	< ,001
Vit_12m	,047	,027	,120	,081
Cap_Soc	-,030	,051	-,041	,555
CS_Infor	-,047	,053	-,061	,380
Coesão_Social	-,079	,058	-,097	,174
Sat_Renda	,050	,022	,176	,022
Ins_Fin_Obj	,188	,128	,118	,144
Medo_Fin	,024	,017	,099	,166
R²		,268		
R² ajustado		,229		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 3: *Predição do sentimento de insegurança emocional na amostra portuguesa por meio das variáveis sociodemográficas*

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	,003	,005	,044	,576
Gênero	,221	,076	,199	,004
Estado Civil	-,174	,120	-,118	,147
Nacionalidade	,041	,084	,491	,624
Hab. Lit.	-,037	,038	-,068	,330
Est. Socio	-,270	,064	-,283	< ,001
R²		,138		
R² ajustado		,110		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 4: *Predição do sentimento de insegurança emocional na amostra portuguesa por meio das demais variáveis independentes*

Variável	B	SE	Beta	p
Comportamentos	,077	,016	,312	< ,001
Desordens	,343	,067	,329	< ,001
Vit_12m	,019	,032	,035	,565
Cap_Soc	-,056	,043	-,081	,191
CS_Infor	,061	,036	,110	,090
Coesão_Social	,011	,040	,017	,783
Sat_Renda	-,033	,015	-,146	,030
Ins_Fin_Obj	,208	,139	,104	,137
Medo_Fin	,004	,014	,017	,796
R²		,353		
R² ajustado		,322		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Anexo C: Modelos parcelares relativos à predição do sentimento de insegurança cognitivo

Tabela 1: Predição do sentimento de insegurança cognitivo na amostra brasileira por meio das variáveis sociodemográficas

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	-,004	,007	-,048	,599
Gênero	,689	,146	,341	< ,001
Estado Civil	-,145	,125	-,106	,249
Nacionalidade	,131	,348	,027	,707
Hab. Lit.	-,012	,045	-,019	,789
Est. Socio	-,091	,107	-,061	,394
R²		,125		
R² ajustado		,095		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 2: Predição do sentimento de insegurança cognitivo na amostra brasileira por meio das demais variáveis independentes

Variável	B	SE	Beta	p
Comportamentos	,165	,040	,298	< ,001
Desordens	,187	,080	,173	,020
Vit_12m	,005	,039	,009	,894
Cap_Soc	-,035	,075	-,033	,639
CS_Infor	-,082	,079	-,074	,300
Coesão_Social	-,134	,086	-,114	,121
Sat_Renda	,072	,032	,173	,028
Ins_Fin_Obj	-,099	,190	-,043	,604
Medo_Fin	,099	,026	,281	< ,001
R²		,230		
R² ajustado		,190		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B.

Tabela 3: *Predição do sentimento de insegurança cognitivo na amostra portuguesa por meio das variáveis sociodemográficas*

Variável	B	SE	Beta	p
Idade	-,015	,011	-,106	,187
Gênero	,565	,166	,235	< ,001
Estado Civil	-,366	,260	-,115	,161
Nacionalidade	-,048	,184	-,019	,792
Hab. Lit.	,109	,083	,092	,190
Est. Socio	-,328	,140	-,159	,020
R²		,129		
R² ajustado		,101		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B

Tabela 4: *Predição do sentimento de insegurança cognitivo na amostra portuguesa por meio das demais variáveis independentes*

Variável	B	SE	Beta	p
Comportamentos	,160	,039	,298	< ,001
Desordens	,302	,165	,134	,068
Vit_12m	-,001	,079	-,001	,987
Cap_Soc	-,098	,106	-,065	,357
CS_Infor	,146	,088	,123	,097
Coesão_Social	-,117	,100	-,085	,241
Sat_Renda	-,044	,038	-,088	,250
Ins_Fin_Obj	-,079	,344	-,018	,818
Medo_Fin	,026	,034	,057	,450
R²		,159		
R² ajustado		,119		
p		< ,001		

Nota. Beta corresponde ao valor do coeficiente padronizado B